



UNIVERSIDADE D  
COIMBRA

Ana I. P. Salvador

PASSADO, PRESENTE E FUTURO DO  
NÚCLEO URBANO ANTIGO DA ILHA DO  
CORVO:  
A CASA “CORVINA”

Dissertação de Mestrado em Reabilitação Não Estrutural II, no âmbito do Mestrado em Reabilitação de Edifícios, sob a orientação da Professora Doutora Lúcia Maria Gil Catarino e pelo Arquiteto Victor Mestre e apresentada ao Departamento de Engenharia Civil da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra

Dezembro de 2020

Faculdade de Ciências e Tecnologia  
da Universidade de Coimbra

**PASSADO, PRESENTE E FUTURO DO  
NÚCLEO URBANO ANTIGO DA ILHA DO  
CORVO:  
A CASA “CORVINA”**

**PAST, PRESENT AND FUTURE OF THE ANCIENT URBAN  
NUCLEUS OF CORVO ISLAND:  
THE HOUSE “CORVINA”**

Ana I. P. Salvador

Dissertação de Mestrado em Reabilitação Não Estrutural II, no âmbito do  
Mestrado em Reabilitação de Edifícios, sob a orientação da Professora Doutora  
Lídia Maria Gil Catarino e pelo Arquiteto Victor Mestre e apresentado ao  
Departamento de Engenharia Civil da Faculdade de Ciências e Tecnologia  
da Universidade de Coimbra

Dezembro de 2020

1 2 9 0



**UNIVERSIDADE DE  
COIMBRA**

## RESUMO

O Núcleo Urbano Antigo de Vila do Corvo (NAVC) foi sendo construído a partir de meados do séc. XVI, e, dada a sua especificidade, é classificado como conjunto de interesse público desde 1997. Apesar dessa classificação, o núcleo apresenta sinais de degradação física que têm vindo a acentuar-se nos últimos anos. Com vista a criar mecanismos para reverter esta situação de degradação, e tendo em conta a inexistência de um projeto museológico para a ilha do Corvo, à semelhança do que existia em todas as outras ilhas do arquipélago, foi criado em 2014, pelo Governo Regional dos Açores, através da Direção Regional da Cultura, em colaboração com a Câmara Municipal do Corvo, o Gabinete de Apoio Técnico do Ecomuseu do Corvo, que daria resposta a ambas as necessidades.

Nesta dissertação, pretende-se efetuar e aprofundar a caracterização do núcleo urbano antigo da vila do Corvo e do seu edificado, mais especificamente do habitacional, assim como o seu desenvolvimento até aos dias de hoje, permitindo que, em futuras intervenções que venham a ser efetuadas (percebe-se que tal irá acontecer pois é imperativo contrariar a degradação física, reformular as condições de habitabilidade, promover a funcionalização dos edifícios e consequentemente a vivificação do núcleo histórico), o núcleo possa ser entendido na sua essência e no espírito do seu conjunto, e ser intervencionado com vista à salvaguarda dos valores identitários e únicos do património existente.

Para tal, primeiro, contextualiza-se a evolução histórico/demográfica do NAVC, assim como o desenvolvimento, quer do núcleo, quer das suas construções. Depois, efetua-se uma caracterização do estado atual do NAVC em geral, incidindo nas vias de circulação e toponímia das ruas, nos espaços públicos e privados, e também do estado do seu edificado, no que diz respeito à sua utilização e ocupação, fachadas, coberturas, vãos, degradação e dissonâncias. Posteriormente, procede-se à caracterização da casa corvina, no que diz respeito às fundações, paredes, estruturas dos pavimentos, coberturas e sistema de fumos. Segue-se uma análise volumétrica-funcional do edifício habitacional, e por fim, conclui-se com uma analogia ao futuro do núcleo, apresentando uma proposta de intervenção de uma casa, que resulta, no fundo, do entendimento e aplicação desse conhecimento.

Palavras chave: Núcleo Urbano, Caracterização, Intervenção.

## ABSTRACT

The *Núcleo Urbano Antigo da Vila do Corvo* (NAVC) was being built from the middle of the 16<sup>th</sup> century, and due to its specificity, it was classified as a group of public interest since 1997. Despite this classification, the nucleus shows signs of physical degradation that have been accentuated in recent years. In order to create mechanisms to reverse this situation, and taking into account the lack of a museum project for the island of Corvo, similar to the ones existent in all other islands of the archipelago of Azores, it was created in 2014 by the Regional Government of the Azores, through the Regional Directorate for Culture, in collaboration with the Municipality of Corvo, the Technical Support Office of the Corvo Ecomuseu, which would respond to both needs.

In this dissertation, it is intended to carry out the characterization of the old urban core of the village of Corvo and its building, more specifically the housing, as well as its development until today, allowing, in future interventions that may be realized (it is clear that this will happen because it is imperative to counteract physical degradation, reformulate living conditions, promote the functionalization of buildings and consequently the revitalization of the historic core), the core can be understood in its essence and in a whole spirit, and be intervened with a view to safeguarding the identity and unique values of the existing characteristics.

With this propose the NAVC's evolution is contextualized in the historical / demographic point of view, as well as the development of the nucleus and its constructions. Then, is made a characterization of the current state of NAVC in general, focusing on the circulation routes and toponym of the streets, in public and private spaces, and also the state of its buildings, with regard to its use and occupation, facades , roofs, openings, degradation and dissonance. Subsequently, the characterization of the *corvina* house is carried out, with regard to foundations, walls, floor, roof structures and fume system. This is followed by a volumetric-functional analysis of the house building, and finally, it ends with an analogy to the future of the nucleus, presenting a proposal for the intervention of a house building, as a result from the understanding and application of this knowledge.

Keywords: Urban Nucleus, Characterization, Intervention.

## **AGRADECIMENTO**

Um agradecimento muito especial aos meus orientadores, Professora Doutora Lúcia Catarino e Arquitecto Victor Mestre, pela total disponibilidade, transmissão de conhecimentos e carinho.

Um agradecimento ao Professor Raimundo, pela disponibilidade presente e constante, e por todo o ensinamento de carácter técnico e humano.

Um agradecimento ao Arquitecto Nuno Ribeiro Lopes e também à Doutora Susana Goulart Costa, pela oportunidade de ter trabalhado num local tão interessante, que me completou como arquitecta e como pessoa.

Ao Arquitecto Jorge Kol de Carvalho e ao Museu Carlos Machado, ao primeiro pela disponibilidade e transmissão de conhecimentos, ao segundo pelas imagens fornecidas.

Ao Senhor Presidente da Câmara Municipal do Corvo, José Silva, por toda a disponibilidade e ajuda.

À minha família, de quem tenho muito orgulho, por toda a ajuda, incentivo e presença sempre constantes.

Aos meus colegas de trabalho, mais particularmente à co-coordenadora do GAT do Ecomuseu do Corvo, a corvina Andreia Silva, por toda a informação prestada, pelo ensinamento, pelo companheirismo, pela disponibilidade, e acima de tudo, por todos os momentos que tive o privilégio de privar, à Engenheira Lélia Ferreira e ao Engenheiro André Couto, pelo seu trabalho, profissionalismo e humanismo.

À minha família corvina, o senhor Raul Trindade e a senhora Guiomar Trindade, por todo o carinho e apoio.

Aos Corvinos.

A todos quantos contribuíram para a realização deste trabalho.



## ÍNDICE GERAL

RESUMO .....	ii
ABSTRACT .....	iii
AGRADECIMENTO .....	iv
ÍNDICE GERAL .....	vi
ÍNDICE DE FIGURAS .....	viii
ÍNDICE DE GRÁFICOS .....	1
1. INTRODUÇÃO .....	2
1.1. Enquadramento e Motivação.....	2
1.2. Objetivos do trabalho .....	3
1.3. Metodologia de investigação.....	4
1.4. Organização da dissertação .....	5
2. CONCEITOS E TERMOS ASSOCIADOS AO PATRIMÓNIO EDIFICADO.....	6
3. NAVC: O CONTEXTO DO PASSADO .....	10
3.1. Núcleo Antigo da Vila do Corvo: localização e desenvolvimento .....	10
3.2. As casas do NAVC.....	20
4. CARACTERIZAÇÃO E ANÁLISE: O PRESENTE DO NAVC .....	24
4.1. Metodologia da análise do edificado.....	24
4.1.1. Enquadramento da análise.....	24
4.1.2. Aspetos, organização e modo de análise.....	26
4.2. Caracterização geral do NAVC.....	26
4.2.1. Vias de circulação e toponímia das ruas .....	27
4.2.2. Espaços públicos .....	29
4.2.3. Espaços privados.....	33
4.3. Caracterização do edificado .....	34
4.3.1. A função do edificado .....	35
4.3.2. Fachadas.....	37
4.3.3. Coberturas .....	41
4.3.4. Vãos .....	44
4.3.5. Degradação do edificado.....	45
4.3.6. Níveis de dissonância do edificado .....	48
4.4. Caracterização do edificado habitacional: a casa corvina .....	54
4.4.1. Fundações e paredes.....	54
4.4.2. Estrutura de pavimentos.....	55
4.4.3. Estrutura das coberturas .....	57
4.4.4. Sistema de fumos .....	58
4.5. Tipologia da Casa Corvina: análise volumétrica-funcional .....	60
4.5.1. Formato tipo retangular.....	62

---

4.5.2. Formato tipo L .....	73
5. PROPOSTA DE INTERVENÇÃO - CASO DE ESTUDO.....	82
5.1. Proposta de intervenção: Reabilitação e ampliação (Q17N7).....	83
6. CONCLUSÕES E TRABALHO FUTURO.....	88
6.1. Conclusão.....	88
6.1. Trabalhos futuros.....	89
7. BIBLIOGRAFIA.....	90
ANEXOS.....	92
ANEXO I – Mapa topográfico da ilha do Corvo .....	93
ANEXO II – Perfis da Ilha do Corvo .....	94
ANEXO III – Ilha do Corvo: Ocupação do território.....	95
ANEXO IV - Pirâmides de idades (Amorim,2018) .....	96
ANEXO V – Tipologia da casa rural do Corvo: .....	97
a) segundo Medeiros (1997).....	97
b) segundo Arquitetura Popular dos Açores (Tostões,2007).....	98
ANEXO VI – Cronologia.....	100
ANEXO VII – Proposta de intervenção: Reabilitação/ Correção Dissonâncias (Q14N19).....	105
ANEXO VIII – Proposta de intervenção: Reconstrução (Q14N16) .....	111



## ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Foto aérea da ilha do Corvo, com localização do NAVC (Fonte: Luís Pimentel)	10
Figura 2 - Mapa da Vila do Corvo: Localização Baía do Porto da Casa (adaptação Medeiros, 1997)	11
Figura 3 - Mapa de localização das eiras	13
Figura 4 - Exemplos ilustrativos da Vila do Corvo, 1900 (Fonte: Museu C. Machado)	14
Figura 5 - Exemplos ilustrativos de vivências corvinas -1950/60 (A e B – agropecuária; C- pesca ) Fonte: AFC	15
Figura 6 - Exemplo ilustrativo de vivências corvinas – trabalhos recíprocos e gratuitos (Fonte: AFC)	17
Figura 7 - Figuras ilustrativas de vivências corvinas – “trabalho por favor” do dia da lã (fonte: AFC)	18
Figura 8 - Figuras ilustrativas de vivências corvinas – “dia da Câmara” (fonte: AFC)	18
Figura 9 - Imagem ilustrativa do levantamento de propriedade do Quarteirão 17	24
Figura 10 - Planta de implantação do edificado, identificando os quarteirões, do NAVC	25
Figura 11 – Mapa esquemático dos edifícios da vila do Corvo, com a delimitação do NAVC	27
Figura 12 – Mapa da toponímia com cotas altimétricas e tipo de circulação	28
Figura 13 - Figuras ilustrativas das ruas, canadas, ladeiras, caminhos e grotas: A- Rua do Jogo da Bola; B- Caminho Velho; C- Canada do Graciosa; D- Grotão da Fonte de Cima; E- Largo da Cancela; F - Canada do Maurício; G- Rua do Outeiro	29
Figura 14 - Localização dos espaços públicos no NAVC	30
Figura 15 - Ilustração de espaços públicos: A- Largo do Outeiro; B- Lavadouro da Fonte de Cima; C- Vigia;	31
Figura 16 - Ilustração de espaços públicos: A- Largo do Maranhão (eiras); B- Canto do Rego; C- Largo do Ribeirão; D- Largo da Igreja de N <sup>ª</sup> Senhora dos Milagres	32
Figura 17 – Localização e identificação da estrutura cadastral das parcelas constituintes do NAVC	33
Figura 18 - Exemplos ilustrativos da utilização de materiais locais (Fonte: Museu C. Machado e AFC)	35
Figura 19 – Localização e identificação do tipo de utilização e estado de ocupação do edificado do NAVC	36
Figura 20 – Identificação do nº de pisos e materialidade aparente do edificado do NAVC	38
Figura 21 - Exemplos ilustrativos de pedras dos cunhais	39
Figura 22 - Exemplos ilustrativos das pedras de padieiras e ombreiras de portas	39
Figura 23- Exemplos ilustrativos das pedras de padieiras e ombreiras de janelas	40
Figura 24 - Exemplos ilustrativos da distribuição da pedra de enchimento das paredes	40
Figura 25 - Exemplos ilustrativos de juntas das pedras de enchimento das paredes	40

Figura 26 - Exemplos ilustrativos de juntas das pedras de enchimento das paredes	41
Figura 27 - Ilustração do tipo de materialidade aparente das fachadas	41
Figura 28 – Tipo e materialidade das coberturas do edificado do NAVC	42
Figura 29 - Exemplo ilustrativo das coberturas do edificado do NAVC, correspondendo à zona assinalada na Figura 27 (fonte: Luís Pimentel)	42
Figura 30 – Identificação da materialidade dos vãos do edificado do NAVC	44
Figura 31 - Exemplos ilustrativos do nível de degradação I (estado de ruína)	45
Figura 32 - Exemplos ilustrativos do nível de degradação II	46
Figura 33 - Exemplos ilustrativos do nível de degradação III	46
Figura 34 - Exemplos ilustrativos do Nível de Degradação IV	46
Figura 35 – Localização dos níveis de degradação do edificado do NAVC	47
Figura 36 - Exemplos ilustrativos de ampliações de génese ilegal	49
Figura 37 - Exemplos ilustrativos de alterações de elementos característicos com recurso a materiais dissonantes	49
Figura 38 - Exemplos ilustrativos de alteração ao nível das coberturas	50
Figura 39 - Exemplos ilustrativos de alterações ao nível de vãos e guardas	50
Figura 40 - Exemplos ilustrativos de alterações ao nível das superfícies exteriores	50
Figura 41 - Exemplos ilustrativos de alterações ao nível das infraestruturas	51
Figura 42 - Exemplos ilustrativos de alterações ao nível de painéis publicitários	51
Figura 43 – Níveis de dissonâncias do edificado do NAVC	53
Figura 44- Representação esquemática de parede de dois panos e exemplo ilustrativo de uma casa do NAVC	54
Figura 45 - Exemplos ilustrativos de paredes interiores do piso superior, em tabique	55
Figura 46 - Exemplos ilustrativos de pavimentos do piso inferior (lojas e cozinha)	55
Figura 47 - Exemplos ilustrativos da estrutura do pavimento intermédio (loja)	56
Figura 48 - Exemplos ilustrativos da estrutura do pavimento intermédio (cozinha)	56
Figura 49 - Exemplos ilustrativos de escadas interiores das habitações	57
Figura 50 - Exemplos ilustrativos de escadas exteriores das habitações	57
Figura 51 - Exemplos ilustrativos das estruturas de coberturas	58
Figura 52 - Exemplos ilustrativos de saída de fumos (Chaminés – A e D; Fornos – B e D, e Fumeiro - E)	58
Figura 53 - Localização das chaminés, fornos e fumeiros nos edifícios habitacionais	59
Figura 54 – Tipologias dos edifícios habitacionais	61
Figura 55 - Subtipos do formato tipo retangular	64
Figura 56 – Localização dos subtipos do formato tipo retangular	64
Figura 57 - Exemplo de casa – formato tipo retangular de um piso: Subtipo1-B	65
Figura 58 - Exemplo de casa – formato tipo retangular de dois pisos: Subtipo2-A	66
Figura 59 – Exemplo de casa – formato tipo retangular de dois pisos: Subtipo2-B	67
Figura 60 - Exemplo de casa – formato tipo retangular de dois pisos: Subtipo2-C	67

---

Figura 61 - Exemplo de casa – formato tipo retangular de dois pisos: Subtipo2-D	68
Figura 62 -Exemplo de casa – formato tipo retangular de dois pisos: Subtipo3-A	69
Figura 63 -Exemplo de casa – formato tipo retangular de dois pisos: Subtipo3-B	70
Figura 64 - Exemplo de casa – formato tipo retangular de dois pisos: Subtipo3-C	71
Figura 65 - Exemplo de casa – formato tipo retangular de dois pisos: Subtipo3-D	72
Figura 66 – Outros exemplo de casas, com espaços de diferentes disposições do Subtipo3-D	73
Figura 67 - Subtipos do formato tipo L	75
Figura 68 - Localização dos subtipos do formato tipo L	76
Figura 69 - Exemplo de casa - formato tipo L de dois pisos: Subtipo1	77
Figura 70 - Exemplo de casa - formato tipo L de dois pisos: Subtipo2-C	78
Figura 71 - Exemplo de casa - formato tipo L de dois pisos: Subtipo2-D	79
Figura 72 -Exemplo de casa - formato tipo L de dois pisos: Subtipo3-C	80
Figura 73 - Exemplo de casa - formato tipo L de dois pisos: Subtipo3-D	81
Figura 74 - Fotografias do estado atual da casa	83
Figura 75 - Desenhos do levantamento do existente	84
Figura 76 - Desenhos da proposta de reabilitação e ampliação	87

## ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução populacional até séc. XX	19
Gráfico 2 - Evolução populacional depois do século XX	20
Gráfico 3 - Área das parcelas do NAVC	34
Gráfico 4 - Estado de ocupação dos edifícios do NAVC	36
Gráfico 5 - Número de pisos dos edifícios do NAVC	38
Gráfico 6 - Tipo de coberturas dos edifícios do NAVC	43
Gráfico 7 - Materialidade das coberturas dos edifícios do NAVC	43
Gráfico 8 - Materialidade dos vãos dos edifícios do NAVC	45
Gráfico 9 – Níveis de degradação dos edifícios do NAVC	47
Gráfico 10 – Dissonâncias dos edifícios do NAVC	52
Gráfico 11 – Níveis de dissonâncias dos edifícios do NAVC	54
Gráfico 12 – Quantidade de chaminés, fornos e fumeiros dos edifícios habitacionais	59
Gráfico 13 – Geometrias das plantas dos edifícios habitacionais	61
Gráfico 14 – Dimensões das casas do formato tipo retangular	62
Gráfico 15 - Dimensões das casas do formato tipo L	74

## 1. INTRODUÇÃO

### 1.1. Enquadramento e Motivação

A ilha do Corvo é a ilha mais pequena da Região Autónoma dos Açores. De formação vulcânica, apresenta uma área<sup>1</sup> de 17,12 Km<sup>2</sup>, de comprimento máximo de 6,3 Km, segundo N-S, e uma largura de cerca de 4 Km, segundo E-O. É classificada pela UNESCO, desde 2007, como Reserva da Biosfera (Anexo I e II).

Tem apenas uma vila, que é concelho, com cerca de 440 habitantes<sup>2</sup>, situada na zona sul da ilha, numa fajã lávica<sup>3</sup>, e apresenta, a nascente de todo o edificado, o Núcleo Antigo da Vila do Corvo (NAVC) que foi sendo construído desde meados do séc. XVI, numa área de cerca de 0,06 Km<sup>2</sup>, e é classificado como conjunto de interesse público desde 1997.

Com o objetivo da valorização e salvaguarda do património do Corvo, foi criado em 2014 um projeto museológico, mas também de desenvolvimento sustentável, com a designação de Ecomuseu do Corvo.

As especificidades do território e da sua população levaram a crer que esta seria a resposta museológica mais adequada, pois iria ter um impacto significativo na vida das pessoas e também proporcionar o desenvolvimento sustentável da comunidade que, dada a dimensão da ilha e da comunidade, estes acabavam por ser fatores facilitadores do processo.

Na sua constituição o Ecomuseu tem duas componentes. A primeira integra a arquitetura e o urbanismo, está associada ao património imóvel, à intervenção/reabilitação dos espaços públicos e privados e para a qual foi criada legislação específica (D.R.R. n.º 20/2015/A, de 27 de outubro, que estabelece o Regime Específico de Proteção e Valorização do Património Imóvel do NAVC). Serve o propósito de reforçar a autoestima e identidade da comunidade e também ajudar a criar melhores condições de ambiência e habitabilidade aos edifícios do NAVC, que apresentam atualmente um generalizado estado de degradação física e dissonâncias arquitetónicas que foram, entretanto, surgindo para criar melhores condições mas que acabaram por desvirtuar os edifícios pré-existentes. Para ajudar no complexo processo de regeneração urbana (e não só), foi também criado no âmbito do Ecomuseu, o Gabinete de Apoio Técnico (GAT).

A segunda, de educação patrimonial e dinamização cultural, incide no património imaterial associado a esse património construído, mas não só, pois aborda o património numa visão holística,

---

<sup>1</sup> “Pela extrapolação das dimensões da caldeira e a análise das imponentes arribas oeste e norte, poder-se-á estimar uma área na ordem dos 28Km<sup>2</sup> para a configuração inicial da ilha do Corvo” – em <http://www.azores.gov.pt/Gra/srrn-natureza/conteudos/livres/Reserva+da+Biosfera+do+Corvo.htm> .

<sup>2</sup> Informação fornecida pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal do Corvo em 2019. Serão cerca de 30 os habitantes flutuantes (habitam, mas não são fiscalmente residentes). Segundo os Censos de 2001, seriam 430.

<sup>3</sup> A fajã lávica (ou delta lávico) onde está instalada a Vila do Corvo constitui a principal superfície aplanada da ilha, formada por escoadas lávicas basálticas emitidas do Morro da Fonte, um cone de escórias sobranceiro à Vila - em [https://www.azoresgeopark.com/geoparque\\_acores/geossitios.php?id\\_geosito=2](https://www.azoresgeopark.com/geoparque_acores/geossitios.php?id_geosito=2) .

já que ele é cultural, natural, humano, móvel e imóvel, nas dimensões material e imaterial, e pretende mobilizá-lo com vista ao desenvolvimento da comunidade.

Como exemplos de elementos patrimoniais culturais presentes na ilha do Corvo, poderão referir-se<sup>4</sup>, na sua dimensão material móvel, as alfaias agrícolas, as barretas de lã, as colchas, as fechaduras de madeira, os panos de lã, o queijo artesanal e o tear. Na dimensão material imóvel, a atafona, a calçada tradicional, os chafarizes, o Império do Espírito Santo, a Igreja Matriz, a casa do Corvo, os fornos de lenha, as covas de junça, as eiras, o moinho de maré, os moinhos de vento e os palheiros. Na sua dimensão imaterial destaca-se o culto ao Espírito Santo, as lendas, a matança do porco, o léxico corvino, a chamarrita, a apanha do sargaço e o ciclo da lã. Quanto aos elementos do património natural, salienta-se na flora a *myosótis azorica*, a *azorina vidalli*, o milho, trigo, a batata doce, o inhame, e o salgueiro; relativamente à fauna, são especiais a vaca anã, o angelito e aves marinhas como o cagarro e o estapagado. Como elementos do património paisagístico, poderão referir-se a Cara do Índio, a Ponta do Marco, o Caldeirão, as terras de baixo e as terras de cima, o baldio, as hortas de fruta e as relheiras. No seu conjunto, o período do século XVI ao século XIX correspondem ao desenvolvimento do património de maior relevância.

Enquanto profissional do Gabinete de Apoio Técnico do Ecomuseu do Corvo, procurei dar resposta aos pedidos de apoio técnico solicitados pela população em geral, mais particularmente por proprietários dos imóveis, principalmente habitacionais do NAVC, na qualidade de interveniente (projetista) nesse processo complexo de regeneração que, apesar de se encontrar numa fase inicial e se perceber moroso, se pretende que seja sólido e bastante significativo.

A motivação acerca da temática do edificado do NAVC para a presente dissertação surge de uma necessidade de resposta a essa solicitação. Imediatamente surgem várias perguntas associadas, nomeadamente: Como foi o seu desenvolvimento? Qual a história da sua população? Qual é a origem e como é a sua essência? Como era e como é, na sua constituição e caracterização, a casa dita “corvina”? Qual a sua tipologia? Como intervir?

## 1.2. Objetivos do trabalho

Os objetivos principais deste trabalho, tendo por base conhecer para valorizar e intervir, são:

- Contribuir para o conhecimento do Núcleo Antigo de Vila do Corvo (NAVC), de como foi o seu desenvolvimento, tendo em conta a sua constituição, características históricas, urbanas e tipológicas;
- Aprofundar a caracterização do NAVC, assim como dos seus edifícios habitacionais;
- Identificar a tipologia da “casa Corvina”.

Os objetivos complementares, ou secundários, são:

- Promover e contribuir para o conhecimento das características do edificado do núcleo urbano antigo da Vila do Corvo;

---

<sup>4</sup> Informação recolhida no GAT, do Ecomuseu do Corvo, através de um processo participativo da comunidade.

- Promover e contribuir para a perceção global do que podem ser os desafios da intervenção no edificado do NAVC.

### 1.3. Metodologia de investigação

Com o intuito de concretizar os pressupostos desta dissertação, foi realizada uma pesquisa bibliográfica acerca do tema “ilha do Corvo”, e foi analisada a informação já disponível na base de dados da Direção Regional da Cultura. De seguida, elaborou-se um breve resumo de enquadramento e contexto histórico/urbano da Vila do Corvo.

Posteriormente realizaram-se os levantamentos arquitetónicos de 75 casas<sup>5</sup>, com recolha de dados e preenchimento de “fichas do estado do imóvel” individuais. Recorrendo ao trabalho previamente compilado pelo GAT do Ecomuseu, compatibilizou-se a informação existente. A informação que não estava correta, ou que necessitava de ser completada ou complementada, foi corrigida e atualizada.

Foi criado um ficheiro de formato *Microsoft Excel*, para a organização da informação que foi sendo recolhida. Este contemplava a sistematização de dados e informação acerca dos 250 imóveis, relativa nomeadamente à sua utilização e estado de ocupação, n.º de pisos, materialidade das fachadas e vãos, tipo e materialidade das coberturas, estado de degradação, dissonâncias arquitetónicas, área bruta de construção e área bruta de construção dissonante e ainda sistema de fumos. Contemplava também a informação, relativa aos 75 levantamentos realizados, acerca da espessura das paredes exteriores, inclinação das coberturas, altura de pé-direito do piso inferior e piso superior, largura das escadas, localização dos vãos segundo exposição solar e largura e altura de portas e janelas.

Compilaram-se num ficheiro de formato *dwg* todos os desenhos dos levantamentos efetuados, e introduzidas na carta topográfica da vila as plantas do piso inferior e do piso superior, tendo sido analisada a relação entre o edifício e as cotas topográficas do mesmo, a organização funcional em planta, o formato de implantação, e ainda a dimensão das parcelas existentes. Depois de analisados os dados e esquematizada a informação recolhida, confirmaram-se as tipologias da casa corvina.

A título exemplificativo de estratégias de intervenção nas casas corvinas, selecionaram-se três projetos que representam, genericamente, as preocupações e desafios encontrados no NAVC.

Por último, a informação obtida foi analisada e foram retiradas conclusões.

---

<sup>5</sup> Trabalho realizado por uma equipa de 6 técnicos onde me incluía.

#### 1.4. Organização da dissertação

A dissertação encontra-se organizada em seis capítulos, sendo que o primeiro e o último correspondem à introdução e à conclusão, respetivamente.

O segundo capítulo referencia as bases para o contexto de intervenção nos imóveis do NAVC, nomeadamente no que diz respeito a conceitos e termos de intervenção no património aplicáveis.

No terceiro capítulo aborda-se o “passado” do NAVC, nomeadamente no que diz respeito à sua evolução histórico/demográfica, localização e desenvolvimento, assim como também contempla informação sobre a progressão das construções existentes.

O quarto capítulo trata do “presente” do NAVC. Inicialmente, aborda brevemente a metodologia de análise do edificado seguindo-se uma caracterização geral, englobando as vias de circulação e toponímia das ruas, espaços públicos e privados. Posteriormente, procede-se à caracterização do edificado existente, nomeadamente no que diz respeito à sua utilização e ocupação, n.º de pisos, materialidade aparente das fachadas, tipo e materialidade da cobertura e dos vãos. Ainda neste capítulo, analisa-se o edificado ao nível do estado de degradação e também das dissonâncias que nele se encontram. Posteriormente, procede-se à caracterização da casa corvina, a informação relativa às fundações e paredes, estrutura de pavimento e das coberturas e também ao sistema de extração de fumos.

Por fim, efetua-se uma análise volumétrica-funcional do edificado, identificando as tipologias detetados e subtipos encontrados.

No quinto capítulo, para o “futuro” do NAVC, é apresentada uma proposta de intervenção de reabilitação e ampliação de uma casa, Q17 N7, que contempla uma breve descrição do existente, fotografias, desenhos do levantamento, e a conseqüente proposta, com os desenhos correspondentes assim como a memória justificativa que os acompanha.

Relativamente aos anexos que complementam o corpo deste trabalho, os mesmos tratam:

- ANEXO I - Mapa topográfico da ilha do Corvo;
- ANEXO II - Perfis da ilha do Corvo;
- ANEXO III - Ilha do Corvo: ocupação do território
- ANEXO IV – Pirâmides de idades (1835, 1937, 2001)
- ANEXO V- Tipologia da casa do Corvo de Carlos Medeiros e da Arquitetura Popular dos Açores;
- ANEXO VI - Cronologia;
- ANEXO VII - Proposta de intervenção: Reabilitação e Correção de dissonâncias (Q14 N19);
- ANEXO VIII - Proposta de intervenção: Reconstrução (Q14 N16).



## 2. CONCEITOS E TERMOS ASSOCIADOS AO PATRIMÓNIO EDIFICADO

Tendo em conta os objetivos deste trabalho, que promovem o estudo do edificado da ilha do Corvo, particularmente do NAVC, admite-se que não é intenção tratar aqui o tema “intervenção no património”, uma vez que este poderia, por si só, constituir conteúdo mais que suficiente para uma ou várias teses. Por outro lado, o conjunto de conceitos associados a esta temática não poderá ser completamente ignorado. Assim, faz-se uma breve contextualização dos conceitos e termos que poderão enquadrar as intervenções do património urbano edificado corvino, num futuro que se antevê próximo.

*As cidades e áreas urbanas históricas “são estruturas espaciais que expressam a evolução de uma sociedade e sua identidade cultural e são parte integrante de um contexto natural ou antrópico mais amplo e de que não podem ser dissociadas. As cidades e áreas urbanas históricas são um testemunho vivo do passado que as moldou.”<sup>6</sup>.*

*O património arquitetónico é formado não apenas pelos nossos monumentos mais importantes, mas também pelos conjuntos que constituem as nossas cidades antigas e as nossas aldeias com tradições no seu ambiente natural ou construído”. Esses conjuntos, mesmo que não providos de edifícios ditos excepcionais, poderiam oferecer em si uma qualidade de atmosfera que fariam deles próprios obras de arte diversificadas e articuladas, e, por isso, importava também conservar esses conjuntos, pois o património arquitetónico testemunhava, por si, a presença da história e da sua importância da nossa vida.<sup>7</sup>*

São diversos os conceitos associados às ações realizadas sobre o património edificado, sendo que se poderão referenciar dois grupos: um de proteção e salvaguarda, e outro de intervenção (Pereira, 2003).

No primeiro, incluem-se os conceitos de âmbito mais geral, que têm como objetivo assegurar uma existência futura do edificado ou da substância histórica construída, nomeadamente:

- a) manutenção, que consiste na prevenção de danos e no garantir do seu bom funcionamento enquanto objeto construído. Esta intervenção é bastante simples, podendo ser efetuada por qualquer indivíduo, nomeadamente pelo seu proprietário. As medidas usuais de manutenção consistem, por exemplo, na ventilação do edifício, no desentupimento de caleiras e tubos de queda, na lubrificação de charneiras metálicas de janelas, etc. A manutenção é também

---

<sup>6</sup>Documento adotado pela XVII Assembleia Geral do ICOMOS em 28 de novembro de 2011; “Principios de La Valeta para la salvaguarda y gestión de las poblaciones y áreas urbanas históricas”

<sup>7</sup> No ponto da Carta da conservação integrada – Amesterdão (1972), com versão portuguesa disponível em <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/cc/CARTAEUROPEIADOPATRIMONIOARQUITECTO NICO.pdf>

conseguida através de inspeções regulares, sendo possível localizar causas de eventuais danos (caleiras com escoamentos deficientes, plantas ou telhas deslocadas) ou mesmo de danos na sua fase inicial, tomando as medidas necessárias à sua correção;

- b) conservação ou preservação, que tem por objetivo retardar o processo de degradação de um edifício e, por consequência, prolongar o tempo útil da sua existência, sem, contudo, modificar a história e original existente. Em ações de conservação são, por isso, mantidos os vestígios de envelhecimento e os elementos fragmentários de uma edificação. Obras de conservação incluem a construção de escoras para melhoramento estático de um edifício, assim como a construção de coberturas de proteção dos agentes atmosféricos ou remoção de substâncias nocivas aos materiais construtivos (tais como elementos de ferro em oxidação, dejetos dos animais, sujidade);
- c) reparação, aplica-se à superação de danos técnicos num edifício e implica quase sempre uma substituição parcial, quer de uma parcela do edifício, quer de um elemento arquitetónico (porta, janela, asna, telha, etc.). A reparação torna-se necessária quando a manutenção foi deficiente ou inexistente;
- d) consolidação, restabelecimento ou reforço da capacidade de suporte estático de materiais ou de estruturas construtivas. Obras de consolidação têm por objetivo evitar a deformação indiciadora de risco de colapso ou mesmo da derrocada de estruturas edificadas, ou ainda a desintegração de materiais construtivos. No primeiro caso é sempre dada uma especial atenção às estruturas portantes de um edifício, nomeadamente fundações, vigamentos, pilares, cunhais, asnas, etc..

Relativamente ao segundo, englobam-se conceitos com uma abrangência mais vasta, que tendem a resultar em alterações significativas para o edificado, nomeadamente:

- a) renovação, relacionado sobretudo com o aspeto visual de um edifício. Trata-se de um tratamento de superfícies, quer pela limpeza e polimento, quer por uma nova pintura e até mesmo um novo reboco. Pretende-se restituir ao edifício as qualidades estéticas degradadas pelo envelhecimento das superfícies, sendo que deste modo, o edifício readquire a coerência, que pode seguir o projeto original ou conceitos completamente novos. Daí a renovação não ser incluída no âmbito da proteção, mas sim no de intervenção do património;
- b) reconstrução/reedificação, reconstrução significa construir novamente, ou seja, construir um edifício ou partes de um edifício em substituição de um outro desaparecido ou partes desaparecidas. Reconstrução é uma ação geral que engloba outros termos mais precisos, como cópia, reconstituição e anastilose. Reconstrução pode também significar uma simples reedificação de um edifício destruído, dissociada da forma original histórica do património desaparecido. Importa referir que não é possível reconstruir um edifício patrimonial desaparecido (com exceção parcial de anastilose), dado que o conceito de património edificado

é indissociável da existência de substância, e não é, portanto, substituível, pois uma estrutura construída é nova e não histórica. Isto não implica que a reconstrução, ou os diversos tipos de reconstrução, não possam, ou mesmo devam ser aplicados em alguns casos na proteção do património, sobretudo quando se trata de proteger vestígios ou ruínas ainda existentes. Na reconstrução, diferenciada de uma reconstituição, pode não ter a intenção de reconstruir quer interiores quer mesmo fachadas de edifícios (em relação ao que haveria anteriormente). A cópia consiste numa réplica exata de um edifício ou de um elemento edificado ou decorativo original existente. Não possui o valor patrimonial, ou seja, não substitui o original enquanto documento histórico, devendo por isso ser evitada em intervenções de proteção do património, justificando-se apenas e somente em casos em que o original corra perigo de destruição. A reconstituição consiste numa réplica formal, o mais exata possível, de um edifício ou de um elemento edificado ou decorativo original. Fala-se de réplica conjectural porque, não existindo o original, nunca há a garantia de que a reconstituição seja de facto a réplica exata desse original desaparecido (de contrário tratar-se-ia de uma cópia). Uma reconstituição só é possível existindo suficientes fontes de informação sobre o edifício a reconstruir (desenhos de projeto, levantamentos, fotografias, descrições, etc.).

- c) recuperação, é o conjunto de operações tendentes à “reconstituição de um edifício ou conjunto, degradado ou alterado por obras anteriores, sem que, no entanto, esse conjunto de operações assumam as características de um restauro. De um modo geral, as recuperações impõem-se na sequência de situações de rutura do tecido urbano ou de casos de intrusão visual resultantes de operações indiscriminadas de renovação urbana. A recuperação urbana implica a requalificação dos edifícios ou conjuntos recuperados”<sup>8</sup>;
- d) reutilização, consiste numa nova utilização do edifício ou de um conjunto de edifícios. No entanto, a escolha do novo uso deve ser uma questão ponderada, pois quando se fala de reutilização de edifícios históricos, deve-se ter em conta as suas características construtivas, arquitetónicas, o seu carácter histórico e também artístico, para que o edificado em causa, não sofra demasiadas adaptações e intervenções prejudiciais a si próprio. A reutilização é uma forma positiva de intervir nos edifícios, desde que seja escolhida a função mais adequada às características do edifício;
- e) reabilitação, uma ação de reabilitação consiste em devolver a um edifício, ou conjunto urbano/rural, a sua capacidade de utilização, ou seja, tornar habilitado para funcionar novamente. A reabilitação pode trazer uma sobrecarga adicional, nem sempre sendo compatível com uma proteção patrimonial. Este facto é frequente em obras de reabilitação de edifícios históricos, os quais são adaptados para funções as quais não foram concebidos. Estas adaptações podem incluir a construção de elevadores e rampas, escadas, sistemas de deteção de incêndios, condutas para

---

<sup>8</sup> COMISSÃO de Coordenação da Região do Norte, Glossário de Termos, Porto, CCRN, 1998

---

cabos de telecomunicações, sistemas de ar condicionado, novas instalações sanitárias incluindo todas as instalações necessárias, etc.

- f) remodelação, resulta de uma alteração formal e construtiva do existente, frequentemente como consequência de uma adaptação de um edifício a uma nova utilização;
- g) ampliação, trata de uma intervenção, não na substância histórica do património, mas de adição à mesma. Uma ampliação, independentemente das suas qualidades enquanto obra de arquitetura, pode ser benéfica ou prejudicial ao património envolvente, dependendo da maneira como se relaciona com este. Daí inserir-se na área de intervenção no património;
- h) Reinterpretação, consiste numa reformulação formal dos elementos históricos (existentes ou desaparecidos), como base de projeto, para uma obra de reconstrução ou ampliação. Para esta reformulação são selecionadas apenas algumas características dos mencionados elementos históricos na conceção dos elementos (re)construídos (tais como dimensões, geometrias regrantas, materiais, elementos decorativos), distinguindo-se estes elementos reconstruídos dos elementos históricos através de outras características que lhe conferem o cunho de contemporaneidade da intervenção (se os novos elementos fossem concebidos de acordo com todas as características dos modelos históricos, tratar-se-ia não de uma reinterpretação, mas sim de uma cópia ou de uma reconstituição). A reinterpretação é um conceito frequentemente usado em reconstrução, mas também o pode ser em intervenções de remodelação ou de ampliação, com o objetivo de harmonizar o novo com o antigo.

### 3. NAVC: O CONTEXTO DO PASSADO

#### 3.1. Núcleo Antigo da Vila do Corvo: localização e desenvolvimento

A Vila do Corvo está localizada numa fajã lávica, que constitui a principal superfície aplanada da ilha. Apresenta, a nascente do edificado que se verifica atualmente, o Núcleo Antigo da Vila do Corvo, assinalado na Figura 1, implantado numa área de cerca de 0,07 Km<sup>2</sup>.



Figura 1- Foto aérea da ilha do Corvo, com localização do NAVC (Fonte: Luís Pimentel)

A descoberta e povoamento açoriano são temáticas envoltas em alguma incerteza. No entanto, é comumente aceite (Medeiros, 1997) que o arquipélago dos Açores foi descoberto despovoado em 1427 por Diogo de Silves, sendo que, numa carta de D. Afonso V de 1439, este ordena a introdução de ovelhas nas sete ilhas dos Açores, o que pressupõe que já teriam sido descobertas as ilhas dos grupos Oriental e Central.

A primeira ilha a ter sido povoada, através de um sistema de donatários<sup>9</sup>, terá sido a ilha de Santa Maria, em 1439 e seguida de São Miguel, povoada em 1444. Posteriormente, terá sido povoado o grupo Central entre 1450 e 1460 (Leite, 2016). Relativamente ao grupo Ocidental, Flores e Corvo, foi mais tarde a sua descoberta, em 1452, pelo navegador Diogo de Teive e o povoamento ainda mais tardio.

---

<sup>9</sup> Sistema através do qual a coroa concessionava, a um senhor denominado donatário, por norma membro da família real, o governo de um território (com exceção, a nível de jurisdição civil, da cunhagem de moeda e declaração de guerra, e a nível da jurisdição criminal, da pena de morte ou talhamento de membros).

A fisionomia do NAVC, é caracterizada pela singularidade da sua estrutura urbana de grande e complexa densidade, definida por um intrincado sistema de ruas estreitas e canadas, com um edificado de implantação irregular e de grande proximidade<sup>10</sup> (Medeiros, 1997).

De entre os vários fatores que contribuíram para esta malha habitacional destacam-se a pequena dimensão da ilha, o reduzido número de pessoas que nela se foram instalando e o isolamento, provocado pela praticamente inexistente relação desta com o exterior (mesmo com a vizinha ilha das Flores)<sup>11</sup>. A necessidade de se defenderem dos frequentes ataques dos piratas (quanto menor a dispersão, mais eficaz seria a defesa, ainda mais capacitada pela muralha natural existente) levou à concentração da construção do edificado junto ao porto e assim libertando os terrenos propícios para a agricultura.

O povoado começou o seu desenvolvimento a partir da Baía do Porto da Casa (Figura 2), sendo este, por um lado o ponto mais apropriado para a construção de um porto, e por outro, uma muralha natural. Ali, terá sido construída a primeira igreja<sup>12</sup>: “*Tem uma igreja de Nossa senhora do Rosário, de telha, e, defronte do lugar, está o porto da banda do sul, que se chama o porto das Casas, que é de calhau, que “não teria mais grandor que uma ermida”, construída sobre uma rocha “débil e quebradiça”, que se “vai arruinando a respeito dos baques do mar”, e que “mais parece um domicílio de criaturas irracionais do que casa de oração”* (Frutuoso, 2005).

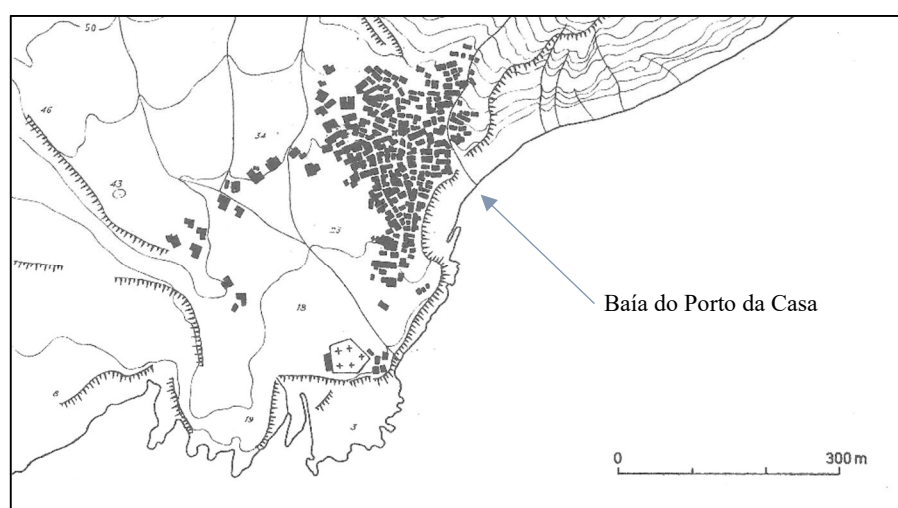


Figura 2 - Mapa da Vila do Corvo: Localização Baía do Porto da Casa (adaptação Medeiros, 1997)

Existem variadas interpretações de como seria viver na Vila do Corvo ao longo dos tempos.

<sup>10</sup> Segundo a alínea a) do n.º 2 do artigo 2.º do Decreto Regulamentar Regional n.º 20/2015/A, de 27 de outubro.

<sup>11</sup> Raul Brandão descreve “*todos moram na vila para fugirem à solidão tremenda*”, sendo que para este, o sentimento de solidão seria um dos motivos para os corvinos construírem as suas habitações perto umas das outras. (Brandão, 1926).

<sup>12</sup> A localização continua incerta. Já por 3 vezes, uma equipa de arqueólogos da Direção Regional da Cultura se deslocou ao Corvo, e fizeram-se escavações arqueológicas para tentar localizar a primeira igreja, infrutiferamente.

Pela experiência pessoal, menciono a versão que me faz mais sentido, envolta em romantismo, de certa forma pessimista, retratada no discurso de Raul Brandão (Brandão,1926): no Corvo, a vida era um fardo pesado, e onde, algumas centenas de pessoas, isoladas do mundo, sobreviviam à custa de esforço: *“Agora sei porque estes homens com fisionomia de painéis, ossaturas enormes e mãos gretadas me metem medo...Sua expressão é diferente – a expressão de ser que vive sob o jugo de ferro do tempo e das necessidades primitivas. Também já sei o que há no Corvo de importante: não são os costumes toscos nem a vida grosseira – o que há aqui de importante é a Vida (...). Aqui tenho sempre presente a ideia de Deus e a ideia da morte e vejo o tempo medir minuto a minuto na ampulheta, a vida que passa. A ilha é pobre e escavada, o silêncio mete medo, e o isolamento completo e fechado em roda pelo mar atormentado. Na verdade, eu não podia viver como estes homens, mas na hora da morte queria ser um destes homens”*.

Ao longo dos tempos a ilha do Corvo foi pertença de várias famílias e entidades (Vários Autores, 2007), a saber:

- De 1452 a 1475, aos Teive. Estes tiveram como ação apenas a introdução de gado na ilha, não mostrando interesse no seu povoamento.
- Entre 1475 e 1503, aos Telles. Neste período, não existe informação relativa a uma possível tentativa de povoamento.
- De 1503 a 1593, pertenceu aos Fonseca. Por volta de 1508-1510, dois residentes da ilha Terceira, Antão Vaz e Lopo Vaz, chegaram a acordo com a família Fonseca, sendo que Antão Vaz se instalou no Corvo, mas por 5 anos. Posteriormente, foi tentado novamente o povoamento por três irmãos Barcelos, também este falhado.
- Em 1548, foi confirmado como senhorio donatário das ilhas das Flores e Corvo, Gonçalo de Sousa, que enviou colonos, escravos e gado para o Corvo. Passados alguns anos, foram novos habitantes, desta vez da ilha vizinha, tendo começado a povoar as terras baixas. Ter-se-á instalado, nesta altura o povoamento definitivo da ilha.
- Em 1593, e até 1759, novamente a ilha foi doada, desta vez a Francisco de Mascarenhas. Nesta fase, não existem referências a escravos, tendo, no entanto, ocorrido um aumento de população residente, devido ao crescimento natural e também à abundância das aves marinhas existentes na ilha. A sua caça tornou-se numa das atividades relacionada com a subsistência da população, a par da criação de gado. Este, principalmente as ovelhas, era pertença do senhorio, e “vendido” à população anualmente, a cerca de 100 varas de panos de lã<sup>13</sup>. Também nessa altura os corvinos tinham de pagar, com a mesma regularidade, um foro de 40 moios de trigo<sup>14</sup> e ainda mais 80 contos de reis em pano de lã. Não será portanto de estranhar, a quantidade de eiras que existem nesta pequena vila. Teriam existido 37

---

<sup>13</sup>A vara de pano correspondia a 2m de comprimento por 0,5m de largura.

<sup>14</sup> O moio correspondia a 60 alqueires. Alqueire, medida de capacidade (15 Kg) e medida de superfície (1000m<sup>2</sup>). Atualmente, os 40 moios corresponderiam a 36 toneladas.

eiras<sup>15</sup>, das quais, atualmente, ainda se encontram 22. A localização destas estará provavelmente relacionada com os terrenos disponíveis, assim como com a sua posição em relação aos ventos. Verifica-se que o conjunto das eiras, forma um cordão que delimita a vila, e ainda um outro que a atravessa. Dada a importância e necessidade das eiras, era comum a mesma ser pertença de vários proprietários, o que acontece ainda nos dias de hoje (Figura 3). Neste período, e já na localização onde hoje se encontra, foi ordenada a construção da nova igreja, que aconteceu em 1695, embora com escassos recursos, tendo continuamente, beneficiado de alterações até à sua conclusão em 1798.

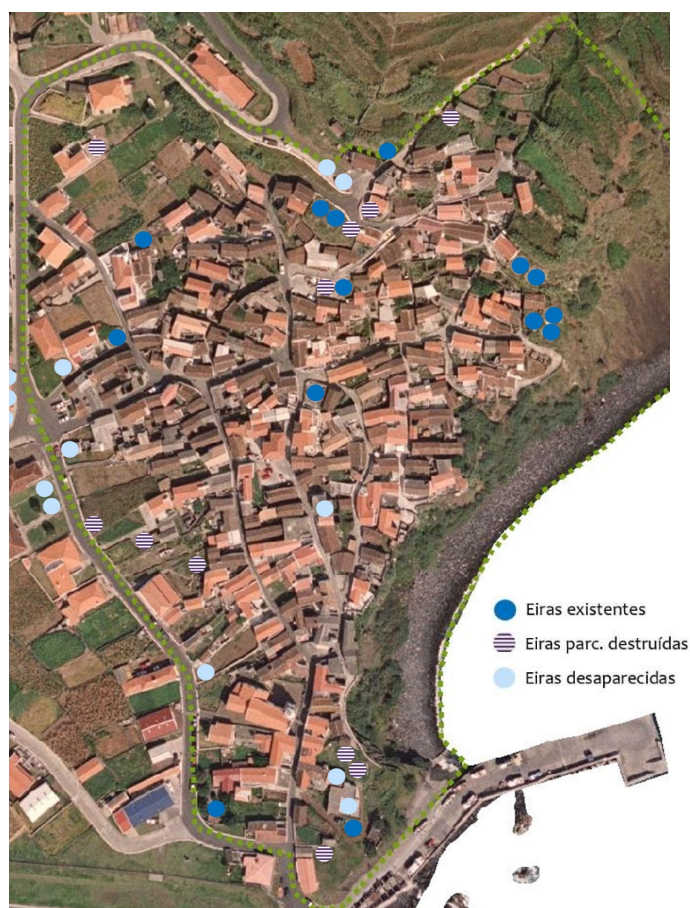


Figura 3 - Mapa de localização das eiras

- Entre 1759 e 1815, pertenceu à Coroa. O foro continua. A miséria continua. O Bispo de Angra, aquando a visita à ilha em 1762 recomenda ao vigário da paróquia que implorasse ao rei “*que ponha os olhos de sua enalta piedade nesta igreja e neste povo, que metido neste estreito ilhéu quanto agenciaia todo o ano é para o seu senhorio e fica mantendo a vida com*

<sup>15</sup> As eiras eram de fácil construção, uma vez que teriam os materiais facilmente disponíveis, quer as lajes de pedra para o pavimento, quer o calhau rolado para a sua delimitação.



*umas raízes de junça e mal pode restabelecer a sua igreja com a decência devida, que a capela-mor é como a de uma pobre ermida do campo. E nos constou era até há poucos anos uma casa de palha como são as de todos os habitantes neste ilhéu (...)*” (Jorge, 2001). Num documento datado de 1768, da Câmara de Santa Cruz, que acompanhava uma petição da população corvina ao capitão-general dos Açores, referiam-se as dificuldades em que se encontravam: as searas não dariam para pagar a pensão, o dízimo e ficar semente que não fosse para voltar a plantar; comiam junça, que seria para os animais; queimavam palha em vez de lenha, e que os homens e mulheres andavam praticamente nus. Mais relatava inclusivamente, que viviam dois e três casais numa choça de palha e que a população não conseguia aumentar a área de cultivo devido, por um lado, ao carácter inóspito de parte da ilha, por outro, a uma derrocada de terrenos aráveis que tinha acontecido dois anos antes, em 1766, e ainda pelo enfraquecimento gradual das terras cultivadas. Ainda nesta altura continuavam a ser escassos os contactos com o exterior, pelo que seria ainda com sinais de fumo que os corvinos comunicavam à ilha vizinha, a necessidade de troca de comércio.

- De 1815 a 1832, foi pertença de Pedro José Caupers. No final deste período, alguns corvinos deslocaram-se à ilha Terceira para se queixaram, ao Príncipe Regente<sup>16</sup>, das graves carências sentidas pela população. Através de decreto datado de 14 de maio de 1832, reduziu-se o foro para metade e foi eliminada a parte monetária<sup>17</sup>.
- Finalmente, por decreto de 20 de junho de 1832 (por iniciativa e conselho do ministro Mouzinho da Silveira), a povoação da ilha do Corvo, denominada de Nossa Senhora dos Milagres, foi elevada à categoria de Vila do Corvo (Figura 4).



Figura 4 - Exemplos ilustrativos da Vila do Corvo, 1900 (Fonte: Museu C. Machado<sup>18</sup>)

Em agosto de 1833, surge a primeira Câmara. Nesta altura, houve também a nomeação de um diretor para a “cadeira de letras da Escola de Ensino Mútuo. Apesar dessa nomeação, em 1836 ainda era mencionado que *“neste concelho não existe escola de qualidade alguma o que é bem sensível a*

<sup>16</sup> D. Pedro d’Alcântara de Bragança (n.1798, f.1834).

<sup>17</sup> Paga até então, e de forma coletiva, em panos de lã.

<sup>18</sup> Do Arquivo Fotográfico Coronel Afonso Chaves

*seus habitantes por se verem privados de um estabelecimento tão vantajoso*”. Tal facto seria preocupante, porque sem ler nem escrever, não poderiam exercer convenientemente as devidas funções na respetiva Câmara. Esta situação ainda se verificava em 1869, levando à extinção do Concelho uma vez *“que não havia nesta ilha quem exercesse os cargos de vereadores em consequência de serem quase todos os cidadãos deste concelho analfabetos, sem experiência dos serviços de administração pública, e que só maquinalmente assinam os seus nomes*”.

Não obstante o foro ter sido já reduzido para metade anos antes, ainda em 1837, o Secretário ao Governador, denunciava a pobreza que ainda se passava na ilha *“Assevero a V. Ex<sup>a</sup> que caso de por algum motivo tais foros se viessem a pagar todos os povos teriam de abandonar a terra que os viu nascer e irem para outra para poderem passar ou manter a vida, e isto, pela grande pobreza que aqui há, e mesmo se torna indigna de ser lembrada para nada esta ilha por falta de luzes e conhecimentos e simplicidade do povo”* (Jorge, 2001).

Pouco anos mais tarde, num ofício datado de 3 de janeiro de 1840, o Administrador do Concelho do Corvo escreve ao Administrador Geral do Distrito da Horta *“Quereria eu fazer ver a V. Ex<sup>a</sup>. o insignificante ponto, estado e circunstâncias desta ilha do Corvo, porém, quem não vê não pode acreditar por mais instâncias que se façam. (...) Assim, homens como mulheres, tanto grandes como pequenos, se empregam no seu laborioso trabalho de agricultura, desamparando naquele estado as suas casinhas mesmo porque dos habitantes nada há a recear, e uma vez que assim não fizerem decerto morrerão de fome”*. Em 31 de dezembro do mesmo ano, torna-lhe a escrever, implorando para que os habitantes do Corvo fossem removidos para a ilha das Flores, *“aonde sem vexame podem subsistir”* (Jorge, 2001).

Finalmente, em 1853, foi extinto o foro, e as terras foram vendidas aos antigos foreiros. A partir desta altura, os habitantes começaram a cultivar as próprias terras e criar o seu gado, e, desta forma, obter o seu adequado sustento, fruto do seu trabalho (Figura 5).



A



B



C

Figura 5 - Exemplos ilustrativos de vivências corvinas -1950/60 (A e B – agropecuária; C- pesca ) Fonte: AFC<sup>19</sup>

<sup>19</sup> Arquivo Fotográfico do Corvo – Coleção Padre Eugénio Rita.

A partir desta altura os corvinos conseguiram também fornecer mantimentos aos navios que aportavam frequentemente ao largo da ilha. Além disso, todos os materiais e madeiras que davam à costa, devido aos inúmeros naufrágios que ocorriam perto do Corvo e das Flores, eram confiscados.

Em 1890, foi constituída entre os “cavalheiros” do Corvo, uma Comissão de Melhoramentos. Dada a escassez de recursos de que a Câmara sofria, esta comissão reunia e juntava meios, entre os que a constituíam, para as despesas mais urgentes<sup>20</sup> da vila. Depreende-se, da constituição desta comissão, que os corvinos ansiavam bastante e lutavam continuamente para a melhoria das suas condições de vida.

Reconstruir a história dos acontecimentos da ilha do Corvo é uma tarefa complexa e por certo incompleta ainda que existam registos relevantes que importa contextualizar e relacionar. Para além de uma comunidade pequena, isolada e com fraca alfabetização, ocorreram dois incêndios que destruíram parcialmente os registos existentes: um, em 1867, no edifício da Câmara, e outro em 1939, na sacristia da igreja, tendo sido destruída muita da informação existente. Não obstante esses dois episódios, encontrou-se no arquivo paroquial, o 1º livro das sessões da Câmara onde falta a primeira folha, e a última tem a numeração de 26. Depois deste período, o 1º livro data de junho de 1968.

Do relato das sessões de Câmara, evidencia-se em junho de 1969, a discussão da extinção do Concelho por falta de pessoas competentes para os cargos de vereadores, uma vez que os cidadãos eram na sua maioria analfabetos e sem qualquer experiência de governação; em fevereiro de 1879, deliberaram pedir ao Governador Civil que se alcançasse uma verba para a água, e em setembro de 1887, onde se deliberou “*fechar os suínos desde 1 de julho a 31 de dezembro, por ser prejudicial à saúde pública e coisa repugnante e indecente a divagação destes animais em todo o tempo*”, ficando o infrator sujeito a uma multa em caso de desobediência.

Relativamente ao modo de vida e dinâmica social dos habitantes da ilha do Corvo esta era assente num certo comunitarismo, onde os habitantes possuíam, para além das suas propriedades privadas, o direito coletivo de uso de certos bens, sendo que estes, privados ou da comunidade, eram usufruídos por todas as famílias. Esse direito originava uma relação, que a nível social, era baseada numa reciprocidade de deveres e direitos - solidariedade comunitária (Medeiros, 1983).

Uma grande parte da área da ilha era constituída por terrenos baldios, de propriedade comunitária (Anexo III). Era nestes baldios que se criavam os animais (ovelhas, cabras, suínos), se ia apanhar lenha, e se fazia a caça dos pássaros<sup>21</sup> (angelitos, estapagados, boieiros, garajaus e forilos).

---

<sup>20</sup> Esses melhoramentos incluíram: consertar o único chafariz que havia e ainda calcetar parte da Rua da Fonte; calcetar parte da Rua da Matriz, a travessa do Marouço ao Outeiro e a rua que vai do Porto da Casa às Pedras; o alargamento do Porto Novo, a construção de outros chafarizes (Portão, Rego de Água e Lagos), a passagem de água do Tanque à ribeira da Lapa, e, ainda, metade da Rua da Fonte.

<sup>21</sup> Devido à grande quantidade de pássaros existente, estes eram de fundamental importância para a própria subsistência da população: serviam para comer, eram guardados em salmoura para todo o ano, e inclusivamente, derretiam os angelitos para fazer gordura que servia para as candeias e para engraxar as lãs que produziam.

Tratava-se, desta forma, de uma comunidade agro-pastoril, onde todos colaboravam, as mulheres, por norma, mais do que os homens, sendo que o trabalho familiar correspondia tanto às tarefas domésticas como às agrícolas *“homens como mulheres, e d’estas as que são lavradoras, trabalharão mais que os homens, ainda no cultivar das terras, além de muitos panos de linhos, e lans que fabricã”* (Cordeiro, 1866).

Embora algumas famílias tivessem mais terrenos (podendo, desta forma gerar um pouco mais de “riqueza”), a economia da ilha, uma vez que se baseava na agricultura e pastoreio, era resumida às trocas de meios e bens (não monetárias). Poderia criar-se gado num terreno de um vizinho que o tivesse disponível, e em troca, poderia receber o leite ou a carne, ou outro alimento ou bem; *“o povo do Corvo era um lugar de lavradores e pastores (...) porque não tendo o que vender cousa que façam dinheiro, não o têm para comprar mantimentos (...) e m ais não usão de permutações, do que compras e vendas, dando as couzas que trazem por outras que querem”* (Cordeiro, 1866).

Para além da troca de meios e bens e dos trabalhos recíprocos e gratuitos (como a caça dos pássaros, a matança do porco ou certas atividades agrícolas como as malhas do centeio e trigo), haveria o “trabalho por favor”<sup>22</sup> que correspondia a necessidades pontuais, de que é exemplo a construção das casas. *“Quando alguns habitantes da villa, tem de construir casa, todos os outros o auxiliam na sua empresa: uns encarregam-se de levantar as paredes – outros do emmadeiramento – outros da cobertura e dos reboques, sem salario algum, pois que o dono do novo prédio é, por este facto, obrigado a praticar, em circunstâncias análogas, o que os outros lhe fizeram”* (Vários Autores Açores, 1890) (Figuras 6 e 7).



Figura 6 - Exemplo ilustrativo de vivências corvinas – trabalhos recíprocos e gratuitos (Fonte: AFC<sup>23</sup>)

<sup>22</sup> O dia da lã era uma atividade que se fazia coletivamente: as ovelhas eram todas tosquiadas no mesmo dia, sendo que todos os habitantes colaboravam nos trabalhos que eram necessários. Esta atividade manteve-se muito depois de todas as ovelhas serem divididas pela população. Apenas em 1970 terminou esse trabalho coletivo, quando o baldio foi nacionalizado, e foram exterminadas todas as cabras e ovelhas, uma vez que já não poderiam pastar nesses terrenos.

<sup>23</sup> Arquivo Fotográfico do Corvo – Coleção Padre Eugénio Rita



Figura 7 - Figuras ilustrativas de vivências corvinas – “trabalho por favor” do dia da lã (fonte: AFC<sup>24</sup>)

Outros preceitos igualmente importantes e existentes na sociedade corvina relacionavam-se com o trabalho comunitário e o coletivo, em que toda a comunidade participava. Antes de 1832, eram os trabalhos comunitários que asseguravam o pagamento da renda devida pelos animais (ovelhas), mas depois da suspensão dessa renda, todos os habitantes tinham de colaborar nos trabalhos de conservação do baldio, como era o caso do “dia da Junta”, ou nos trabalhos de conservação e melhoria da vila, como era o caso do “dia da Câmara”<sup>25</sup> (Medeiros, 1983) (Figura 8).



Figura 8 - Figuras ilustrativas de vivências corvinas – “dia da Câmara” (fonte: AFC<sup>26</sup>)

Ao nível social, poderiam ser admitidas duas unidades de estrutura social, uma ao nível doméstico/familiar, e outra ao nível da comunidade, com um sistema de valores baseados no individualismo e no igualitarismo.

Ao nível das relações do grupo doméstico, eram condicionadas pela idade e sexo, sendo a idade a base de estratificação social, onde os mais velhos tinham total autoridade sobre os mais novos, e o homem sobre a mulher. A estrutura familiar era endogâmica, sendo o grupo doméstico constituído por norma, por três gerações. Era dominante a patrilocalidade, onde a rapariga que casava ia morar

<sup>24</sup> Arquivo Fotográfico do Corvo – Coleção Padre Eugénio Rita

<sup>25</sup> O “dia da Câmara” seria uma espécie de imposto sobre a riqueza da família, em que um elemento da família teria de pagar à comunidade, anualmente, três, dois ou um dia de trabalho, consoante esta possuísse junta e carro de bois, um dos bens, ou nenhum.

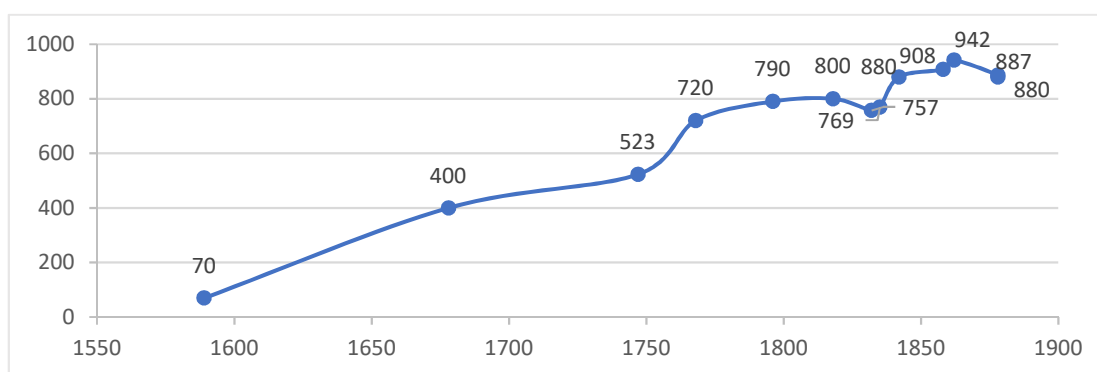
<sup>26</sup> Arquivo Fotográfico do Corvo – Coleção Padre Eugénio Rita

para casa dos pais do marido, evitando-se a divisão do património, sendo que também por isso, o filho receberia uma doação de uma “terça” por residir e cuidar dos seus pais idosos.

Relativamente às relações ao nível da comunidade, estas eram igualitárias, não fazendo hierarquização entre os grupos domésticos. As decisões que tinham de ser tomadas e implementadas em prol da comunidade, eram resolvidas em conjunto por todas as famílias, através dos seus porta-vozes e representantes, por norma os anciãos e também os sacerdotes, uma vez que estes últimos eram dotados de literacia. Exemplos de grandes decisões e lutas comunitárias, são a diminuição da renda a que estavam sujeitos em 1832, ou a recuperação do baldio pela população, em 1974, que havia sido nacionalizado quatro anos antes.

Relativamente à informação demográfica conhecida desde o povoamento até ao início do século XX (Soares, 2013), verificam-se algumas oscilações (Gráfico 1).

Gráfico 1 - Evolução populacional até séc. XX



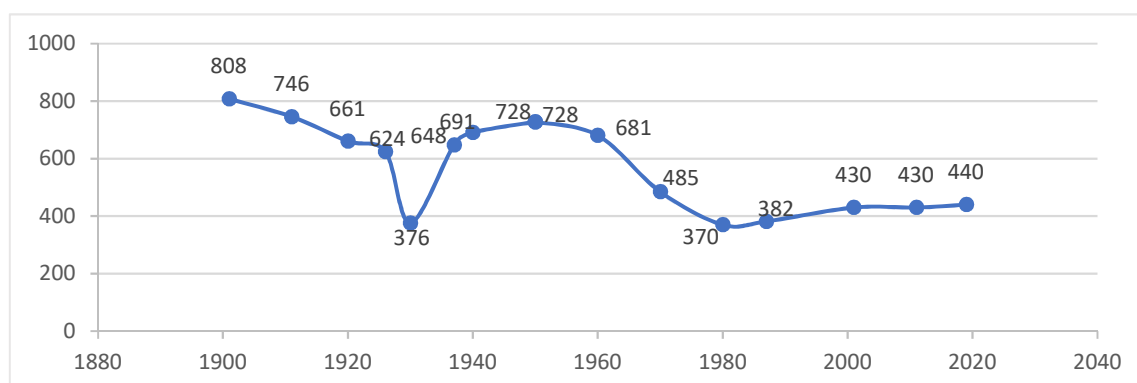
Analisando o Gráfico 1, constata-se que, desde o início do povoamento efetivo até cerca de 1780, houve um significativo crescimento da população, seguindo-se depois uma fase de alguma estabilidade, sendo que na década de 1840 e posteriores, se verifica um crescimento, para, duas décadas depois, e até ao final do mesmo século, se registar uma regressão da população (Amorim, 2018).

As oscilações da evolução da população podem ser associadas a diversos fatores. Poderão referir-se três crises de mortalidade, quando comparados os registos de óbitos com os dos nascimentos: a de 1719, onde foram registados 36 óbitos em 20 nascimentos, a de 1788, com 65 óbitos em 28 nascimentos, e a terceira e mais significativa, em 1816, que se sabe relacionada com a varíola, onde foram registados 119 óbitos em 26 nascimentos. O efeito da fuga ao serviço militar terá tido também uma contribuição significativa, com os “mancebos” a partir dos 16 ou 18 anos, a fugir para as baleeiras ou a emigrarem, sendo que, por volta de 1835, nas idades entre os 20 e os 24 anos, existiriam 38 homens em comparação com 100 raparigas.

O decréscimo da população posterior a 1860 e até ao final do século estará diretamente relacionado com a emigração para o Brasil e para os Estados Unidos da América.

Quanto aos dados relativos ao século XX, poderão identificar-se quatro períodos na evolução populacional (Gráfico 2 e ANEXO IV).

Gráfico 2 - Evolução populacional depois do século XX



No Gráfico 2 (Bruno,2001) verifica-se um primeiro período com grande quebra populacional, até cerca de 1925, altura que os Estados Unidos começaram a colocar entraves à emigração.

Um segundo período, até 1955 quando começa novo ciclo migratório. Apesar de se verificar a emigração para a América Latina, sobretudo Brasil, esta não foi significativa, havendo inclusivamente um acréscimo populacional. Nesta fase deixou de se balear na ilha do Corvo, devido à morte de um corvino em 1955.

Posteriormente, num terceiro período até ao início da década de 80, verifica-se um decréscimo populacional significativo, relacionado com um novo e forte fluxo migratório para os Estados Unidos.

Finalmente, um quarto período, com o início da década de 80 até aos dias de hoje. Neste período, associa-se apenas pontualmente a emigração. Verifica-se o desenvolvimento económico e social que se tem apurado na ilha, também motivado pela execução da pista do aeroporto, entre 1972 a 1983, pelo retorno dos emigrantes, pelo surgimento de novos postos de trabalho, como por exemplo a Repartição das Finanças em 1980, ou pela construção da Escola Básica Integrada Mouzinho da Silveira. Neste período, verificou-se um aumento populacional.

### 3.2. As casas do NAVC

Nas primeiras referências que se encontram relativamente à ilha do Corvo, mais particularmente às suas construções, surge o termo “casas palhaças”, que teriam baixas paredes de alvenaria de pedra tosca, onde assentaria uma cobertura de palha de duas águas inclinadas, sobre uma armação de madeira, contendo uma abertura na empena e poderiam ter ainda uma divisória complementar, nas de maior dimensão.

Seriam, provavelmente idênticas às habitações elementares do povoamento, ou ainda mais simples das descritas do tipo primitivas (normalmente constituídas com um só piso e divididas em três compartimentos: o meio da casa ao centro, de um lado o quarto de cama e do outro, a cozinha, com um recanto onde se situaria a lareira e o forno, com paredes em alvenaria de pedra seca de basalto

e as divisórias em madeira da região, que ficava à vista; o pavimento era em terra batida e apenas o quarto de cama teria um teto de forro e o chão coberto por um sobrado de madeira), embora pudessem diferir no que diz respeito à dimensão, pois estas seriam para abrigar famílias completas (Leite, 2016).

Nos princípios do séc. XVIII, as casas seriam já maiores, mais seguras e fortes, embora, tivessem apenas um piso e uma cobertura de madeira revestida a palha (Cordeiro, 1899).

Num ofício datado de 3 de janeiro de 1840, o Administrador do Concelho do Corvo descreve ao Administrador Geral do Distrito da Horta “*Contém a vila 150 fogos, que todos ocuparão 10 a 12 alqueiros de terreno. Não se acha uma só casa fechada, nem que tenha fechadura*”. Refere também que “*a perspectiva da villa não é desagradável, duas ou três casas, algumas choupanas e casaes rústicos cercados de verdura situados em amphiteatro sobem até à colina*”, num caminho “*escabroso que pizavamos*” (Vários Autores, 1890).

Por esta altura, os irmãos Buller descrevem que as construções de “*casotas, de pedra, ficam por trás de pequenos muros, sendo algumas cobertas de telha grosseira e outras de palha; não têm vidraças nas janelas nem chaminés. São construídas em fiada, umas acima das outras, na encosta do mundo*” (Buller, 1986). Teriam, na sua constituição, dois pisos com a cozinha e forno no piso inferior “*Por baixo, numa espécie de cozinha ou alpendre aonde o porco vinha comer e as galinhas se empoleiravam à noitinha, existia um forno de cozer o pão, uma lareira com cinzas(...)*” e dois compartimentos no piso superior separados por uma parede divisória de madeira (possivelmente tabique), um de maior dimensão (sala) por onde depois, nas extremidades dessa parede divisória, se acedia a um mais pequeno, com camas (quarto de cama).

Em 1853 com a extinção dos foros a que estava sujeita a população, foi possível aos habitantes cultivar as suas terras e também criar o seu gado. Facilmente se percebe que esta foi uma altura de mudanças significativas na melhoria da qualidade de vida dos corvinos, o que se terá, naturalmente, refletido nas habitações. De facto, em 1871 as casas estariam já todas cobertas de telha, refletindo as alterações que estariam em curso (Leite, 2016).

Segundo o Padre Lourenço Jorge, todas as casas foram construídas “*dentro de uma área de 500 metros quadrados aproximadamente. A estética e a higiene em nada afluíam nas construções que se faziam até há 20 anos (...) todas amontoadas e sem ordem alguma, cada qual aproveitando o tanto terreno que lhe pertence (...) pequenas casinhas que não têm comodidade nenhuma*”.

Em 1909, este fazia referência ao desenvolvimento do seu trabalho ao longo dos anos, por sua iniciativa e também enquanto membro da Comissão de Melhoramentos, nomeadamente aos trabalhos que realizou na igreja (que incluíram reforço com tirantes da cobertura, forrar o teto já com madeira serrada e envernizamento do mesmo, caiação das paredes, reparação dos estragos das cantarias danificadas e molduras, substituição da estrutura de barrotes do pavimento térreo com novo soalho e ainda melhorias do mobiliário da igreja, incluindo os bancos e também um sino, as portas da igreja, entre outras), à construção do novo cemitério, e outros.



Mais descreve ainda que dirigiu e aconselhou “*a modificação das construções corvinas, e até a minha própria casa foi construída, mais para bem dos meus paroquianos do que para minha comodidade*”<sup>27</sup> (Jorge, 2001). As casas foram sendo alteradas e melhoradas, nomeadamente com as paredes de alvenaria de pedra já argamassadas, carpintarias mais robustas e perfeitas, e também com introdução das chaminés. Carlos Medeiros (1997) descreve a “casa rural” corvina.

Estas casas são caracterizadas por apresentar, na sua constituição, alvenaria de pedra, dois pisos, escadaria exterior de pedra terminada por um patamar, podendo esta ser perpendicular ou paralela no que diz respeito à empena principal da habitação, sendo ligeiramente afastada nesta última versão.

Expõem a sua fachada principal, por norma, voltada a sul (para as Flores), contendo, na frente desta, um pequeno e estreito logradouro.

No piso inferior situam-se a cozinha e uma loja (onde inicialmente se guardavam os animais – essencialmente os porcos e galinhas, tendo depois apenas albergado o boi e as vacas, passando depois a espaços onde seriam armazenados produtos e alfaías agrícolas), separadas por uma parede estrutural também de alvenaria de pedra. Cada um destes espaços do piso apresenta uma abertura para o exterior, podendo ou não ter comunicação interior.

Associado à escada, encontrava-se muitas vezes o curral dos porcos e ainda uns palheiros anexos. Junto à cozinha, localizava-se um forno redondo com uma pequena abertura quadrada, e muitas habitações teriam fumeiros. Nas habitações onde existiam fornos, o pavimento do piso superior não ocupava a totalidade do piso inferior (como ainda se verifica em alguns exemplos da atualidade), deixando espaço entre este e a estrutura do forro de suporte das telhas. Nesta relação de desvão entre a boca do forno localizado no piso térreo e a cobertura um piso acima, se dissipava o fumo por ascensão, que assim se dispersava entre as telhas para o exterior.

Devido provavelmente aos ventos fortes que sempre se fizeram sentir na ilha, houve a necessidade de elevar o pé-direito do piso superior e conseqüentemente a sua cobertura, de modo a evitar a concentração de fumos.

No piso superior localizam-se a sala e os quartos, podendo estes apresentar disposições variadas e adaptadas ao formato do piso inferior, e este, por sua vez, encontrava-se muitas vezes sujeito às limitações do próprio terreno.

Com a introdução das chaminés nas edificações, para resolver o problema do escoamento dos fumos, foi possível aumentar também o pavimento do piso superior, estendendo-o para a zona da cozinha até chegar à parede da chaminé, e será nesta altura que surgem as comunicações verticais

---

<sup>27</sup> Em 1932, um incêndio na igreja destruiu parte do arquivo paroquial, pelo que as “Notas do Corvo”, escritas pelo Padre Francisco Lourenço Jorge e datadas de 1910 são um testemunho essencial para a compreensão da vivência corvina.

interiores (escadas estreitas e muito inclinadas) entre o piso inferior e superior, isto é, entre a cozinha e a sala. Paralelamente à introdução da chaminé, o forno passou a ser contruído no exterior da cozinha, com um formato semicilíndrico. O acesso a este fazia-se através da cozinha, junto a um lar, sendo que para aproveitar o espaço, as chaminés foram contruídas com grandes dimensões.

Nesta transição, entre o forno interior sem chaminé e o forno de volumetria pelo exterior, onde as paredes das chaminés passavam pela zona dos quartos, encontrava-se uma zona de arrumos/armário associado ao pequeno espaço, entre a chaminé e a parede exterior da habitação.

As coberturas das habitações, inicialmente de palha (do aproveitamento da produção de cereais e na sua escassez recorrendo à junça), eram normalmente de duas águas, e mais raramente de uma, sendo que depois se foram adaptando conforme as tipologias das habitações. Quando surgiram as telhas como revestimento, inicialmente eram executadas localmente em barro, posteriormente recorreu-se ao cimento e por último importavam-se telhas da ilha de Santa Maria.

Quanto à disposição das casas rurais, Carlos Medeiros (1997) retratava as habitações como de tipologia com planta retangular ou em “L”, na semelhança do que veio a ser mais recentemente analisado e verificado no levantamento da Arquitetura Popular dos Açores (Tostões, 2007). Esta informação, de forma esquemática e resumida, poderá ser verificada no anexo IV.



Dada a inexistência de números de porta na Vila do Corvo, e para a identificação individual de cada um dos 250 imóveis existentes, utilizou-se a estrutura existente das próprias ruas e canadas, acabando estas por constituir a separação do que se designou de “quarteirões” (Figura 10).

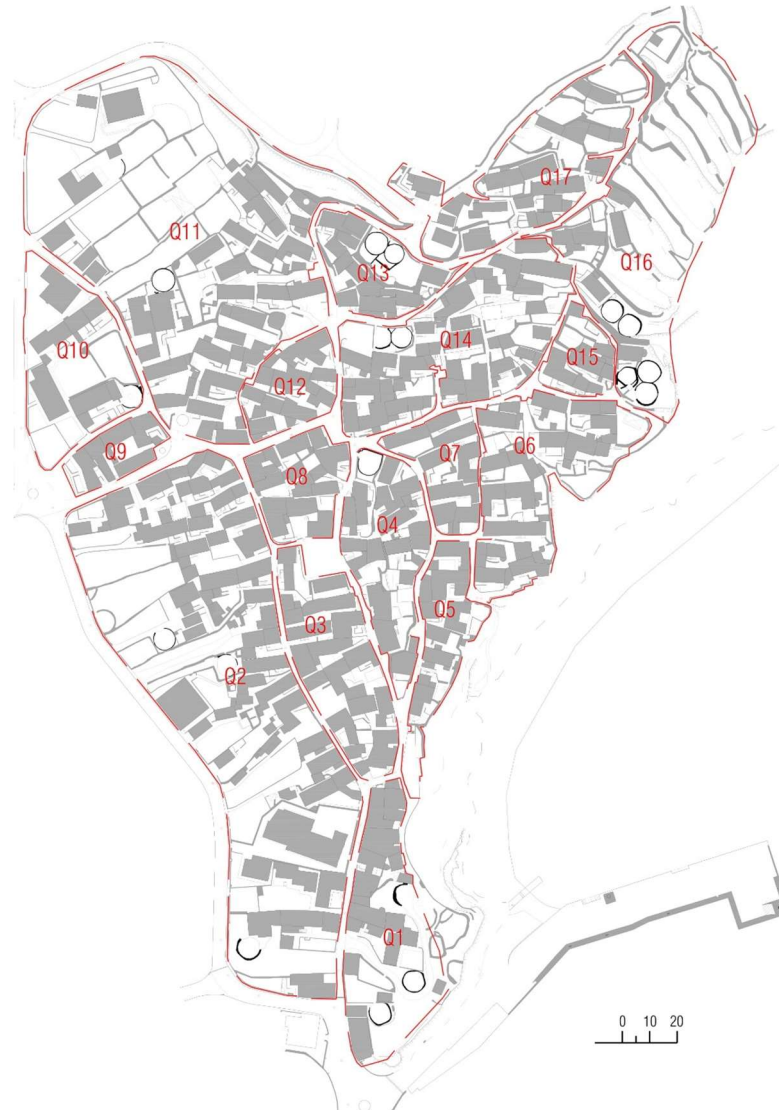


Figura 10 - Planta de implantação do edificado, identificando os quarteirões, do NAVC

Em 2015, e após protocolo assinado entre a Direção Regional da Cultura e a Câmara Municipal do Corvo, o GAT iniciou o apoio técnico à elaboração dos projetos de reabilitação e conservação dos imóveis do Corvo, no âmbito da salvaguarda e valorização do património cultural imóvel, pelo que a equipa posteriormente incidiu nesse objetivo, e não na continuação da caracterização e análise do edificado do NAVC.

Com esta base, foram definidos os aspetos que se pretendiam aprofundar, primeiramente, com foco no NAVC de forma geral, e em particular, no edifício habitacional – casa corvina.

#### 4.1.2. Aspetos, organização e modo de análise

O desenvolvimento do trabalho teve por base um conjunto de aspetos que foram previamente definidos como essenciais para a caracterização que aqui se apresenta.

Com vista à caracterização geral do NAVC, os aspetos contemplaram as vias de circulação e a toponímia, os espaços públicos e privados. No que diz respeito à caracterização do edificado (250 imóveis), os aspetos englobaram, numa primeira fase, a afetação e o estado de ocupação do edificado, o número de pisos e a materialidade aparente das fachadas, o tipo e a materialidade das coberturas e também dos vãos. Seguiu-se a análise do estado de degradação dos edifícios, e finalmente, as dissonâncias detetadas nos mesmos.

Quanto à caracterização do edifício habitacional - casa corvina - os aspetos incidiram nas informações dos levantamentos efetuados aos edifícios cujos proprietários pediram apoio técnico<sup>29</sup>, focando-se nas fundações e paredes, estrutura dos pavimentos, estrutura das coberturas e sistema de fumos.

O processo de trabalho baseou-se no pressuposto que todos os imóveis têm o mesmo interesse e peso para a caracterização que se pretende efetuar, tendo em conta as especificidades do contexto deste núcleo classificado. Como tal, a análise contemplou a interpretação das informações que se retiraram de todos os aspetos que foram sendo abordados ao longo da mesma, compilados num ficheiro *Microsoft Excel*, permitindo perceber e organizar a informação de forma sistemática.

Considera-se que a conjugação de todos os aspetos e a conseqüente análise contribui para a caracterização que aqui se apresenta.

#### 4.2. Caracterização geral do NAVC

Analisando o mapa da Vila do Corvo poderá observar-se, por um lado, a nascente, a densa malha de pequenos edifícios correspondente ao núcleo urbano antigo da vila, e, fora dos limites do mesmo, sobressaem edifícios de maior escala, ladeando as vias de circulação orgânicas (Figura 11).

---

<sup>29</sup> Foram realizados cerca de 75 levantamentos no âmbito do Protocolo de Colaboração entre a Direção Regional da Cultura e o Município do Corvo, que corresponde a cerca de 41% do total dos 185 edifícios habitacionais existentes no NAVC.



No sentido norte-sul surge marcadamente a Rua da Matriz, a Rua das Pedras e parcialmente a Rua do Outeiro. Relativamente ao sentido poente-nascente, destacam-se a Rua do Jogo da Bola, parcialmente a Rua do Outeiro que segue na Rua do Rego, e ainda, mais a norte, a Rua da Fonte.

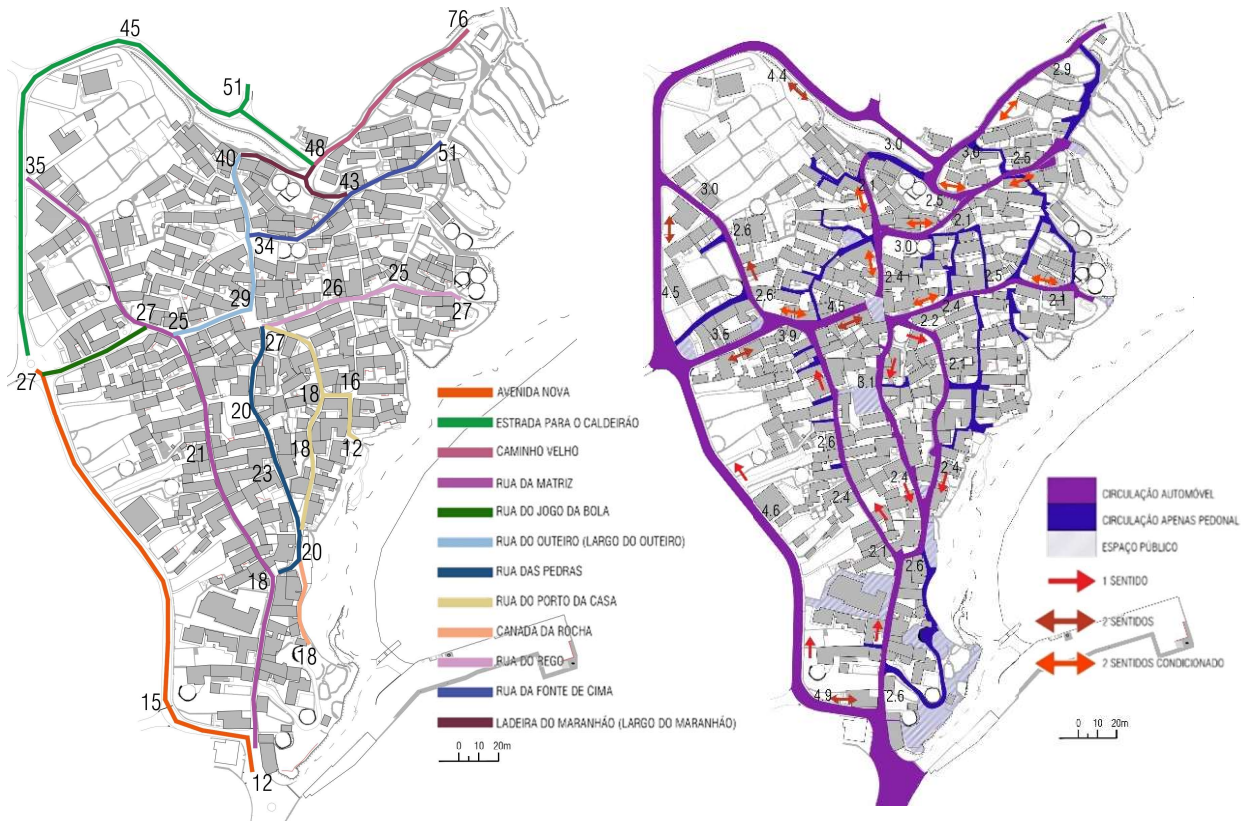


Figura 12 – Mapa da toponímia com cotas altimétricas e tipo de circulação

No que diz respeito à topografia, as cotas altimétricas assinaladas na Figura 12 são representativas da topografia do núcleo urbano. Em termos de diferenças altimétricas entre a sua cota mais baixa e a mais alta, a Avenida Nova, apresenta uma diferença de 15 m, a Estrada para o Caldeirão, 24 m, o Caminho Velho, 28 m, a Rua da Matriz, 23 m, a Rua do Jogo da Bola apresenta-se praticamente de nível, a Rua do Outeiro (incluindo a sua Ladeira) apresenta 15 m, a Rua das Pedras, 9 m, a Rua do Porto da Casa, 15 m, a Canada da Rocha apresenta uma diferença de 2 m, a Rua do Rego apenas desce ligeiramente na sua zona central, com uma diferença também de 2 m, enquanto a Rua da Fonte de Cima apresenta 17 metros, e a Ladeira do Maranhão, para o seu lado nascente, apresenta uma diferença altimétrica de 5 metros, e para o poente de 8 metros.

Quanto à circulação automóvel, ocorre nos dois sentidos, num sentido, ou nos dois de forma condicionada, dada a reduzida largura das ruas. Ainda que nas ruas mais largas (entre 3,5m e 4,9m), esta ocorra nos dois sentidos a uma velocidade reduzida, nas mais estreitas (entre 2,1 e 3,0 m), mas também com dois sentidos, verifica-se o respeito pela prioridade. Nas ruas do Porto da Casa, das Pedras e da Matriz, com larguras entre 2,1m e 3,1m, a circulação ocorre apenas num sentido.

Em toda a zona que permite circulação automóvel os pavimentos (de betonilha e calçada irregular) foram substituídos, em 2018, por calçadinha de basalto e também *pavet* de betão colorido (Figura 13-A,E,F,G). Nos restantes pavimentos do NAVC, podem observar-se ainda calçada antiga de seixo rolado, betonilha ou ainda terra batida (Figura 13-B,C,D,F).



Figura 13 - Figuras ilustrativas das ruas, canadas, ladeiras, caminhos e grotas: A- Rua do Jogo da Bola; B- Caminho Velho; C- Canada do Graciosa; D- Grotão da Fonte de Cima; E- Largo da Cancela; F - Canada do Maurício; G- Rua do Outeiro

#### 4.2.2. Espaços públicos

Os espaços públicos existentes, sendo de uso comum e posse de todos, dependendo da sua localização, são representativos e caracterizadores de uma certa especificidade de acontecimentos da história da vila (Figuras 14, 15 e 16).





Figura 14 - Localização dos espaços públicos no NAVC

O Largo do Outeiro, sendo o mais central, seria também o mais importante<sup>31</sup>. Por aqui passavam as atividades sociais e religiosas, e também quem queria ir para as ruas da Fonte de Cima, do Rego, do Porto da Casa, da Matriz, das Pedras ou mesmo para a Rua do Ribeirão. Este local era onde, depois de jantar, os mais velhos se encontravam e todos os assuntos se debatiam.

Nos dias de hoje, ainda mantém um pouco a sua relevância social, uma vez que aqui se localizam o edifício do Banco Espírito Santo e também o da Casa do Povo (atualmente, desativada, sendo utilizada como arquivo da Câmara Municipal).

<sup>31</sup> Segundo informação transmitida, por email do dia 28/06/2020 do Dr. João Saramago (Corvino, nascido em 1952, filólogo, investigador no Centro de Linguística da Universidade de Lisboa, autor de diversas publicações científicas nas áreas da dialetologia, geografia linguística e dialetometria).

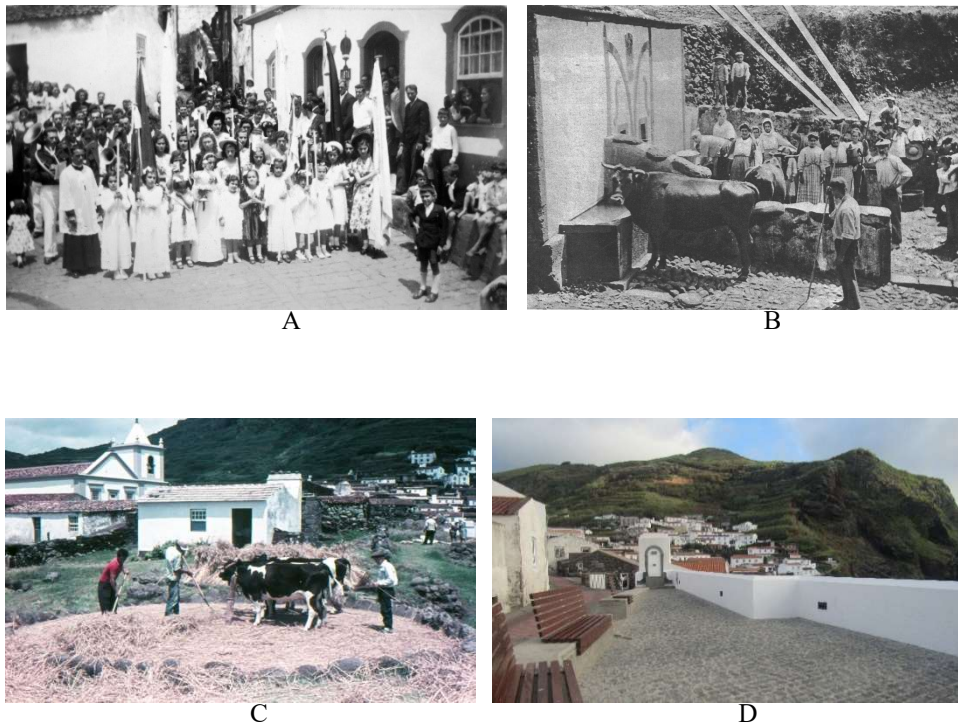


Figura 15 - Ilustração de espaços públicos: A- Largo do Outeiro; B- Lavadouro da Fonte de Cima; C- Vigia; D- Chafariz da Rua das Pedras (Fonte: AFC<sup>32</sup>)

O Largo da Cancela (ao lado do antigo Marouço) seria o local predileto de encontro dos jovens de antigamente, uma vez que os mais idosos teriam o do Outeiro. Seria também o local onde estava localizada uma cancela que fazia a separação entre o núcleo urbano e as terras de baixo. Segundo os anciãos contam, essa cancela impediria que os porcos circulassem livremente para as terras de baixo (zonas do cultivo), mas que seguiriam livremente para as terras de cima e baldios<sup>33</sup>. Hoje, é um largo onde as pessoas se sentam, e aguardam para serem atendidos na Rede Integrada de Apoio ao Cidadão, na Segurança Social ou ainda na agência do banco Banif.

O Lavadouro da Fonte de Cima, para além da utilidade sanitária existente até há cerca de 55 anos, era também um local de convívio social, neste caso, para as mulheres.

O Chafariz da Rua das Pedras e a Vigia, atualmente apenas locais de contemplação de paisagem, adquiriram a sua importância social, quer com a existência das eiras e as consequentes atividades agrícolas inerentes, quer com a construção do Porto da Casa, onde os mais curiosos iam ver carregar e descarregar gado, mercadorias, ou contemplar quem chegava ou partia da ilha.

<sup>32</sup> A, B e C: Arquivo Fotográfico do Corvo – Coleção Padre Eugénio

<sup>33</sup> Essa versão poderá parecer pouco credível, pois praticamente todas as casas tinham a sua pocilga, ou local para abrigar os porcos dentro da propriedade, pelo que estes não andariam à solta pela vila.

O Largo do Maranhão, apesar de socialmente não ter muito protagonismo, era um local por onde passavam todos os carros de bois dos lavradores que tinham como destino as terras de cima e o Caldeirão, passando pelo Caminho Velho. Era o local onde se ouviam os travões dos carros de bois, sendo esse barulho indicativo que viria um carro no sentido de cima para baixo, não podendo por isso seguir nenhum outro em sentido inverso. Atualmente, é apenas um local de contemplação da paisagem (Figura 16).



Figura 16 - Ilustração de espaços públicos: A- Largo do Maranhão (eiras); B- Canto do Rego; C- Largo do Ribeirão; D- Largo da Igreja de Nª Senhora dos Milagres

A partir do Canto do Rego, ter-se-ia uma vista privilegiada para a baía do Porto da Casa. Nesta zona existem 5 eiras por ser uma zona favorável aos ventos, que permitiam joeirar o trigo no final da debulha. Era também a partir da Rocha do Rego que se extraía a pedra de melhor qualidade, destinada aos fornos e eiras. Do Canto do Rego existiriam dois acessos pedonais à baía. Atualmente, é um local de contemplação de paisagem, onde foi colocado um painel de azulejo alusivo à batalha entre corvinos e piratas, cuja vitória foi atribuída à intervenção de Nossa Senhora dos Milagres, em 1632.

Na Travessinha, relatam os anciãos, existiram construções, mas tem atualmente instalado um parque infantil, sendo um local de desafogo urbano, utilizado para estacionamento e para realização de atividades culturais ao ar livre.

O Largo do Ribeirão, desde sempre local de passagem, é também um local de estar, principalmente dos mais velhos, devido à proximidade do Centro Social, antiga escola primária. Tem dois bancos de jardim e é privilegiado com sombras de árvores, praticamente inexistentes no NAVC. Integra

uma rotunda para onde convergem uma via de saída do núcleo (Rua do Jogo da Bola), a via que o limita (Avenida Nova) e também a Estrada para o Caldeirão, por onde passam todos os que visitam a caldeira do vulcão. Nas imediações existem vários serviços públicos que incluem a Câmara Municipal, os correios, a farmácia e a escola sendo nos dias de hoje o local de maior movimento viário e pedonal da vila.

O Largo da Igreja era o local onde os homens passavam a hora da missa. Atualmente, inclui a casa mortuária, e é local de passagem pedonal entre a Rua da Matriz e a Avenida Nova, onde se encontram a única padaria da vila, e o edifício da lota de peixe.

#### 4.2.3. Espaços privados

O espaço privado do NAVC é composto pelas suas parcelas constituintes. Cada parcela, não se encontra associada à definição de terreno urbano ou rústico, mas sim com o limite da propriedade de um mesmo dono (Figura 17).

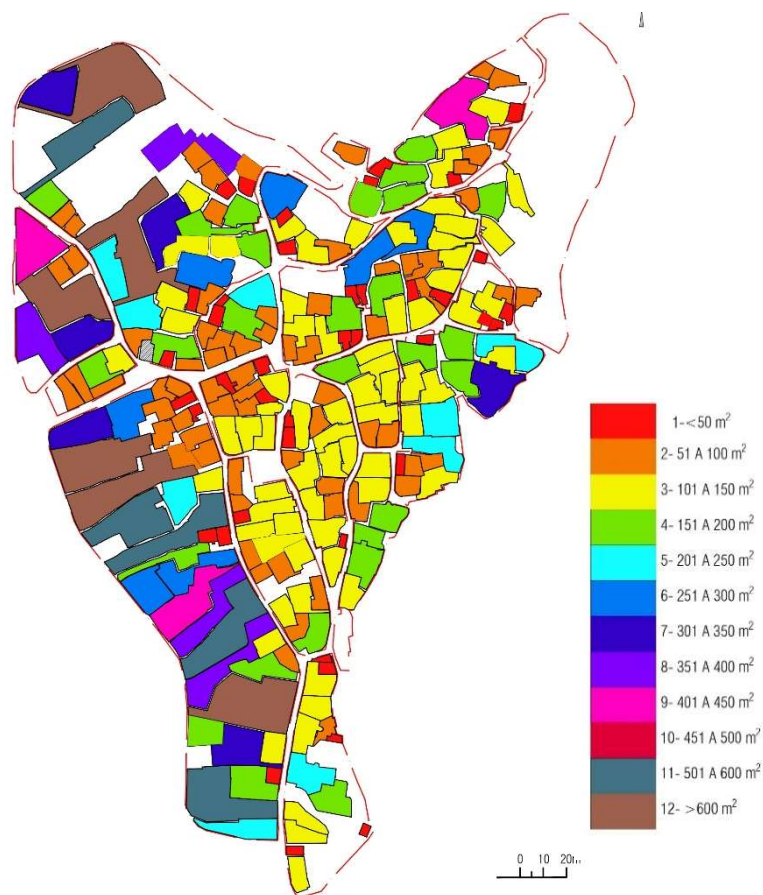
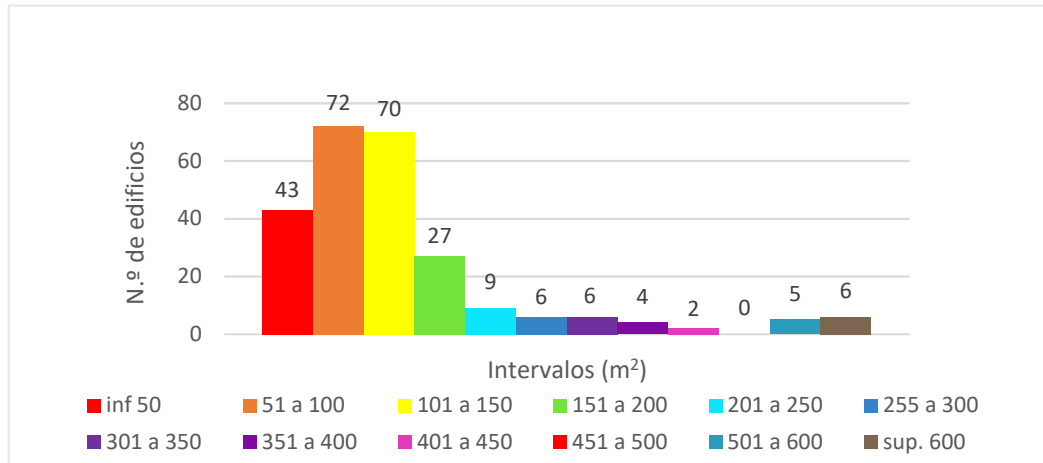


Figura 17 – Localização e identificação da estrutura cadastral das parcelas constituintes do NAVC

Após a identificação das parcelas, procedeu-se à contabilização da sua área, e, tendo em conta intervalos de áreas de 50 em 50m<sup>2</sup>, estabeleceram-se 12 intervalos (Gráfico 3).

Gráfico 3 - Área das parcelas do NAVC



Pela análise do mapa de divisão de parcelas e do gráfico da área das parcelas, verifica-se que parte significativa das parcelas, 212 das 250 identificadas (85%), apresentam uma área inferior a 200m<sup>2</sup>. Estas localizam-se da Rua da Matriz para nascente e da Rua da Fonte de Cima para sul. É nesta área do NAVC que se encontram as parcelas mais pequenas, que corresponderiam, muito provavelmente, às construções iniciais. Em termos de representação mais significativa, 29% possuem uma área que se encontra no intervalo 51 a 100 m<sup>2</sup> e 28 % no intervalo 101 a 150 m<sup>2</sup>.

### 4.3. Caracterização do edificado

Após a caracterização geral do NAVC, importa analisar o edificado que o constitui na sua globalidade, tendo em conta a utilização e ocupação, fachadas, coberturas, vãos, degradação e dissonâncias, dando também algum protagonismo ao caso concreto do edifício habitacional.

Os principais materiais utilizados nas construções do NAVC foram, até meados do séc. XX, essencialmente a pedra vulcânica, a madeira e o barro, pelo fato de serem os materiais disponíveis na ilha.

A pedra, de origem vulcânica, apresenta-se em forma de basalto, traquito e tufo. Era utilizada nas paredes de alvenaria, em escadas e balcões, currais, eiras e muros divisórios das propriedades (Figura 18). As madeiras utilizadas, quer na construção das habitações, nomeadamente estruturas de pavimentos e coberturas, pavimentos, paredes divisórias, tetos, escadas interiores, portas, janelas e rodapés, quer no mobiliário e alfaias agrícolas, eram as disponíveis na “terra”, nomeadamente o cedro, o castanho, o carvalho ou a acácia, e mais recentemente, a criptoméria.



Figura 18 - Exemplos ilustrativos da utilização de materiais locais (Fonte: Museu C. Machado<sup>34</sup> e AFC<sup>35</sup>)

Havia, também, as madeiras “do mar”<sup>36</sup>, provenientes de navios “desalvorados”, abandonados ou naufragados, repletos de madeira, sendo que toda era aproveitada para as construções, desde a madeira da carga, até à madeira do próprio casco dos barcos, em pinho resinoso, que nas outras ilhas, era usada nas construções mais ricas.

#### 4.3.1. A função do edificado

O NACV tem, na sua constituição, edifícios religiosos, equipamentos públicos, serviços, comércio, restauração, casas de despejo/abegoaria e habitações que fazem parte do conjunto de atividades humanas implantadas na Vila do Corvo.

Os edifícios religiosos são a Igreja Nossa Senhora dos Milagres, Casa Mortuária, Império, Casa do Império, Casa do Padre. Relativamente aos equipamentos públicos, encontram-se a Biblioteca Municipal, Centro de Interpretação Natural e Cultural do Corvo atualmente Centro de Interpretação de Aves Selvagens do Corvo, o Gabinete de Apoio Técnico do Ecomuseu, Museu do Tempo e a Casa do Povo.

Quanto aos edifícios utilizados em serviços, estão disponíveis a Delegação da Secretaria Regional do Turismo e Transportes, a Delegação da Assembleia Regional, o Serviço do Ambiente, o edifício multisserviços da RIAC e Segurança Social, e a dependência bancária do Banif.

Os edifícios de comércio local que se encontram são a mercearia Pedras, Venda Fraga Nunes, Venda Fátima Valadão, e a Venda António Silva. Os edifícios de restauração são o Bar dos Bombeiros e o Restaurante Traineira. Relativamente às casas de despejo/abegoaria (incluindo arrumos ou garagem), estas encontram-se dispersas pelo núcleo, sendo que os restantes edifícios que este apresenta, correspondem aos edifícios de habitação (Figura 19 e Gráfico 4).

<sup>34</sup> Arquivo Fotográfico Coronel Afonso Chaves (fotografia à esquerda)

<sup>35</sup> Arquivo Fotográfico do Corvo – Coleção Gerbert (fotografia à direita)

<sup>36</sup> Testemunho do Mestre Leonel Lourenço Jorge, marceneiro, em “Testemunhos dos Ofícios antigos subsistentes nas ilhas dos Açores – Flores e Corvo” (Langhans, 1985).

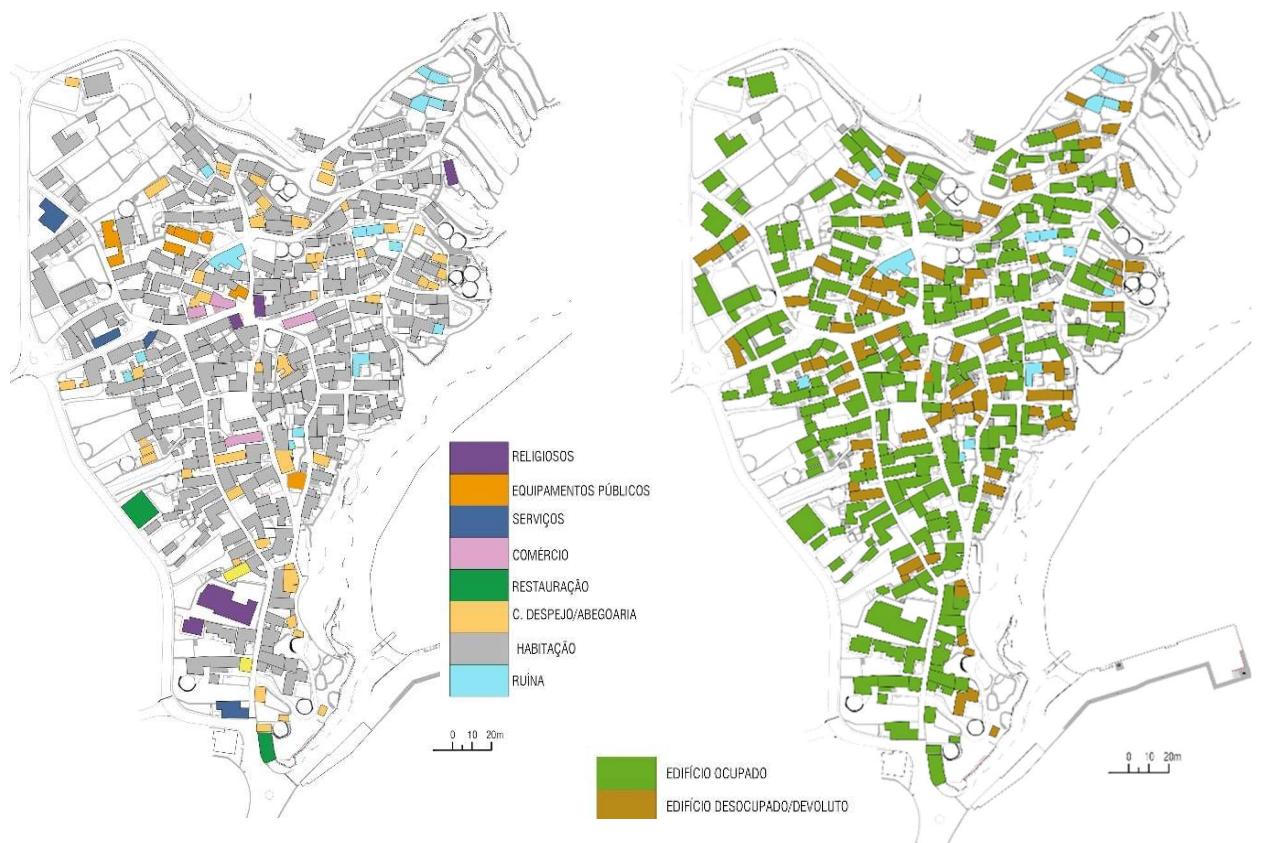
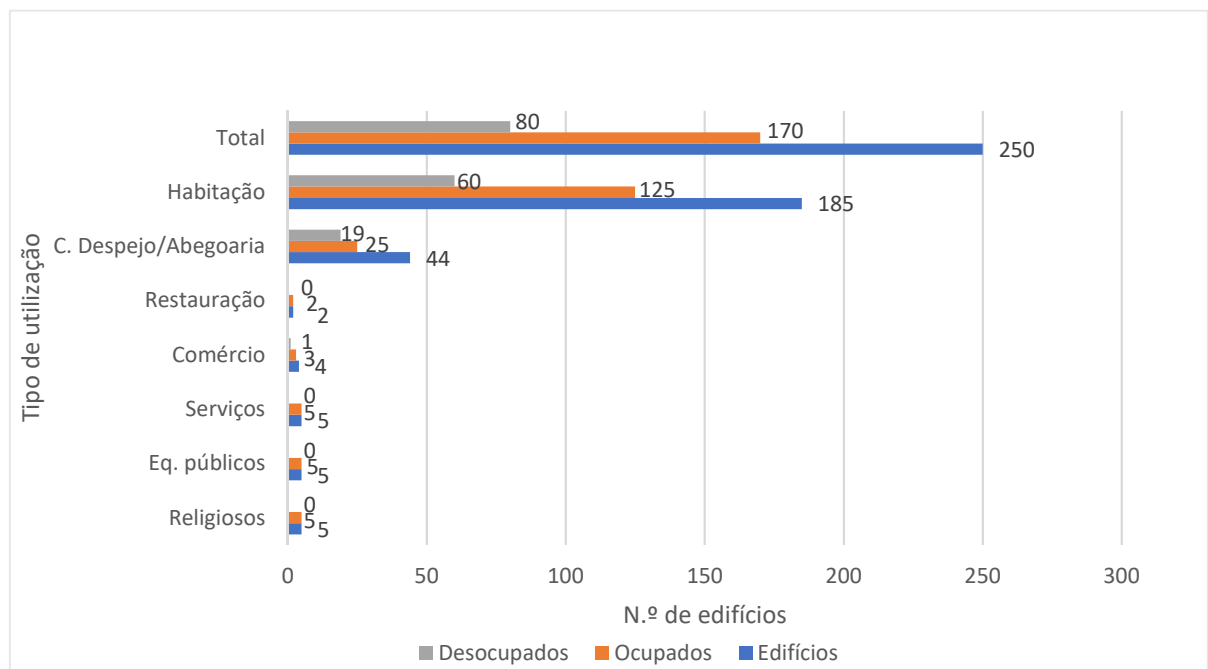


Figura 19 – Localização e identificação do tipo de utilização e estado de ocupação do edificado do NAVC

Gráfico 4 - Estado de ocupação dos edifícios do NAVC



Os edifícios religiosos, equipamentos públicos, serviços e ainda da restauração encontram-se 100% ocupados o que poderá dever-se à sua especificidade em termos de utilização, necessitando de valorizar o investimento efetuado. Quanto aos edifícios de comércio, verifica-se que apenas 3 dos 4 se encontram em funcionamento (ocupados).

Relativamente às casas de abegoaria/despejo, dos 44 edifícios, 57%, encontram-se a ser utilizadas. A não ocupação dos restantes dever-se-á provavelmente ao facto de a maior parte dos edifícios, ter por norma vários herdeiros, sendo que estes ou se encontram fora, ou são muitos e apenas alguns os utilizam. Verificando-se a necessidade de procederem, por exemplo, a obras de manutenção/conservação, os utilizadores não querem arcar sozinhos com as despesas.

Compatibilizando esta informação com a do tipo de utilização dos edifícios, relativamente aos edifícios habitacionais, verifica-se que, dos 185 imóveis, apenas 68% (125) estão ocupados.

Ainda analisando a Figura 19, verifica-se que os imóveis habitacionais apresentam têm uma expressão muito significativa na malha urbana.

Os restantes edifícios, de carácter público, localizam-se, na sua maior parte, da Rua das Pedras e do Outeiro para oeste do núcleo, devendo-se, por um lado, à acessibilidade aos mesmos e, por outro, à proximidade com a restante malha do município.

#### **4.3.2. Fachadas**

O edificado existente do NAVC apresenta, na sua constituição, um, dois ou três pisos. Analisando a Figura 20 e o Gráfico 5, verifica-se que a grande maioria dos edifícios (80%) apresenta dois pisos. Tal indica que as construções mantiveram as volumetrias, pelo menos desde 1838.

Verifica-se também que, dos 199 edifícios que apresentam dois pisos, 161 apresentam dois pisos e são habitacionais, o que faz sentido, uma vez que a maior parte dos imóveis do núcleo têm esta utilização.

Compatibilizando esta informação, com a do tipo de utilização dos edifícios, verifica-se que no caso dos 185 edifícios habitacionais, 15 apresentam 1 piso (8%), 161 apresentam 2 pisos (87%), 2 apresentam 3 pisos (1%) e 7 encontram-se em ruína (4%).

Através ainda da Figura 20, verifica-se que a maior parte das fachadas dos edifícios se encontra rebocado.

No entanto, quando tal não se verifica, nos panos das fachadas, quando a pedra é aparente, pode observar-se como está disposto o seu aparelho nomeadamente nos alinhamentos horizontais com as pedras dos cunhais, das ombreiras e padieiras e também do próprio enchimento do paramento.



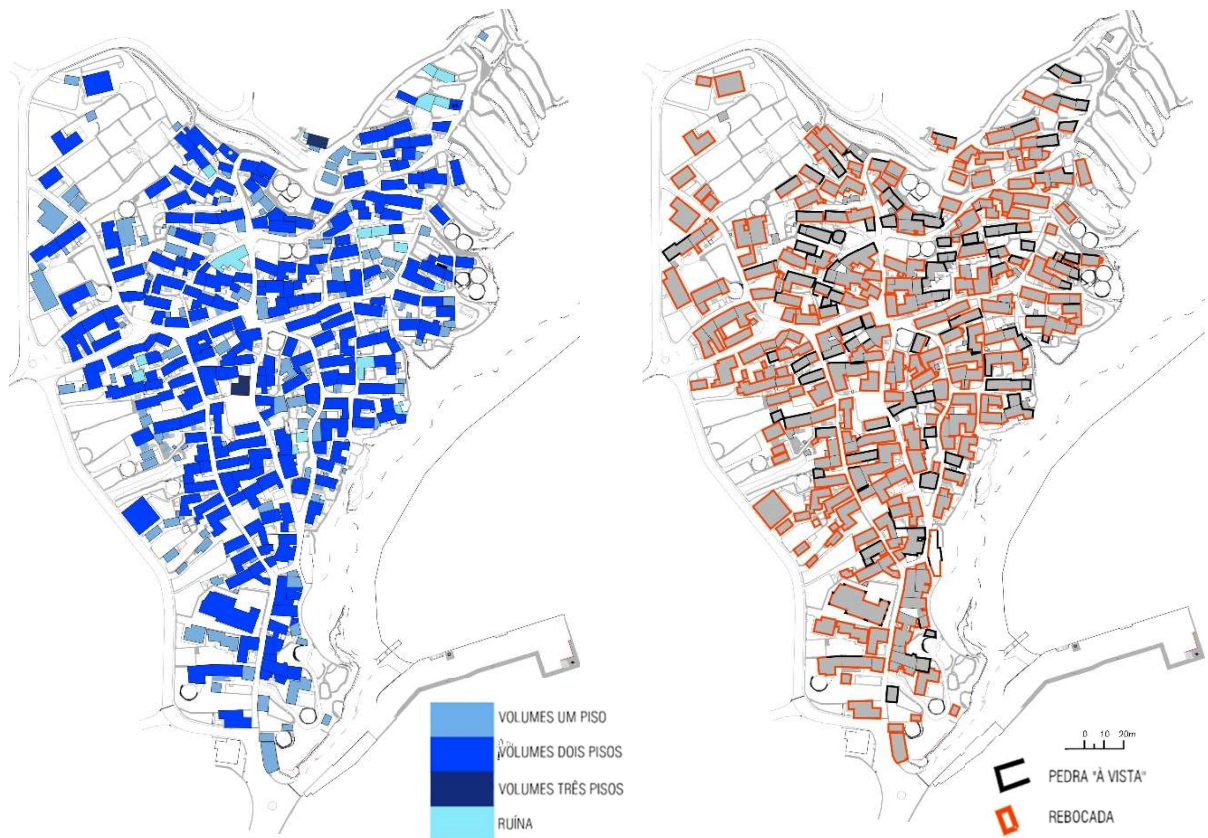
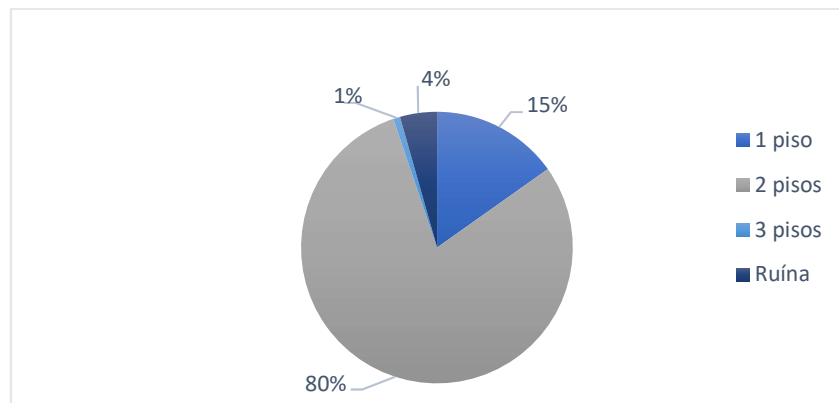


Figura 20 – Identificação do nº de pisos e materialidade aparente do edificado do NAVC

Gráfico 5 - Número de pisos dos edifícios do NAVC



Ao nível dos cunhais as pedras são, geralmente, de melhor qualidade, e dispostas alternadamente em direções perpendiculares, tendo, na sua parte central, enchimento de pedra, cascalho e barro. Apresentam uma certa nobreza formal, mais ou menos bem-talhada e com blocos de grandes dimensões (Figura 21-A e B). Nos cunhais podem observar-se blocos de maior ou menor dimensão, não tão bem-talhados, mas ainda com uma certa expressão formal (Figura 21-C e D) e ainda blocos

de menores dimensões, e menos regulares (Figura 21-E e F). Evidencia-se o conhecimento técnico de processos construtivos tradicionais, mesmo em pequenas casas vernaculares.

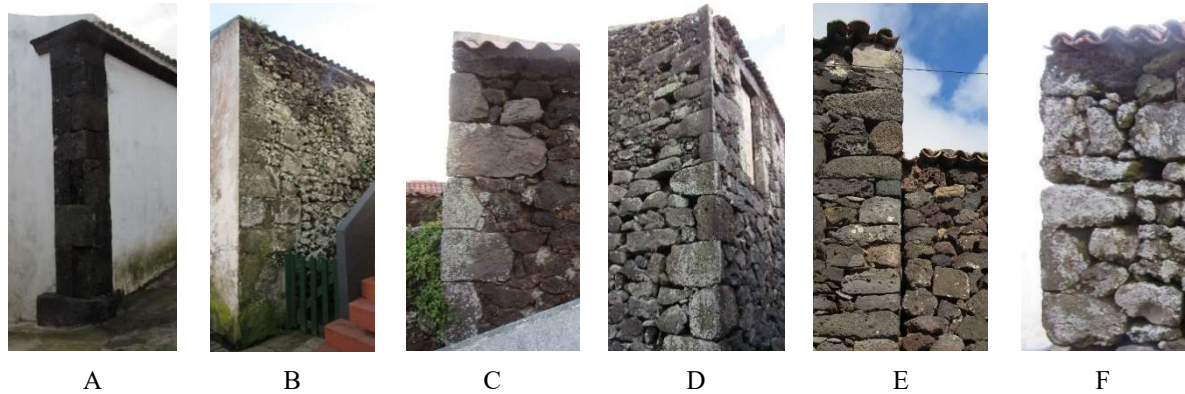


Figura 21 - Exemplos ilustrativos de pedras dos cunhais

Nas padieiras e ombreiras das portas podem encontrar-se pedras grande dimensão, bem-talhadas e definidas (figura 22-A), assim como pedras de grandes dimensões mas não tão bem talhadas (Figura 22-B), de menor dimensão ou menos regulares e com menor expressão formal (Figura 22- C, D e E).



Figura 22 - Exemplos ilustrativos das pedras de padieiras e ombreiras de portas

Quanto às padieiras e ombreiras das janelas, podem observar-se pedras de maior dimensão, bem-talhadas e definidas (Figura 23-A), assim como pedras de grandes dimensões mas não tão bem definidas ou talhadas e com menor expressão formal (Figura 23-B e C). Encontram-se também pedras que delimitam os vãos que não têm propriamente peças definidas de ombreiras ou padieira, apresentando pedras de menor dimensão (Figura 23- D), e ainda outras menos bem definidas. (Figura 23- E).

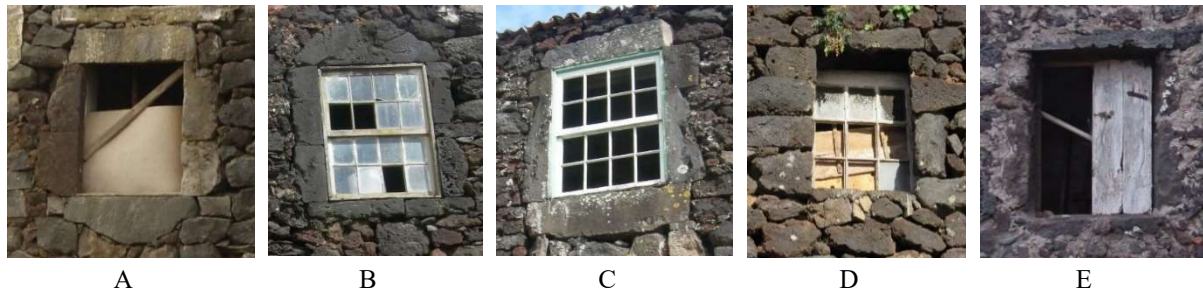


Figura 23- Exemplos ilustrativos das pedras de padieiras e ombreiras de janelas

Relativamente às pedras de alvenaria do enchimento das paredes, verifica-se que estas podem ser colocadas de forma mais ou menos evidente à fiada (Figura 24-A e D), ou de maior ou menor dimensão e maior ou menor homogeneidade (Figura 24-B e C), podendo observar-se, na mesma fachada, pedras de variadas dimensões de basaltos, tufos e traquitos (Figura 24).

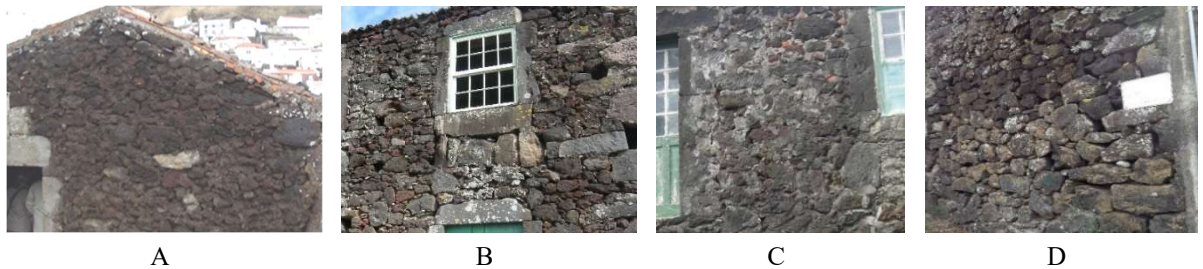


Figura 24 - Exemplos ilustrativos da distribuição da pedra de enchimento das paredes

No que diz respeito às juntas que fazem o preenchimento das pedras das paredes exteriores, verifica-se que estas podem ser de terra/barro (Figura 25-A), mais ou menos recuadas (Figura 25-B), de argamassa, encontrando-se esta em algumas situações mais ou menos alinhadas à superfície das pedras (Figura 25-C e Figura 26-A), de barramento tosco (Figura 26-B), ou rebocadas com argamassas de cal, cimento e barro, e pintadas na cor branca (Figura 26-C).

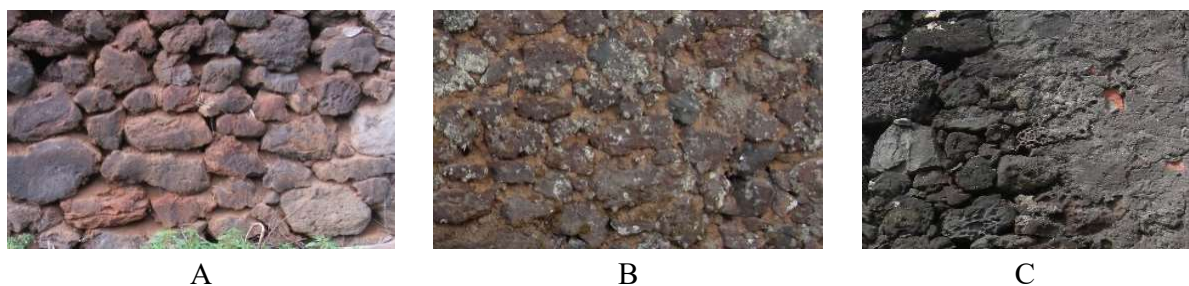


Figura 25 - Exemplos ilustrativos de juntas das pedras de enchimento das paredes

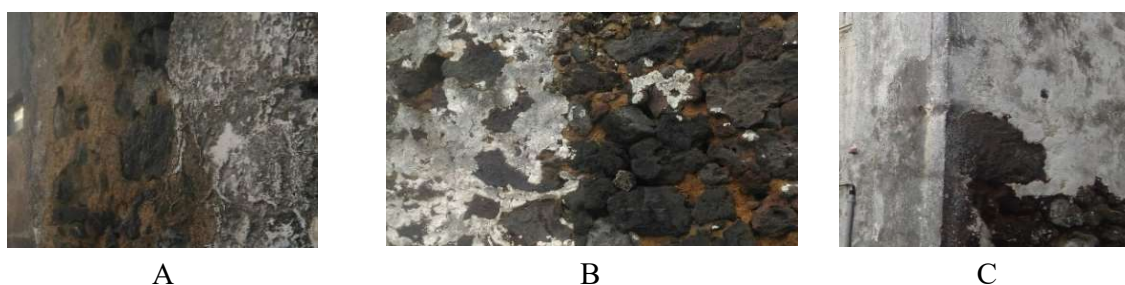


Figura 26 - Exemplos ilustrativos de juntas das pedras de enchimento das paredes

Atualmente, na maioria dos edifícios as paredes exteriores estão rebocadas e pintadas a branco (Figura 27), tendo menor expressão os edifícios que se encontram em pedra à vista nas suas quatro fachadas, verificando-se apenas no caso dos edifícios que foram reconstruídos, como o Centro de Interpretação Natural e Cultural (Figura 27-B), ou o edifício da Casa do Tempo, (ambos com utilização de serviços), e também edifícios devolutos ou em estado de ruína, e que se retratou na ilustração como sendo a sua materialidade aparente.

Verificam-se também edifícios que se encontram revestidos, rebocados e pintados apenas na fachada que se encontra virada para a rua ou espaço público (Figura 27-A e C), e outros ainda, revestidos nas suas várias fachadas livres, deixando, na maior parte das vezes, a sua fachada voltada a norte em pedra aparente.

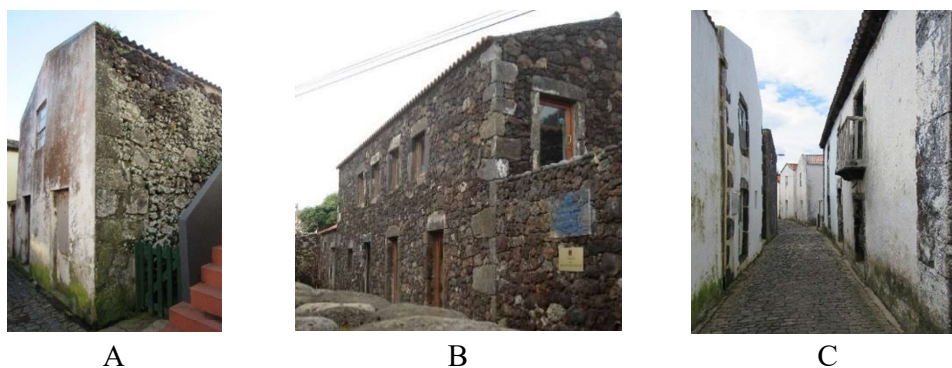


Figura 27 - Ilustração do tipo de materialidade aparente das fachadas

#### 4.3.3. Coberturas

No NAVC encontram-se edifícios cujas coberturas são do tipo plana (laje de betão), ou inclinadas, sendo que estas são de uma ou mais águas. Relativamente à materialidade do revestimento das coberturas inclinadas dos edifícios<sup>37</sup>, estas apresentam-se de chapa ondulada (fibrocimento) e telha de aba e canudo, canudo, marselha ou ainda em cimento (Figuras 28 e 29).

<sup>37</sup> Informação apenas relativa ao edifício principal, excluindo anexos.

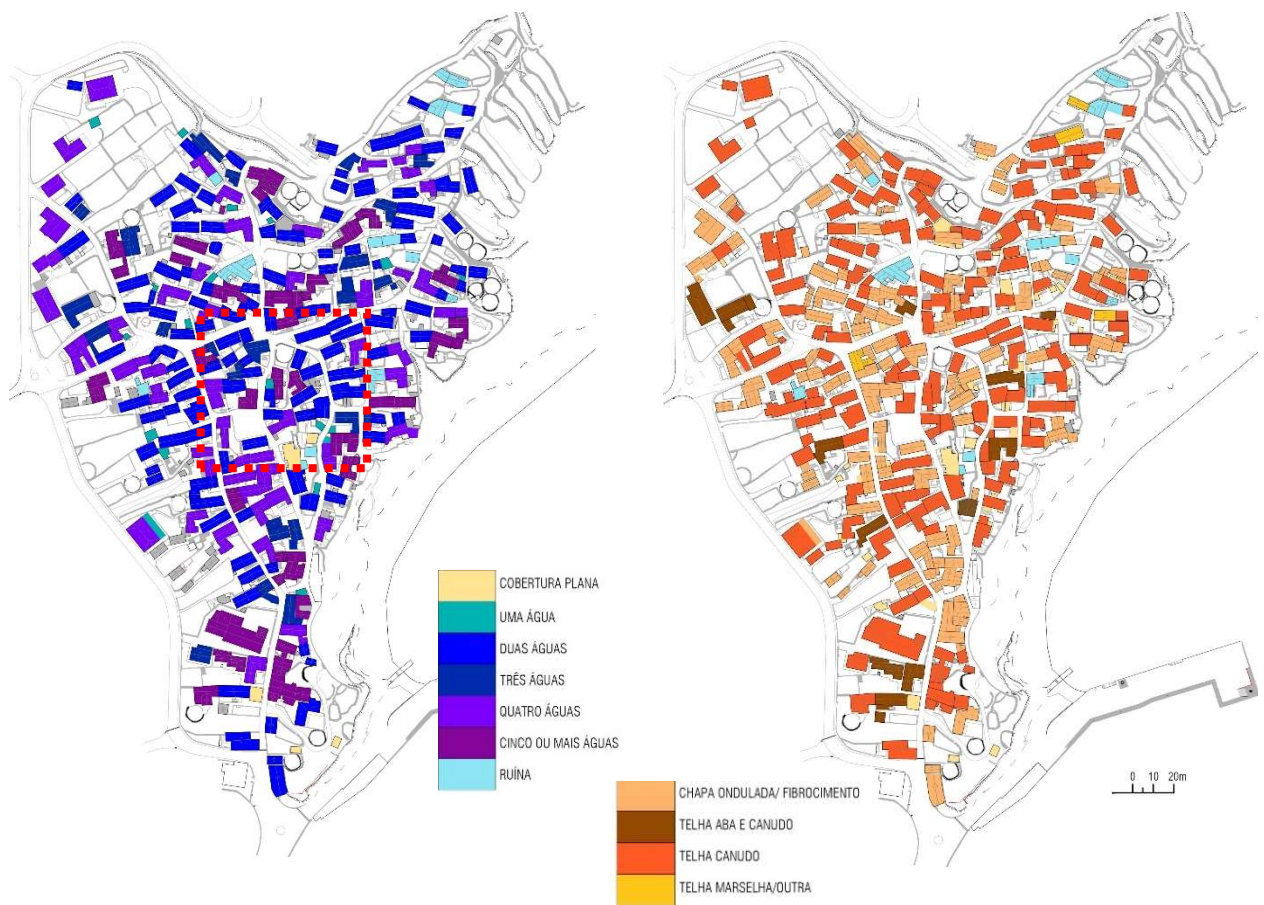


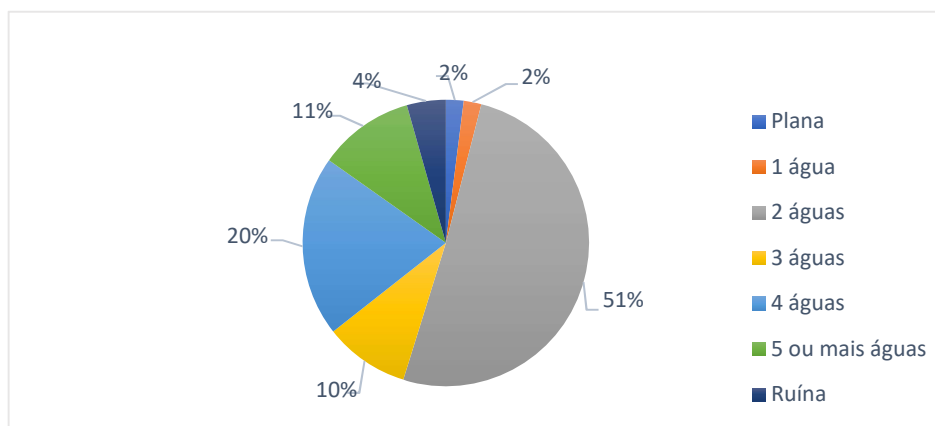
Figura 28 – Tipo e materialidade das coberturas do edificado do NAVC



Figura 29 - Exemplo ilustrativo das coberturas do edificado do NAVC, correspondendo à zona assinalada na Figura 27 (fonte: Luís Pimentel)

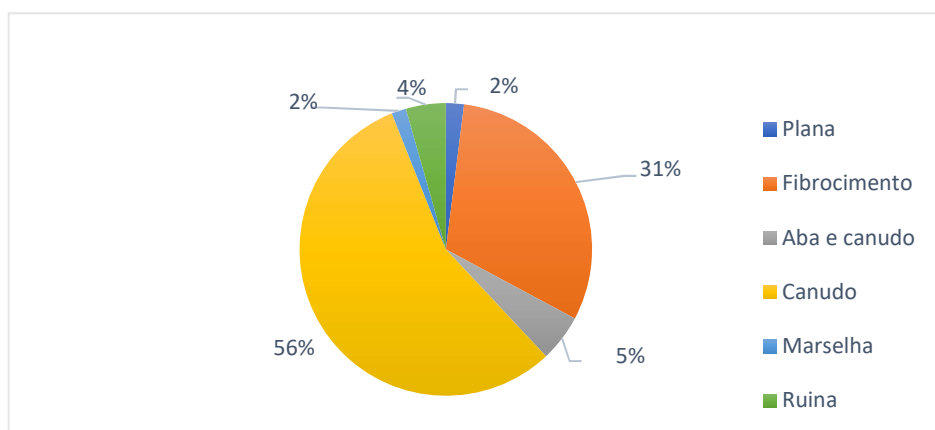
Através da análise do Gráfico 6, observa-se que nos 250 edifícios do NAVC, predominam os que apresentam cobertura de 2 águas, com 51%, seguindo-se os de 4 águas com cerca de 20%, e, em percentagem semelhante, os de 3 e 5 ou mais águas, com 10% e 11% respetivamente. Compatibilizando esta informação, com a do tipo de utilização dos edifícios, e analisando especificamente o caso dos 185 edifícios habitacionais, verifica-se que apenas 1 apresenta cobertura plana (0,5%), tal como no caso de cobertura inclinada de apenas 1 água, 87 apresentam coberturas 2 águas (47%), 22 apresentam 3 águas (12%), 46 apresentam de 4 águas (25%) e 21 apresentam 5 ou mais águas (11%). Os restantes 7 edifícios apresentam-se em ruína, não sendo, por isso, possível apurar informação das mesmas.

Gráfico 6 - Tipo de coberturas dos edifícios do NAVC



Quanto à materialidade aparente da cobertura (Gráfico 7), verifica-se que, dos 250 imóveis, 140 apresentam, na sua cobertura, telha de canudo (56%), 77 utilizam telha de fibrocimento sem outro revestimento (31%), 13 apresentam telha de aba e canudo (5%), 5 apresentam laje de betão e 4 apresentam telha de marseille ou de cimento (2%). Os restantes 11 imóveis, uma vez se encontram em ruína, não se apura qual o revestimento da cobertura que possuíam.

Gráfico 7 - Materialidade das coberturas dos edifícios do NAVC



#### 4.3.4. Vãos

Os edifícios do NAVC apresentam, no que diz respeito à materialidade dos vãos, madeira, policloreto de vinil (PVC) e alumínio, ou mais do que uma materialidade no mesmo edifício, que se designou de misto (Figura 30 e Gráfico 8).

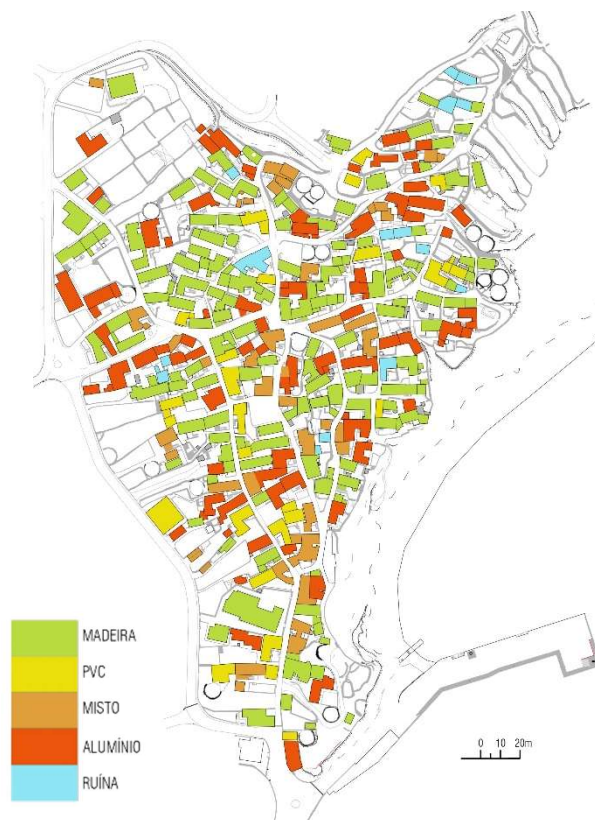


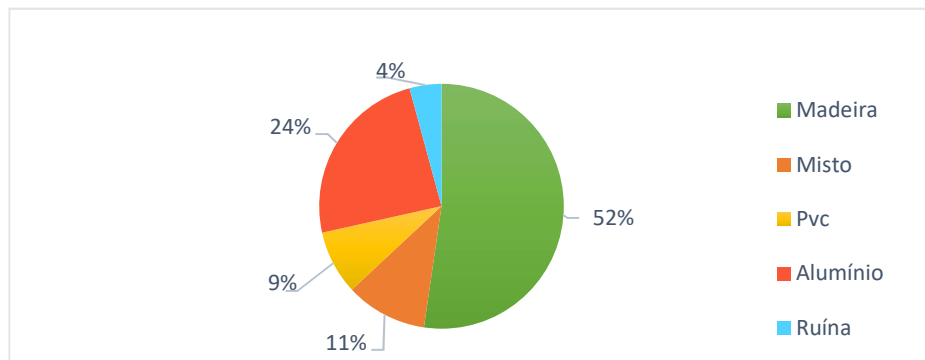
Figura 30 – Identificação da materialidade dos vãos do edificado do NAVC

Dos 250 imóveis do NAVC, regista-se que 126 imóveis (50%) apresentam a madeira como materialidade dos vãos, 63 apresentam alumínio (25%) e 22 apresentam PVC (9%). Além destes, 28 (11%) apresentam mais do que uma materialidade nos vãos do edifício e os restantes 11 (4%) em ruínas, não se consegue verificar a materialidade.

O facto da maior parte dos imóveis apresentar ainda vãos em madeira está associado, por um lado, à facilidade de aquisição deste material, e por outro à capacidade que os proprietários e carpinteiros locais tinham de executar os vãos na ilha, pois era um ofício corrente.

Com o passar do tempo, os mestres foram sendo cada vez menos e a população, à falta de oferta local, foi adquirindo outras materialidades às outras ilhas, nomeadamente o alumínio e o PVC, estando este último a ser introduzido lentamente nos imóveis do Corvo.

Gráfico 8 - Materialidade dos vãos dos edifícios do NAVC



Compatibilizando esta informação, e especificando para os 185 edifícios de habitação, verifica-se que 85 imóveis apresentam os seus vãos em madeira (46%), 22 apresentam os vãos mistos (12%), ou seja, com mais do que uma materialidade, 18 apresentam PVC como materialidade dos vãos (10%), e 53 edifícios apresentam os vãos em alumínio (29%). Os restantes 7 imóveis (4%) encontram-se em estado de ruína, pelo que não se consegue apurar a materialidade dos vãos.

#### 4.3.5. Degradação do edificado

O edificado do NAVC apresenta no seu edificado vários sinais de degradação construtiva. Para a sua caracterização, admitiram-se quatro níveis de degradação, I, II, III e IV.

No nível de degradação I, o edificado apresenta apenas apontamentos de paredes, tendo estas desmoronado. Como tal, não é possível ter uma leitura global do edifício, encontrando-se o mesmo em estado de ruína (Figura 31-A e B).



A B  
Figura 31 - Exemplos ilustrativos do nível de degradação I (estado de ruína)



Considerou-se o nível de degradação II no edificado que apresenta a sua estrutura sem capacidade de resistência, apenas possuindo as paredes exteriores, tendo havido desmoronamento da cobertura (Figura 32-A) e/ou do pavimento intermédio (Figura 32-B e C).



Figura 32 - Exemplos ilustrativos do nível de degradação II

Foi considerado o nível de degradação III nas situações em que o edificado apresenta danos estruturais quer ao nível do pavimento intermédio (Figura 33-A), e/ou da cobertura (Figura 33-B), ou quando apresentam patologias como falta de material constituinte, nomeadamente vazios nas suas paredes ou deformações (Figura 33-C), entre outros idênticos de relevância.

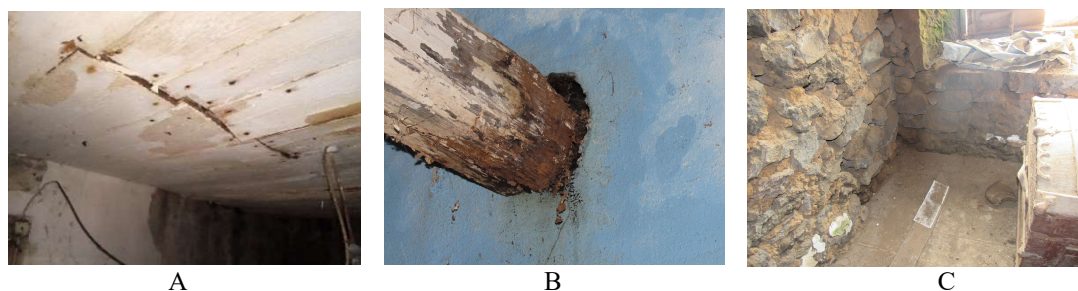


Figura 33 - Exemplos ilustrativos do nível de degradação III

No nível de degradação IV, o edificado não apresenta danos estruturais, encontrando-se degradado, mas passível de recuperação, com patologias do tipo fissuras, deterioração do sistema de pinturas, humidades (Figura 34-A e C), vãos degradados (Figura 34-B), desgaste e envelhecimento de materiais (Figura 34-C), e outras do mesmo nível de relevância.

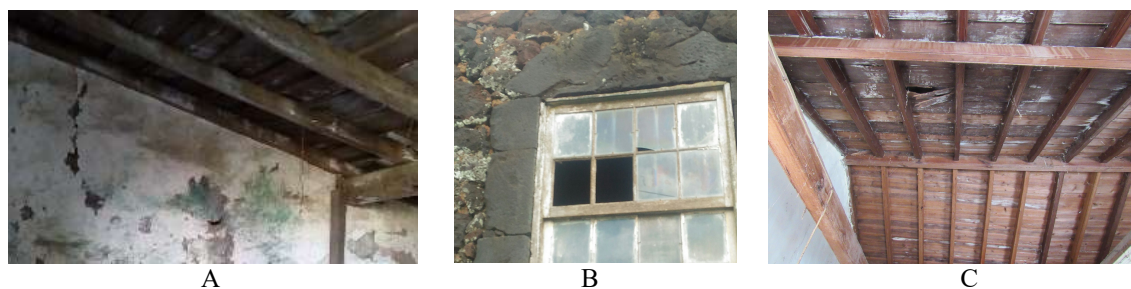


Figura 34 - Exemplos ilustrativos do Nível de Degradação IV

Da análise da Figura 35 e do Gráfico 9, constata-se que mais de metade dos edifícios apresentam algum nível de degradação. Após a sistematização de dados, verifica-se que tal ocorre em 58% dos imóveis do NAVC.

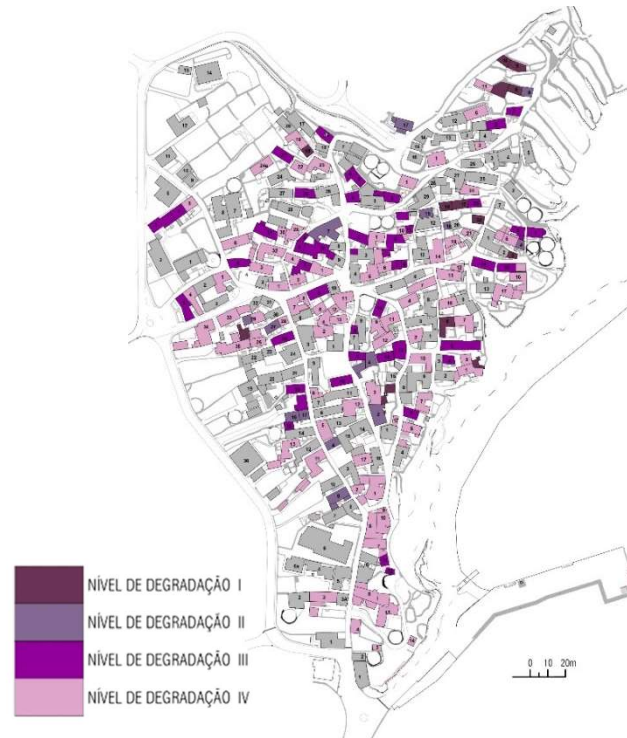
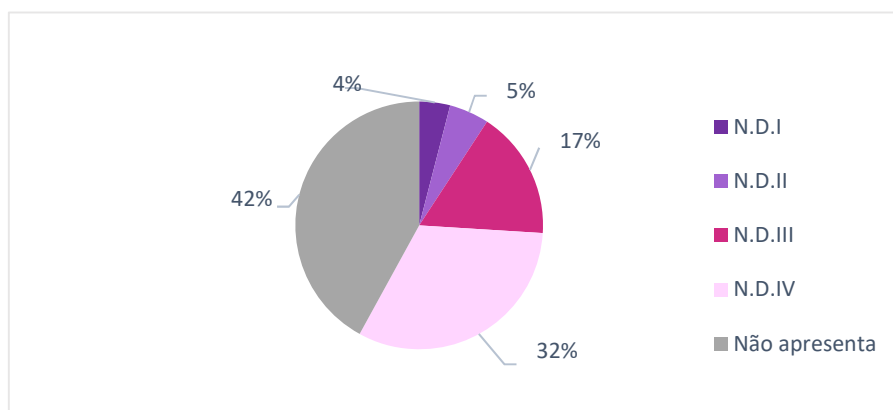


Figura 35 – Localização dos níveis de degradação do edificado do NAVC

Gráfico 9 – Níveis de degradação dos edifícios do NAVC



Verifica-se que 32% apresentam necessidades de intervenção simples, apenas ao nível de manutenção e conservação, enquadrando-se no nível IV. Os proprietários deverão proceder ao

tratamento das patologias nesta fase inicial, por forma a prevenir futuros danos, retardando o processo de degradação, minimizando assim os custos e trabalhos futuros.

O nível de degradação III é verificado em 17% dos imóveis que já necessitam de intervenção, não apenas em termos de manutenção e conservação, mas ao nível de reparação, cuja origem dever-se-á muitas vezes, à falta de conservação e manutenção em fase anterior. A consequência destas resulta também na degradação e desgaste dos materiais e nos sistemas, provocando instabilidade ao nível do piso intermédio ou da cobertura, ou patologias, como infiltrações, falta de material constituinte, ou outros da mesma relevância. Este nível irá provavelmente escalar para problemas mais graves, mesmo estruturais, de mais difícil reparação, acarretando custos mais avultados.

Verifica-se que 5% dos edifícios se encontram no nível de degradação II. Neste nível, os imóveis apresentam apenas as paredes exteriores, tendo havido desmoronamento total ou parcial da cobertura e/ou do pavimento intermédio, necessitando, por isso, de intervenção ao nível da consolidação, com o objetivo de restabelecer a sua capacidade estrutural.

Constata-se também que 4% dos imóveis se enquadram no nível de degradação I, apresentando apenas apontamento de paredes, encontrando-se em estado de ruína. Neste nível, a intervenção do imóvel já deverá ser ao nível da reconstrução ou reabilitação.

Relativamente às habitações, verifica-se que apenas 36% não apresenta degradação, ou seja, 64% apresentam algum nível de degradação. São 36% os imóveis que apresentam nível de degradação IV; 15% apresentam nível de degradação III, 10% um nível de degradação II, e 3% apresentam um nível de degradação I.

#### **4.3.6. Níveis de dissonância do edificado**

Ao analisar o edificado existente no NAVC, verificou-se que o mesmo apresenta dissonâncias arquitetónicas. Correspondem a alterações que, pelas suas características e materiais, se encontram em conflito com as pré-existências, desvalorizando e desvirtuando o conjunto classificado.

No processo da averiguação de dissonâncias, detetaram-se os seguintes tipos de alteração:

- a) ampliações de génese ilegal, que podem ocupar totalmente (1) (Figura 36-A), ou parcialmente (2) o logradouro (Figura 36-B e C);

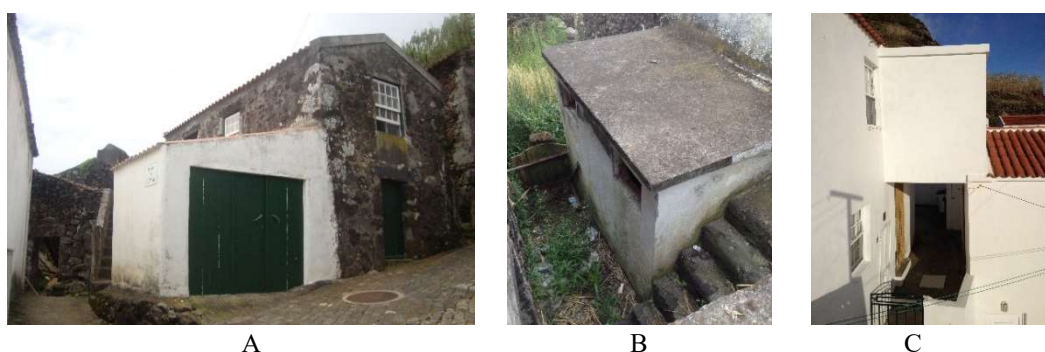


Figura 36 - Exemplos ilustrativos de ampliações de génese ilegal

- b) alterações de elementos característicos com recurso a materiais dissonantes como betão, blocos de cimento ou outros, em escadas (3) (Figura 37-A e C), balcões e varandas (4) (Figura 37-A e F), muros divisórios ou blocos à vista (5) (Figura 37-A, B e E), eiras (6), chaminés (7) (Figura 37-D) ou fornos (8);

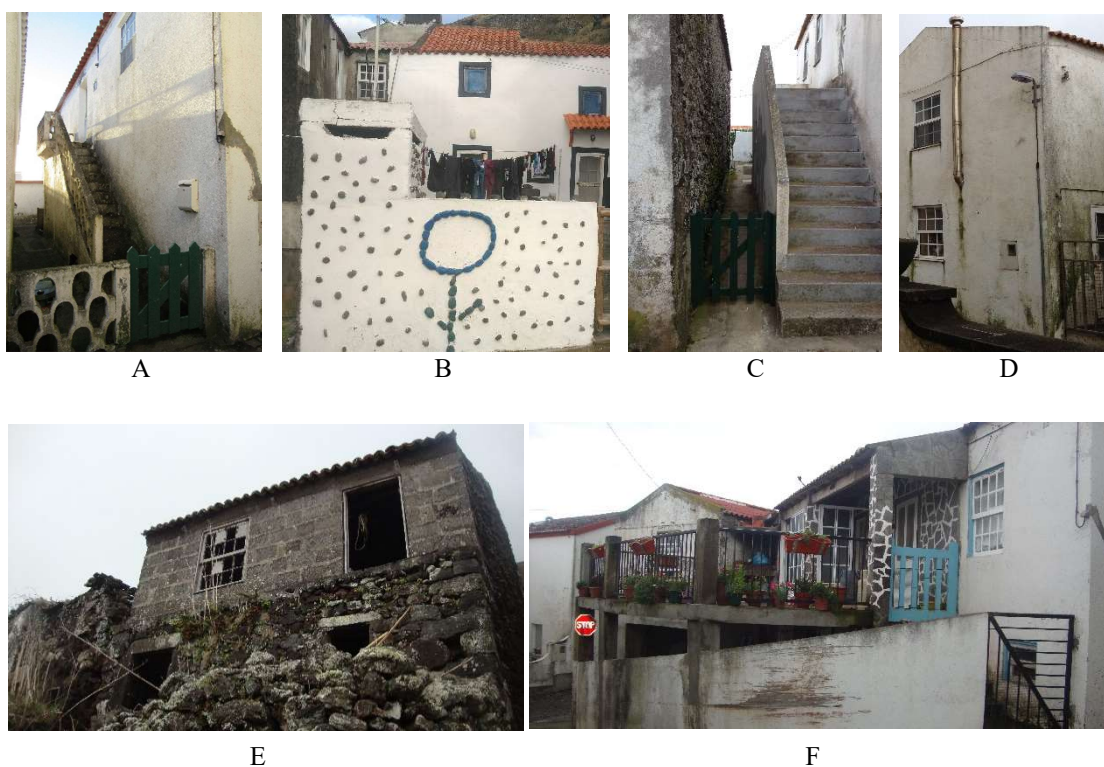


Figura 37 - Exemplos ilustrativos de alterações de elementos característicos com recurso a materiais dissonantes

- c) alterações ao nível da cobertura, quer do imóvel principal, podendo esta apresentar-se plana (9) (Figura 38-A), com telha de fibrocimento (10) (Figura 38-B e C), ou com telha metálica/aba e canudo/marselha/cimento (11) (Figura 38-B), quer de anexos, que igualmente poderiam apresentar cobertura plana (12), com telha de fibrocimento (13) ou com telha metálica/aba e canudo/marselha/cimento (14);



Figura 38 - Exemplos ilustrativos de alteração ao nível das coberturas

- d) alterações ao nível dos vãos e guardas, podendo os primeiros apresentar caixilharia colorida (15), madeira ou PVC dissonantes (16), alumínio (17) (Figura 39-B) e as segundas ser em materiais que não madeira, inox ou vidro (Figura 39-A) ou ainda apresentar estores (18) (Figura 39-C);

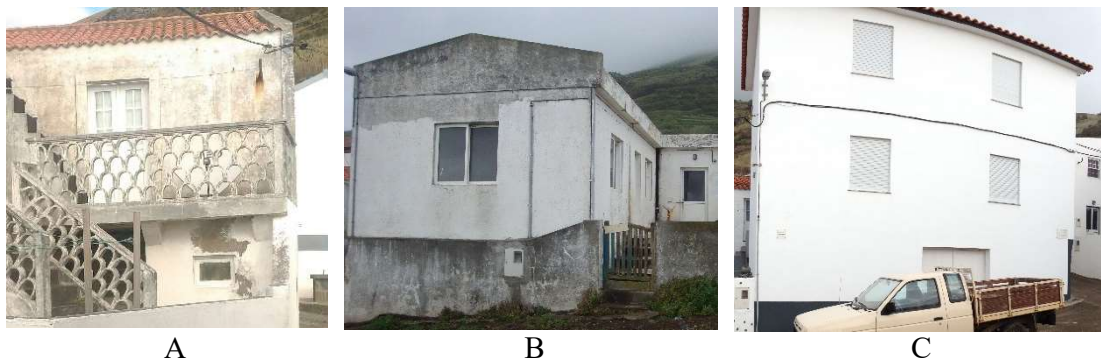


Figura 39 - Exemplos ilustrativos de alterações ao nível de vãos e guardas

- e) alterações ao nível das superfícies exteriores, nomeadamente através da utilização de cor na pintura (Figura 40-A), aplicação de pedra serrada (19) (Figura 40-B), estruturas de ensombramento (20) ou de argamassas de forma dissonante (21) (Figura 40-C);



Figura 40 - Exemplos ilustrativos de alterações ao nível das superfícies exteriores

- f) alterações ao nível das infraestruturas, como a presença de dispositivos de ventilação forçada ou tubos de queda (22) (Figura 41-A e C), dispositivos de aquecimento em fachadas, coberturas ou em locais inapropriados (23), aparelhos, cabos ou condutas em sobreposição nas fachadas exteriores ou o atravessamento aéreo, contador ou respirador (24) (Figura 41-B), ou ainda apresentar tubagem exterior (25);



Figura 41 - Exemplos ilustrativos de alterações ao nível das infraestruturas

- g) alterações ao nível de painéis publicitários, tais como inscrições ou pinturas, afixação de cartazes (Figura 42-A e B) ou qualquer outro elemento publicitário, de divulgação do edifício, como toldos retro retráteis (26) (Figura 42-C).

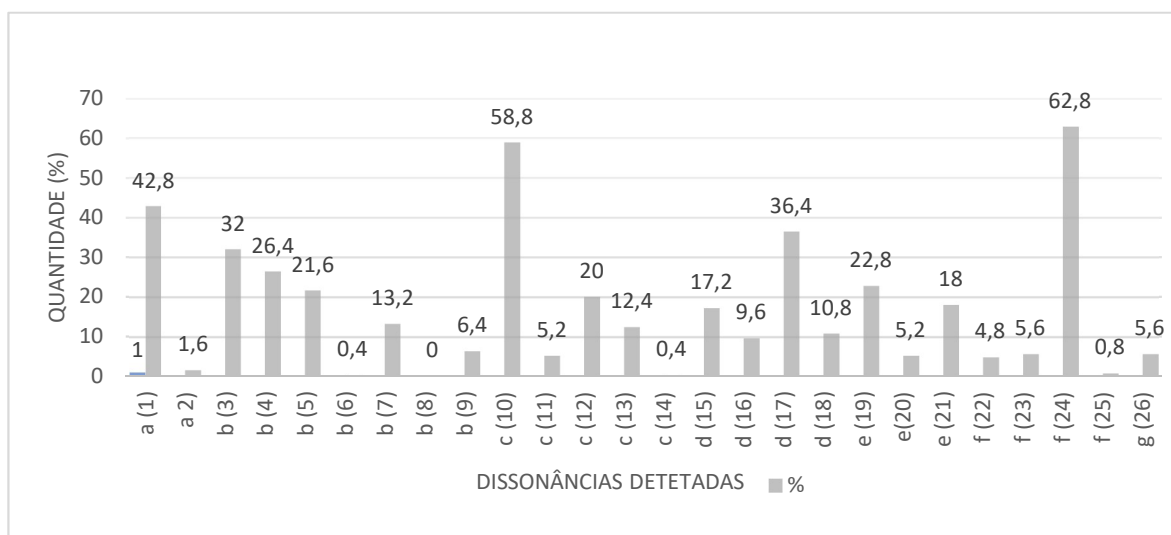


Figura 42 - Exemplos ilustrativos de alterações ao nível de painéis publicitários

Após se detetarem 26 alterações, organizou-se a informação por edifício, e quantificaram-se as mesmas (Gráfico 10). Relativamente às dissonâncias detetadas, a que se encontra em maior quantidade, nomeadamente em 157 dos 250 imóveis do NAVC (63%), é a existência de cabos ou condutas em sobreposição nas fachadas exteriores ou em atravessamento aéreo pelas ruas (dissonância 24). Tal facto resulta do não cumprimento das tutelas e entidades públicas de soterrar as infraestruturas, nomeadamente relativas às comunicações e eletricidade, com o argumento de ser demasiado dispendioso (custo/benefício), devido à constituição do próprio terreno.

Depois desta, a dissonância que se encontra em maior número, em 147 imóveis (59%), é a existência de telha de fibrocimento nas habitações (dissonância 10), que, conforme já referiu anteriormente, é uma preocupação de saúde pública, uma vez que o fibrocimento já se encontra instalado há muitos anos, desde a construção da escola, em 1998<sup>38</sup>, muito dele sem qualquer proteção cerâmica.

Gráfico 10 – Dissonâncias dos edifícios do NAVC



Constata-se que cerca de 107 (43%) imóveis apresentam ampliações de génese ilegal, ocupando parcialmente o logradouro (dissonância 1). Tal deve-se à necessidade de melhorar as condições de habitabilidade, utilização ou funcionamento dos edifícios pré-existentes, correspondendo estes a anexos ou arrumos, instalações sanitárias, e pequenos cubículos para instalação de bombas de calor. Verifica-se também que em 91 (36%) imóveis se identificaram alterações ao nível dos vãos (dissonância 17), nomeadamente alumínio, material que era facilmente encontrado no mercado próximo (ilha do Faial, de onde praticamente todos os proprietários fizeram a aquisição), 43 imóveis (17%) apresentam cor na caixilharia (dissonância 15), 27 (11%) apresentam guardas que não de madeira, inox ou vidro, ou estores (dissonância 16), e 24 imóveis (10%) apresentam os vãos em madeira ou PVC, mas de tipo, formato ou perfil dissonantes (dissonância 18).

Seguidamente, as alterações que se detetaram em maior quantidade foram ao nível dos elementos característicos com recurso a betão/blocos de cimento ou outros materiais dissonantes, nomeadamente ao nível das escadas de 80 imóveis (32%) (dissonância 3), balcões/varandas em 66 imóveis (26%) (dissonância 4), muros divisórios/blocos à vista em 54 imóveis (22%) (dissonância 5), e também alterações ao nível das coberturas dos anexos, que entretanto se foram construindo,

<sup>38</sup> Segundo relato do Sr. Raul Trindade (Maio 2020), corvino, 68 anos de idade “muitos proprietários mandaram vir muitas placas de fibrocimento, aproveitando as manobras de construção da escola, para instalarem nos seus imóveis. Dado é que, não havendo nenhuma empresa certificada na altura, os homens que aplicaram esse material, cortavam à medida sem proteções, sem máscaras, sem nada... e, entretanto, já faleceram todos com cancro”.

quase indiscriminadamente, sendo que 50 desses anexos associados a imóveis (20%) apresentam cobertura plana (dissonância 12), e 31 (12%) apresentam fibrocimento como revestimento (dissonância 13).

Após a identificação das alterações dissonantes, estabeleceram-se níveis de quantificação por edifício<sup>39</sup> (Figura 43 e Gráfico 11), sendo que:

- Nível IV - Muito alto: contém mais de 10 dissonâncias;
- Nível III - Alto: contém 7 a 9 dissonâncias;
- Nível II - Médio: 4 a 6 dissonâncias;
- Nível I - Baixo: 1 a 3 dissonâncias;
- Nível I - Não apresenta dissonâncias;
- Ruína.

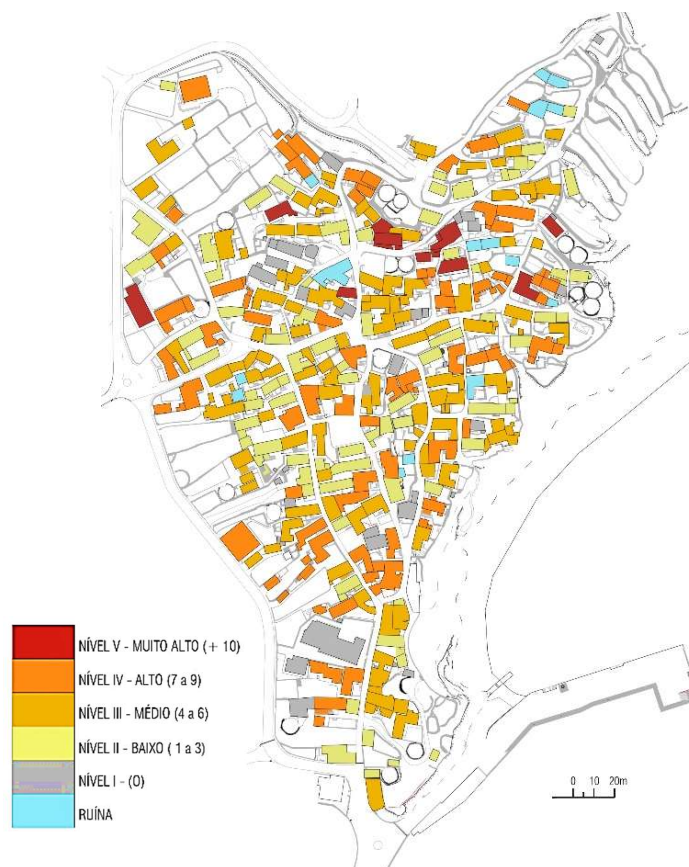
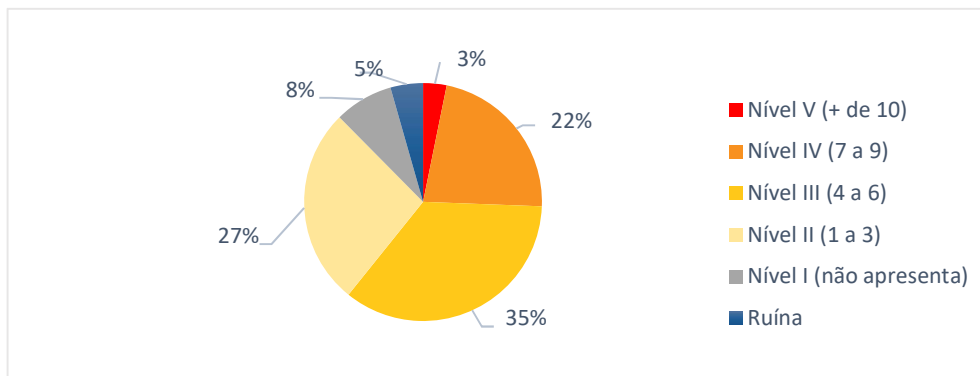


Figura 43 – Níveis de dissonâncias do edificado do NAVC

<sup>39</sup> Tendo em conta que, apesar de se ter verificado este elevado número de alterações, o n.º máximo de dissonâncias que se detetou por edifício foi de 12, em simultâneo.



Gráfico 11 – Níveis de dissonâncias dos edifícios do NAVC



Assim, dos 250 edifícios do NAVC, 88 enquadram-se no nível III (35%), 67 enquadram-se no nível II (27%), 56 enquadram-se no nível IV (22%), 20 enquadram-se no nível I não apresentando dissonâncias (8%), 8 enquadram-se no nível V, apresentando mais de 10 dissonâncias (3%). Os 11 imóveis que se encontram em estado de ruína, não foram contabilizados como dissonâncias.

#### 4.4. Caracterização do edificado habitacional: a casa corvina

Os critérios para a caracterização a seguir apresentada baseiam-se na estrutura construtivo/funcional dos imóveis, nomeadamente desde as suas fundações e estrutura das paredes, passando pelas estruturas dos pavimentos, incluindo escadas interiores e exteriores, terminando na estrutura da cobertura e seu sistema de fumos.

##### 4.4.1. Fundações e paredes

As fundações de uma casa são o prolongamento das paredes em profundidade. Para suportar as paredes são abertos caboucos, normalmente com 40 ou 50 cm de profundidade, e largura igual à parede ou ligeiramente maior, preenchidos com alvenaria semelhante à da parede. Estas são o elemento portante das paredes, dos pisos e também da cobertura (Figura 44).

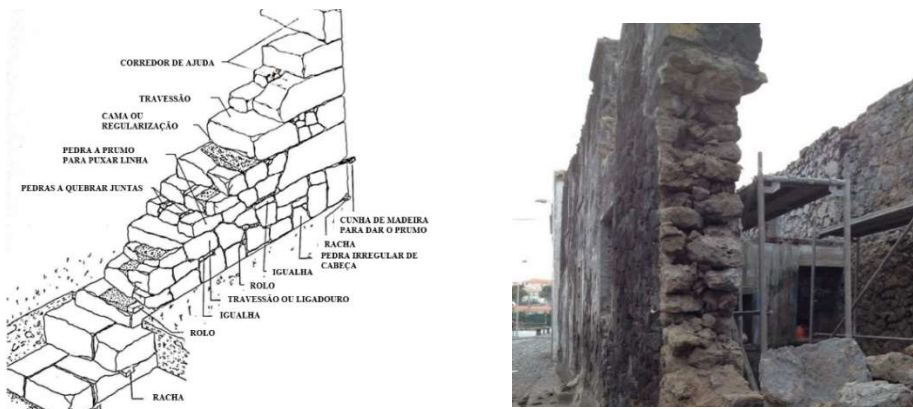


Figura 44- Representação esquemática de parede de dois panos e exemplo ilustrativo de uma casa do NAVC

Pelos levantamentos efetuados, verificou-se que a estrutura das paredes exteriores, varia na sua espessura entre os 42 e 72 cm para a menor espessura verificada, e 50 e 90 cm para a maior espessura, apresentando um valor de espessura média de 64 cm.

Exteriormente, as paredes portantes encontram-se, por norma, rebocadas (com cimento nas casas que apresentam intervenções nos últimos 15 a 20 anos) e pintadas na cor branca, principalmente na fachada de acesso à rua e também na fachada sul, podendo apresentar-se em pedra à vista na fachada norte e também nos espaços intersticiais entre as casas.

Quanto ao interior a loja, no piso inferior, costuma apresentar-se sem revestimento, ao contrário do espaço de cozinha que, quando se encontra neste piso, apresenta as suas paredes exteriores rebocadas pelo seu interior, e muitas vezes, revestidas a material cerâmico.

Relativamente ao nível do piso superior, as paredes interiores são de tabique (Figura 45), com espessura média de 12cm, e pontualmente em madeira. Nos casos de intervenções recentes, estas são de *pladur* (sistema de gesso cartonado).



Figura 45 - Exemplos ilustrativos de paredes interiores do piso superior, em tabique

#### 4.4.2. Estrutura de pavimentos

As casas do NAVC apresentam, ao nível do seu piso inferior, pavimento em terra batida (Figura 46-A), betonilha à vista (Figura 46-B) ou com mosaico cerâmico (Figura 46-C).



Figura 46 - Exemplos ilustrativos de pavimentos do piso inferior (lojas e cozinha)

Ao nível do piso superior, as estruturas são em madeira, na forma de vigas, revestidas a soalho (Figuras 47-A e C, e Figura 48-A), ou troncos ou meios troncos toscos (Figura 47-B e Figuras 48-B e C). As vigas em madeira têm expressão em altura e são mais ou menos espaçadas de 40 em 40 ou de 60 em 60 cm, embutidas diretamente nas paredes exteriores da empena. Quando apresenta troncos, estes são expressivos e com espaçamento idêntico ou maior ao das vigas.

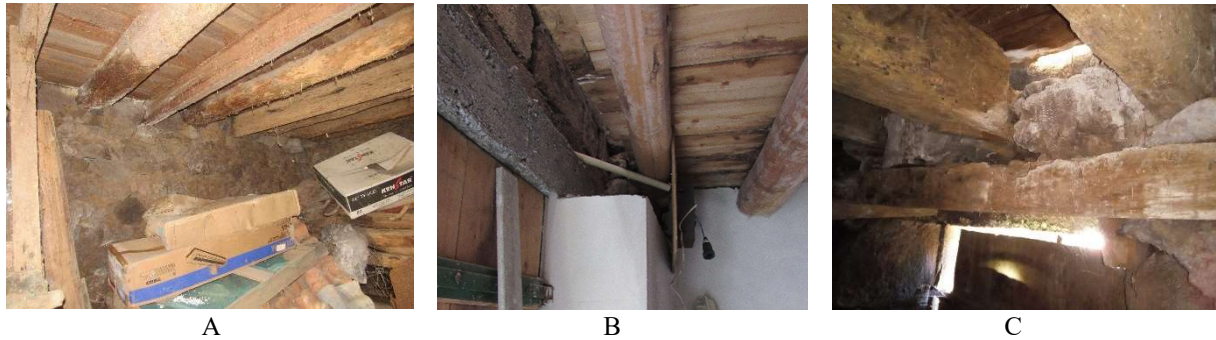


Figura 47 - Exemplos ilustrativos da estrutura do pavimento intermédio (loja)



Figura 48 - Exemplos ilustrativos da estrutura do pavimento intermédio (cozinha)

Verificou-se, pelos levantamentos efetuados, que o pé-direito médio<sup>40</sup> dos pisos inferiores é de 2,12 m, oscilando entre 1,89 m e 2,55 m de altura. O valor apurado inclui os barrotos ou troncos toscos, ou seja, é medido até ao soalho. Relativamente ao pé-direito dos pisos superiores, o valor médio encontrado foi de 2,25 m, com valores a variar entre 1,96 m e 2,66 m incluindo o pé-direito até ao frechal

As escadas interiores, quando existem, são em madeira e por norma bastante íngremes, com valores de espelho entre os 20 e os 30 cm, e cobertores entre os 12 a 25 cm. Dependendo do espaço existente dentro da casa, as escadas apresentam-se em L (Figuras 49-A e B), ou em lance simples (Figura 49-C), com acesso através do espaço da cozinha ou, muito raramente, pela loja (Figura 49-D). Nos edifícios cujo espaço interior é exíguo, o acesso às escadas interiores é efetuado também pela zona de cozinha, mas através de alçapão. (Figura 49-E).

<sup>40</sup> Valor médio do pé-direito dos levantamentos efetuados.



Figura 49 - Exemplos ilustrativos de escadas interiores das habitações

Relativamente às escadas exteriores, estas estruturam-se em alvenaria, com degraus e patamar de blocos de pedras de grande dimensão, por norma de um lanço apenas, podendo este encontrar-se paralelo à fachada sul, encostado (Figuras 50-B e D) ou não (Figura 50-C), perpendicular (Figura 50-A) e, em alguns casos, enviesado. Quando a escada se encontra paralela à fachada, muitas vezes o seu desvão é aproveitado para instalação sanitária, arrumos, ou apenas para guarda de animais.



Figura 50 - Exemplos ilustrativos de escadas exteriores das habitações

#### 4.4.3. Estrutura das coberturas

A estrutura das coberturas inclinadas é em madeira, com inclinações que variam entre os 19° e os 23° podendo, pontualmente, atingir os 26° de inclinação. Na generalidade, trata-se de uma estrutura simples, composta por uma peça de cumeeira mais ou menos expressiva (que não serve para descarga de forças das varas, mas apenas garante o seu posicionamento), varas espaçadas de 40 em 40 cm (apoiadas na vara oposta no topo superior e no frechal no topo inferior), com tirantes horizontais colocados de 4 em 4 varas mas com espaçamento não superior a 2 m, que atravessam o vão de parede a parede e através de encaixe aberto da sua face superior, se fixam nos frechais, que garantem a imobilização da base das varas, sem haver necessidade de fixação à parede que o contém.

Algumas coberturas, apesar de manterem o esquema geral da estrutura, apresentam variações, nomeadamente no que diz respeito ao espaçamento das varas e também dos tirantes horizontais (Figura 51).



Figura 51 - Exemplos ilustrativos das estruturas de coberturas

#### 4.4.4. Sistema de fumos

Quanto aos sistemas de produção e extração de fumos nas casas do NAVC, existem chaminés, fornos interiores e exteriores com ou sem chaminé e pontualmente fumeiros. Percorrendo o NAVC, destacam-se as variadas expressões volumétricas das chaminés, podendo ser mais volumosas evidenciando-se pouco nas coberturas (Figuras 52-A), ou ser mais estreitas e altas, com bastante destaque (Figura 52-D).



Figura 52 - Exemplos ilustrativos de saída de fumos (Chaminés – A e D; Fornos – B e D, e Fumeiro - E)

As chaminés para além da sua importância como sistema de extração de fumos, são representativas das maiores alterações efetuadas nas casas corvinas, sendo este uso singular no panorama açoriano, nomeadamente no seu aproveitamento para a climatização do espaço (de quarto, por norma) no piso superior.

Analisando a Figura 53 e o Gráfico 12 é notório que a maior parte das casas ainda apresenta um sistema de fumos. No caso das chaminés, observa-se que, por norma, elas se localizam no extremo oposto da casa, quando esta apresenta escadas exteriores. No caso das casas que apresentam chaminés e fornos exteriores, ou apenas fornos exteriores, verifica-se a sua localização na fachada voltada a nascente ou a norte.

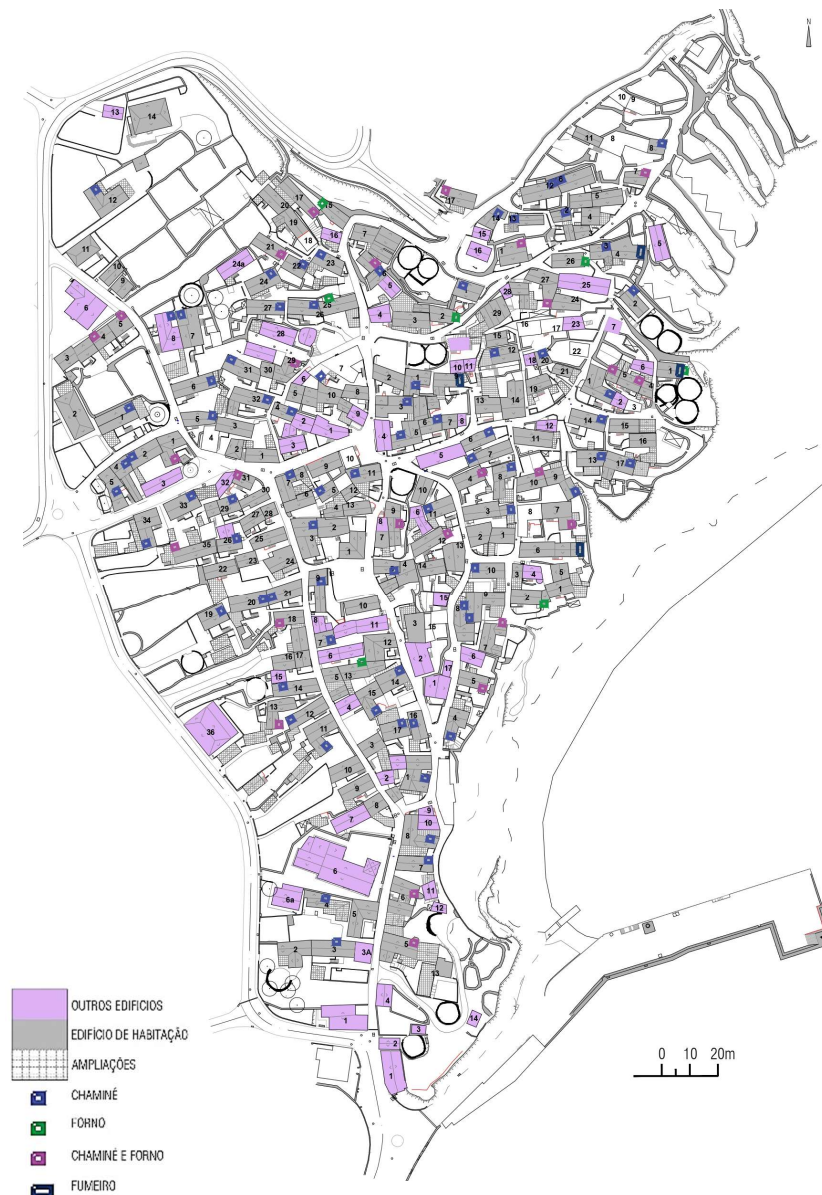
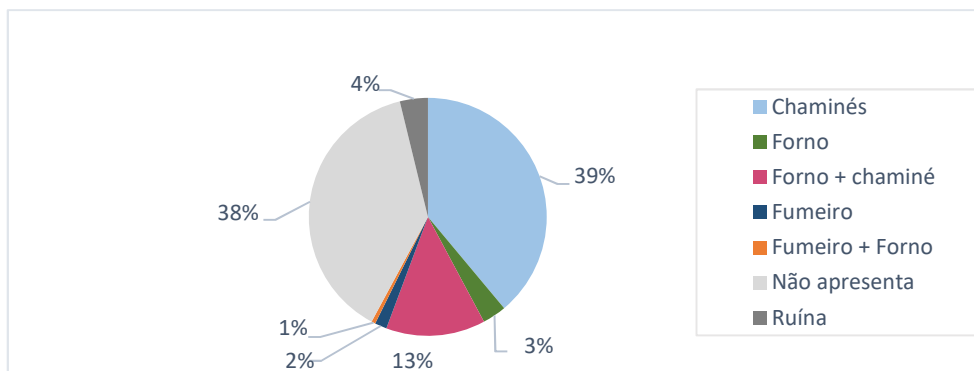


Figura 53 - Localização das chaminés, fornos e fumeiros nos edifícios habitacionais

Gráfico 12 – Quantidade de chaminés, fornos e fumeiros dos edifícios habitacionais



Das 185 casas do NAVC 36,5% não apresentam chaminés, fornos ou fumeiros. A existência de imóveis que não apresentam nenhuma destas estruturas de saída de fumos dever-se-á muito provavelmente às alterações que foram efetuadas nas casas ao longo dos tempos, sacrificando estruturas que já não são utilizadas.

Assim, 60% das casas apresentam algum tipo de sistema de fumos, ou mais do que um. Iguamente se verifica que 39% das casas apresentam apenas chaminés, 14% apresentam chaminés e também forno exterior, 5% apresentam forno exterior sem chaminé, e 2% apresentam apenas fumeiro. Apenas uma das casas apresenta simultaneamente fumeiro e forno exterior.

#### **4.5. Tipologia da Casa Corvina: análise volumétrica-funcional**

Segundo Carlos Medeiros (1997) as características essenciais da casa rural do Corvo são as paredes exteriores de blocos de pedra, ligados por argamassa, por vezes rebocadas e caiadas (apesar de se verificar atualmente que o bloco de pedra está a ser substituído pelo de cimento e a argamassa de cal ou barro cede também lugar ao cimento); dois pisos, cuja ligação se efetua por escada exterior terminada por patamar; apresenta loja e cozinha provida de forno no rés-do-chão e os restantes quartos no andar superior; duas portas de acesso no rés-do-chão; numero variável de janelas; telhado de duas águas. No rés-do-chão localiza-se a cozinha e a loja, separadas por uma parede de pedra, tendo cada uma delas, por via de regra, a sua porta. Junto à primeira está o forno redondo com abertura quadrada. Atualmente, todas as casas têm chaminé, desconhecida por completo nos começos do século XX, mas antes da presença deste elemento, as cozinhas tinham fumeiros. Nestas situações, o piso superior não cobre por completo o inferior. No piso superior localizam-se os quartos de cama e a sala que também pode ser quarto de cama. A disposição destes apresenta variedade: os quartos podem estar numa só fiada (tipo 1), separada por tabiques de madeira. Se as dimensões o permitem, pode apresentar outra tipologia (tipo 2) e mesmo simular um corredor entre alguns deles (tipo 5). A disposição é ainda diferente, quando a casa apresenta a forma de dois retângulos justapostos (tipos 3 e 4) (ANEXO IV – tipologia da casa rural de Carlos Medeiros).

Tendo por base as descrições de como seria a “casa rural” e após analisar a realidade atual das casas do NAVC, verifica-se que a sua essência permanece igual, apesar de algumas alterações com o passar do tempo, que se entendem devido a dinâmicas sociais, critérios funcionais e de comodidade que imperam nos dias de hoje, bem diferentes das anteriormente existentes.

A análise da tipologia da casa corvina efetuada neste trabalho baseou-se numa perspetiva de geometria da planta funcional. Através da observação e identificação da planta considerada dissonante, nomeadamente ampliações de carácter ilegal, foram analisadas as casas “base”, quer ao nível da sua implantação e número de pisos original, como também ao nível da sua implantação atual.

Na figura 54 estão sintetizadas as tipologias encontradas: formato tipo retangular, em L ou composta, e no Gráfico 13, encontram-se as mesmas contabilizadas.

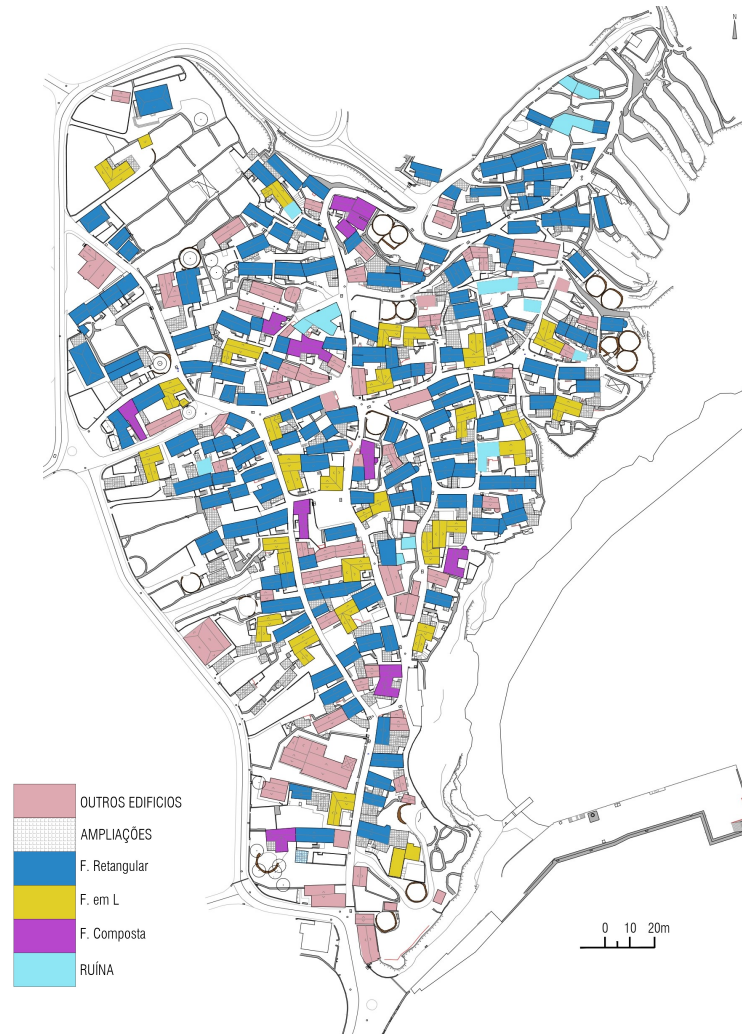
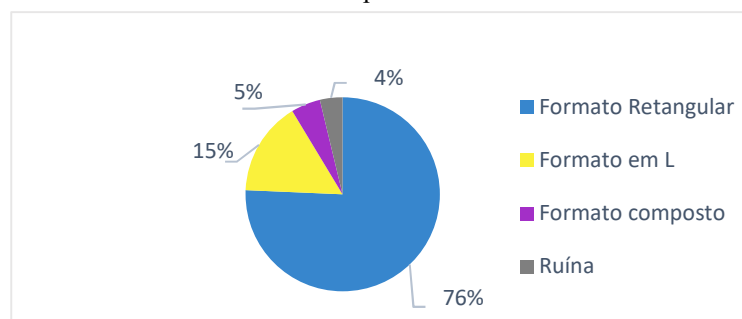


Figura 54 – Tipologias dos edifícios habitacionais

Gráfico 13 – Geometrias das plantas dos edifícios habitacionais



Pela análise da Figura 54 e do Gráfico 13, verifica-se que a grande maioria das 185 casas, 76%, apresenta um formato de implantação retangular, enquanto 16% apresenta um formato em L.



Verificou-se também que 5% das casas apresentam uma implantação com formato composto de vários volumes. Os restantes 7 imóveis (4%) estão em ruína, não tendo por isso sido considerada a sua implantação. Acrescenta-se que, o formato composto, dada a sua pouca expressividade numérica, foi desconsiderado e não irá ser abordado de forma mais pormenorizada.

Pelo exposto, verifica-se que estes formatos tipo, nomeadamente o retangular e em L, são as duas tipologias ainda existentes, indo ao encontro das tipologias da casa rural identificada por Carlos Medeiros (Medeiros, 1997) e também da casa do Corvo descrita na Arquitetura Popular dos Açores (Tostões, 2007).

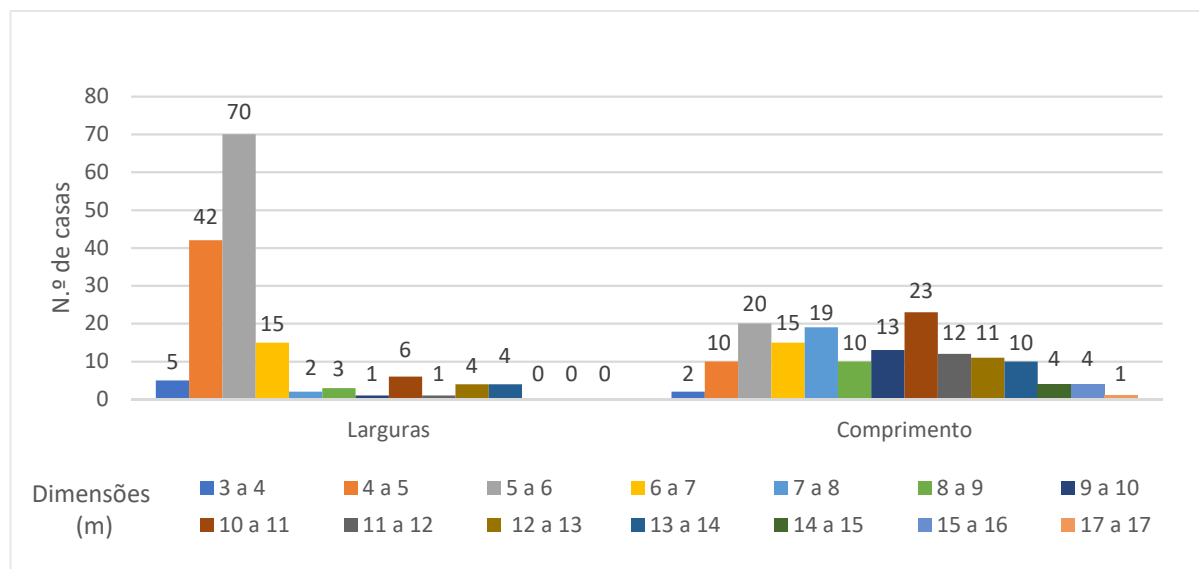
Com base na informação bibliográfica, e dos dois formatos de planta identificados como dominantes, a tipologia foi analisada e compatibilizada com outros critérios, nomeadamente no que diz respeito ao número de pisos, à localização da cozinha e à existência de escadas, quer interiores, quer exteriores.

#### 4.5.1. Formato tipo retangular

##### Dimensão do formato tipo retangular

Na procura da melhor definição das dimensões do formato que se encontra mais generalizado nas casas do NAVC, procedeu-se à análise das dimensões nomeadamente no que diz respeito às larguras e comprimentos. Estas dimensões foram registadas considerando o princípio da fachada que confronta com a rua, para largura (Gráfico 14).

Gráfico 14 – Dimensões das casas do formato tipo retangular



Relativamente à dimensão da largura das casas de formato retangular, 46% encontra-se no intervalo entre 5 e 6 m, seguindo-se os intervalos entre 4 e 5 m (28%), e 10% com dimensão das larguras

entre 6 e 7 m. Não foram encontradas medidas de larguras de edifícios superiores a 14 m, nem inferiores a 3 m.

No que diz respeito ao comprimento das casas, constata-se que os valores são mais dispersos do que os referentes à largura. Assim, verifica-se que o intervalo mais significativo (15%), encontra-se entre os 10 e 11 m, seguindo-se os intervalos de 5 a 6 metros (13%), de 7 a 8 m (12%) e de 6 a 7 m com 10%, entre outros.

Constata-se assim, que a maior parte das casas têm a sua dimensão menor (independentemente da volumetria se encontrar longitudinalmente ou transversalmente implantada em relação à rua) no intervalo entre 4 e 5 m, sendo que a dimensão maior presente em maior quantidade é de 12 a 13 m. Verifica-se ainda que a maioria das casas encontra a sua dimensão menor (largura) perpendicular à rua.

#### **Subtipos do formato tipo retangular**

Com base na tipologia de formato retangular, efetuou-se a distinção entre as casas que apresentam um piso, e dois pisos.

Quando a casa apresenta apenas um piso, designou-se o mesmo de Subtipo1. Se esta apresenta apenas um espaço, designou-se de Subtipo1-A, e no caso de apresentar mais, de Subtipo1-B. Quando a casa é constituída por dois pisos, distingue-se entre as que no piso inferior apresentam loja e cozinha encostada (podendo esta implantar-se numa cota intermédia ou até no piso superior), e no piso superior apresentam a sala e quartos (podendo estes estar distribuídos em fiada, com corredor ou ocupando de forma diferente o espaço), localizados apenas sobre o espaço de loja, tendo sido designado de Subtipo2.

As casas que apresentam no piso inferior loja e cozinha, e no piso superior sala e quartos sobre a totalidade do piso (da cozinha também), podendo os quartos encontrarem-se distribuídos em fiada, com corredor ou ocupando de forma diferente para um melhor aproveitamento do espaço, são designados de Subtipo3.

Em cada uma destas designações, faz-se a diferenciação entre as casas que não apresentam escadas exteriores ou interiores (A), que apresentam apenas escadas exteriores (B) ou apenas escadas interiores (C) ou as que apresentam escadas interiores e exteriores (D) (Figura 55).

Das casas que apresentam um formato tipo retangular das habitações do NAVC (76%), parte significativa destas (66%) é do Subtipo3, e maioritariamente do Subtipo3-D, com escadas exteriores e interiores (36%), seguindo-se do Subtipo3-C (14%), que apresentam apenas escadas exteriores, do Subtipo3-B (11%) e ainda do Subtipo3-A (6%).

Tipologia: Formato Tipo retangular			Exemplos	N.º Edifícios	%	%	
<b>Subtipo 1: 1 piso</b>	A:	Com um único espaço		2	1,08	6,49	
	B:	Com vários espaços interiores		10	5,41		
<b>Subtipo 2: 2 pisos.</b>  Piso inferior: loja e cozinha encostada, podendo esta última encontrar-se numa cota intermédia ou no piso superior. Piso Superior: sala e quartos apenas sobre a loja. Quartos distribuídos em fiada, com corredor ou ocupando de forma diferente o espaço disponível	A	Sem escadas exteriores nem interiores		1	0,54	2,70	75,68
	B	Apenas escadas exteriores		2	1,08		
	C	Apenas escadas interiores		1	0,54		
	D	Com escadas exteriores e interiores		1	0,54		
<b>Subtipo 3: 2 pisos.</b>  Piso inferior: loja e cozinha. Piso superior: sala e quartos. Quartos distribuídos em fiada, com corredor ou ocupando de forma diferente o espaço disponível	A	Sem escadas exteriores nem interiores		11	5,95	66,49	
	B	Apenas escadas exteriores		20	10,81		
	C	Apenas escadas interiores		26	14,05		
	D	Com escadas exteriores e interiores		66	35,68		

Figura 55 - Subtipos do formato tipo retangular

Constata-se, assim, que o Subtipo3-D, é o mais generalizado. Em termos de localização, verifica-se a dispersão do mesmo (Figura 56).

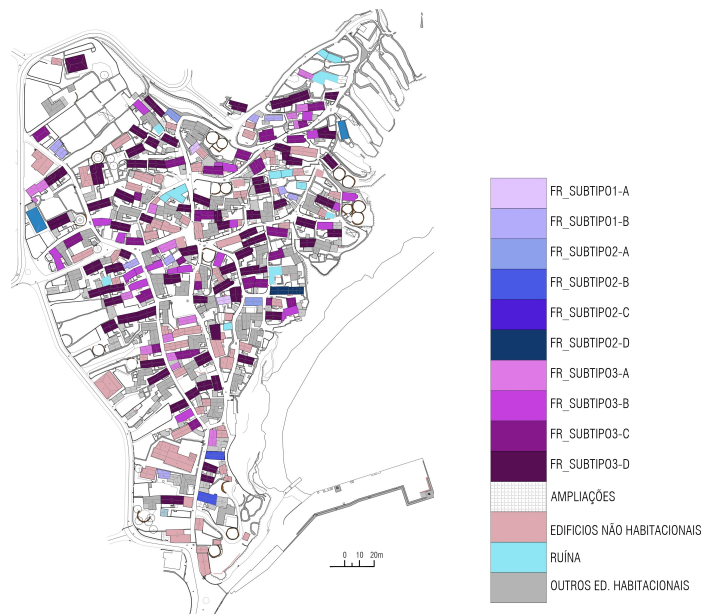


Figura 56 – Localização dos subtipos do formato tipo retangular

Seguidamente, e na impossibilidade de se fazer a ilustração de todas as casas dos subtipos identificados neste trabalho, exemplificam-se algumas que foram consideradas representativas dos subtipos mais generalistas, nomeadamente:

### Subtipo 1

A casa do Subtipo1<sup>41</sup> apresenta apenas um piso. O exemplo da Figura 57, corresponde a planta retangular irregular com três espaços interiores, cada um com seu vão, de madeira. Através da porta da fachada principal voltada a sul acede-se diretamente para a cozinha e desta faz-se a distribuição para um quarto/sala e para um espaço sanitário, construído já recentemente. A casa não apresenta forno exterior, apenas uma chaminé, sendo que, pela expressão desta (alongada e estreita), poderá assumir-se que será posterior à construção original.

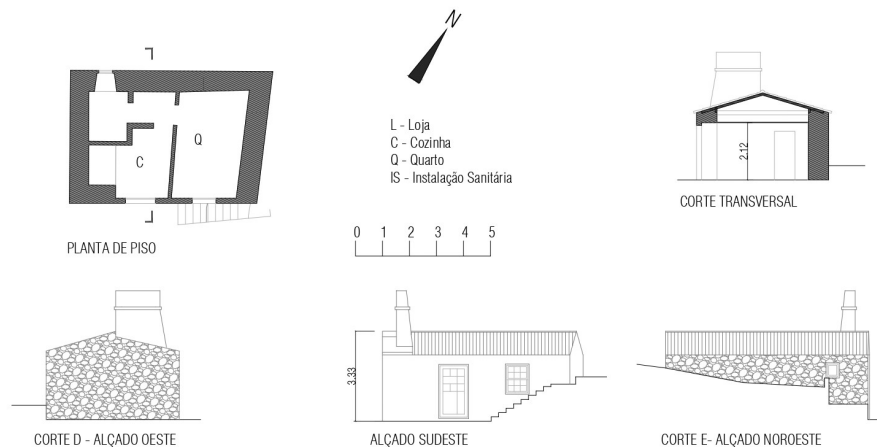


Figura 57 - Exemplo de casa – formato tipo retangular de um piso: Subtipo1-B

### Subtipo 2

A casa do Subtipo2 apresenta dois pisos, sendo no piso inferior a loja e a cozinha, podendo esta última encontrar-se ao nível da loja, num piso intermédio ou ainda ao nível do piso superior, mas sempre em contacto com o terreno, e sem qualquer espaço por cima desta. No piso superior implantam-se a sala e os quartos, podendo estes ser em fiada, com corredor delimitado ou ocupando de forma diferente o espaço disponível.

A casa exemplificativa do Subtipo2-A, representada na Figura 58, apresenta nas suas plantas, um formato retangular alongado e irregular.

No piso inferior, a loja que apresenta um acesso através da rua, na sua fachada nascente. No piso superior encontram-se dois espaços separados por uma parede divisória em pedra, da mesma expressão das paredes exteriores, sendo uma cozinha com forno exterior adossado a poente, e ainda

<sup>41</sup> Os exemplares do Subtipo1-A verificam-se num estado prévio a ruína, não tendo sido possível, por isso, proceder-se ao levantamento dessas casas.

um outro espaço, voltado a nascente, destinado à zona de quartos. Apesar de não se verificar atualmente, o acesso ao piso superior seria provavelmente efetuado através de escadas exteriores na fachada sul, ou através de uma cota mais elevada do terreno, pois, embora o edifício já não as exponha, as duas portas que se apresentam na fachada sul do piso superior, assim o sugerem. Verifica-se, pela diferença de cotas que o local apresenta e que seria necessário vencer, a adaptação da casa ao terreno.

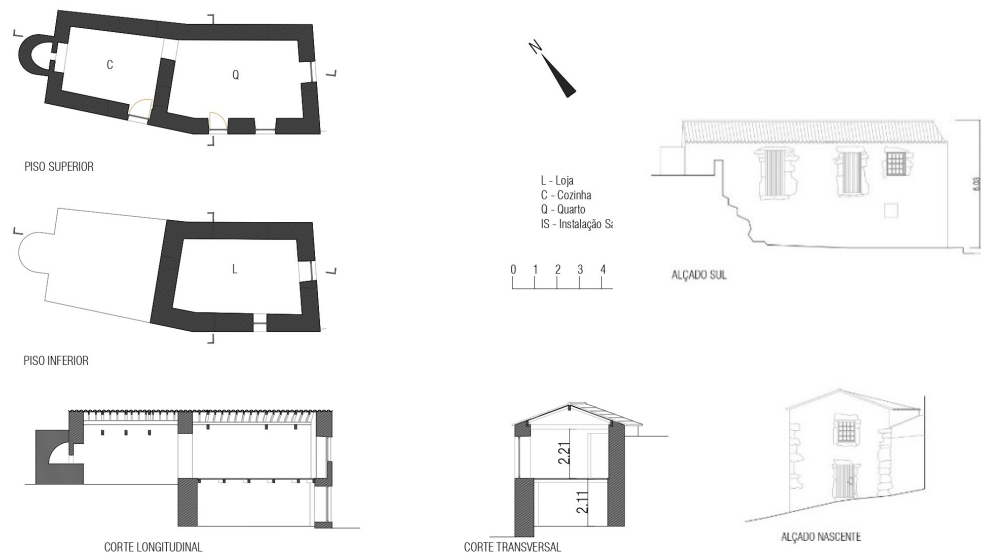


Figura 58 - Exemplo de casa – formato tipo retangular de dois pisos: Subtipo2-A

A casa exemplificativa do Subtipo2-B, representada na Figura 59 seguinte, apresenta as plantas com um formato retangular irregular.

No piso inferior implantam-se dois espaços de loja, cada uma com seu acesso: um ao nível da rua na sua fachada poente, e o outro para o pequeno logradouro que se encontra a sul do edifício. Apresenta escadas exteriores de acesso ao piso superior, encostadas à fachada sul, encimadas por um balcão. Deste acede-se a um espaço de sala, que por sua vez comunica aos quartos, distribuídos à fiada, que através de escadas comunica com a cozinha numa cota mais baixa, que possui um forno no seu interior.

Dado que a casa faz a transição entre a Rua da Matriz e a Canada da Rocha, a uma cota mais elevada, o espaço de cozinha deste edifício implanta-se numa cota intermédia, indicador da adaptação ao terreno.

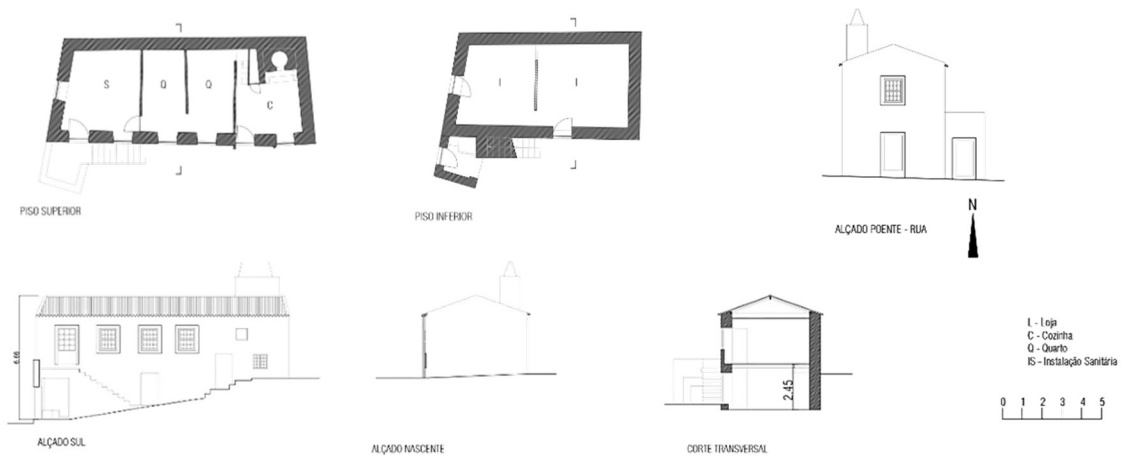


Figura 59 – Exemplo de casa – formato tipo retangular de dois pisos: Subtipo2-B

A casa exemplificativa do Subtipo2-C, representada na Figura 60, apresenta uma planta retangular mais larga do que a maioria das casas do NAVC. No seu piso inferior implantam-se duas lojas e ainda o acesso, perpendicular à fachada principal, ao piso superior, onde distribui para uma zona de sala, quartos organizados com configuração que aproveita o espaço interior, e ainda o espaço de cozinha, que integra um forno interior encostado à empena a norte, com uma chaminé bastante expressiva em termos de volumetria. A sua fachada sul apresenta simetria e regularidade nos vãos, sendo que as três portas do piso inferior se encontram alinhadas verticalmente com as janelas do piso superior.

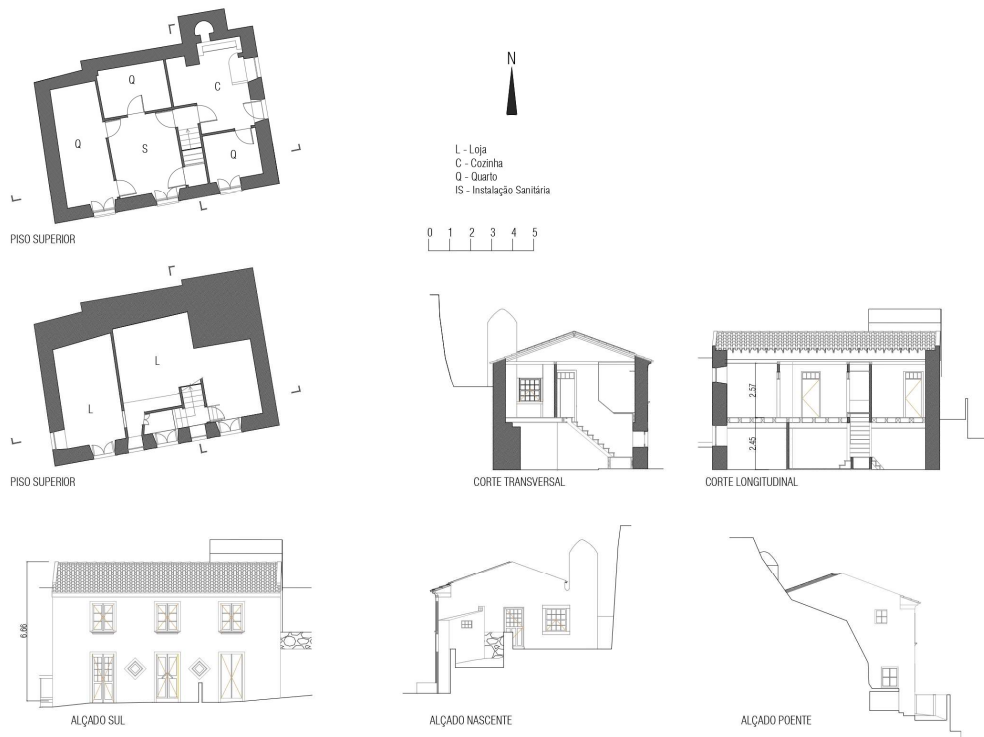


Figura 60 - Exemplo de casa – formato tipo retangular de dois pisos: Subtipo2-C

A casa exemplificativa do Subtipo2-D, representada na Figura 61, é definida por três volumes com alturas diferenciadas. É representativa de um “exemplo” de vivência antiga: apresenta dois pisos em toda a sua extensão, com exceção do espaço da cozinha, no extremo nascente deste. A cozinha, que integra ainda o forno no seu interior, sem chaminé, apresenta um pé-direito mais alto em relação aos restantes pé-direito do piso inferior do edifício, escoando os fumos através de uma abertura no forro da cozinha e também através das telhas, não permitindo, por isso, a construção do piso superior sobre esta. A cozinha comunica com um espaço de loja, e cada uma integra um vão de acesso ao logradouro que se encontra a sul. Os restantes espaços deste piso são lojas, sem comunicação interior entre eles.

Apresenta escadas exteriores em pedra que acedem, no piso superior, a um espaço de sala, que distribui para dois quartos dispostos à fiada, sendo que no segundo quarto as escadas interiores dão acesso no piso inferior a uma das lojas.

No extremo poente do edifício, encontra-se um espaço de loja, que apresenta a totalidade do pé-direito.

Os vãos existentes encontram-se apenas na fachada sul, e são pautados por um ritmo regular, principalmente no volume poente.

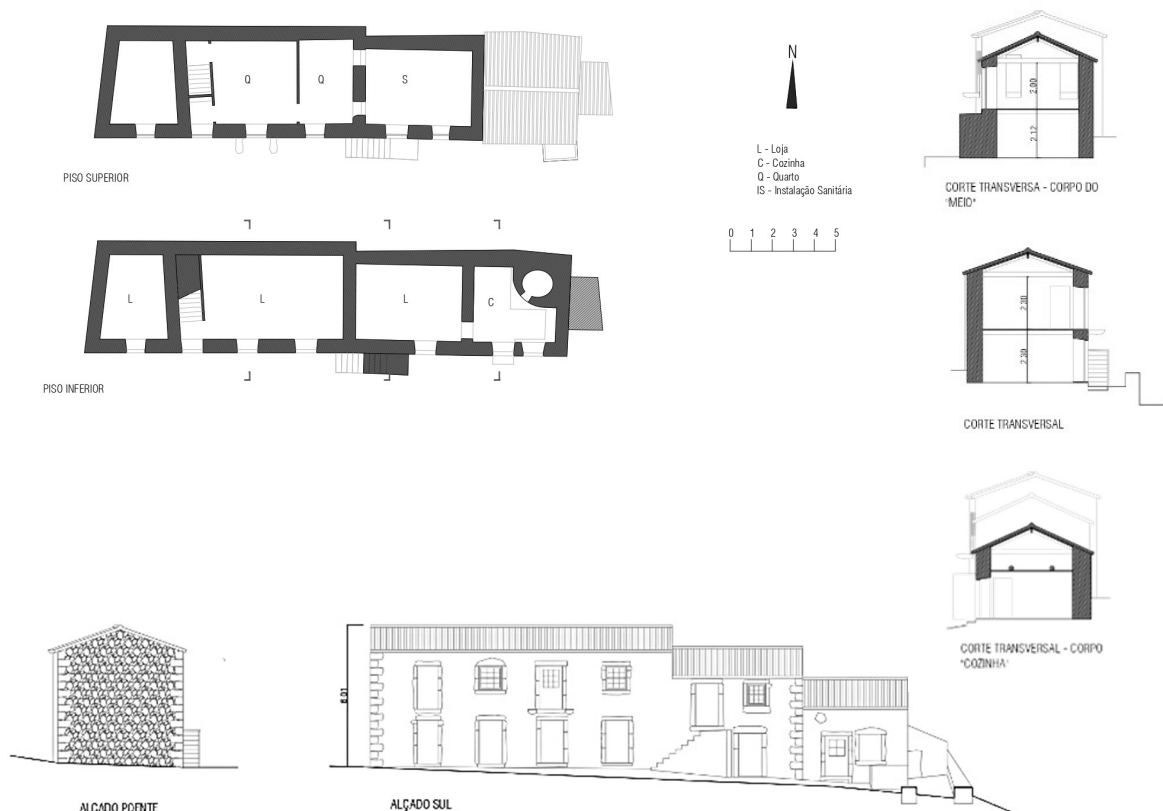


Figura 61 - Exemplo de casa – formato tipo retangular de dois pisos: Subtipo2-D

### Subtipo 3

A casa do Subtipo 3 apresenta dois pisos, sendo que no piso inferior se encontra a loja e a cozinha. No piso superior distribuem-se a sala e os quartos, podendo estes ser em fiada, com corredor delimitado ou ocupando de forma diferente o espaço disponível.

A casa exemplificativa do Subtipo3-A, representada na Figura 62, apresenta dois pisos e uma implantação retangular incomumente regular, sem comunicação vertical entre pisos no seu interior ou no seu exterior, encontrando-se enterrado ao nível do piso inferior, nas suas fachadas norte e nascente.

Contempla, no piso inferior, dois espaços de loja, sem comunicação entre eles. Cada espaço apresenta a sua porta de entrada, na fachada sul.

Ao nível do piso superior, é um espaço amplo com vãos nas fachadas poente, sul e nascente, e na enpena que dá acesso à Rua das Pedras, através da única entrada ao nível deste piso.

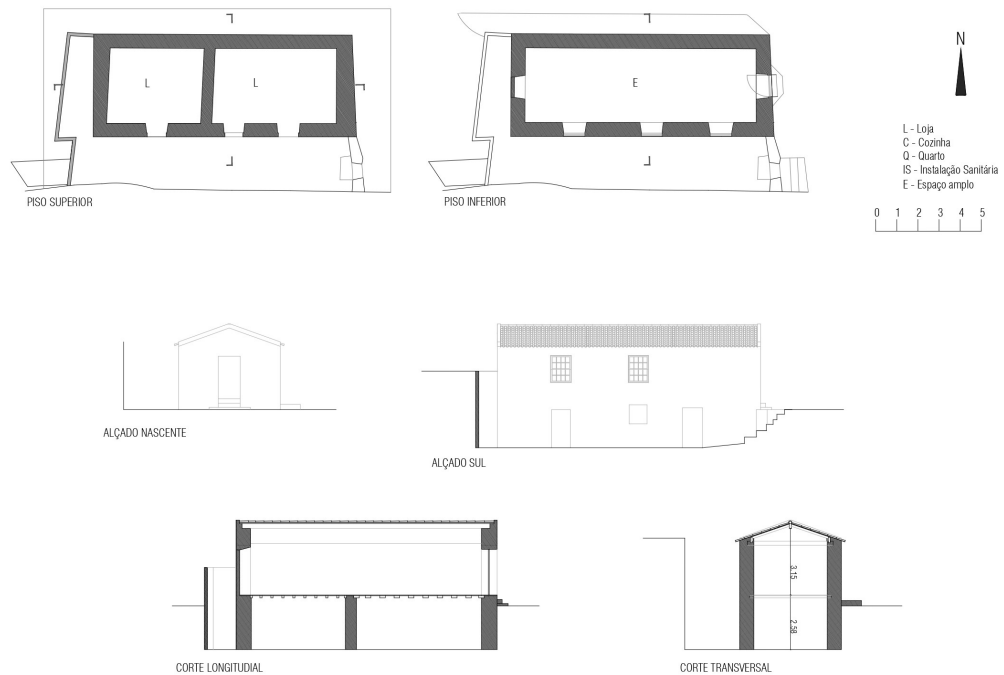


Figura 62 -Exemplo de casa – formato tipo retangular de dois pisos: Subtipo3-A

A casa exemplificativa do Subtipo3-B, representada na Figura 63, apresenta dois pisos e uma implantação retangular irregular, sem comunicação vertical entre pisos no seu interior. Contempla, no piso inferior, dois espaços, uma loja e outro de cozinha cada um com porta de entrada.

A cozinha integra forno interior com chaminé, que aproveita o espaço mais estreito da planta, na junção das fachadas norte e nascente.



Verifica-se a existência de vãos no alçado poente, na empena que dá acesso à Rua da Matriz, e a sul, sendo que neste último se salienta a existência de uma pequena janela ao nível do piso intermédio, no espaço de cozinha, sugerindo a existência anterior de uma falsa<sup>42</sup>, situação semelhante aos palheiros, onde se verifica a existência de um pequeno mezanino para guardar alfaias ou produtos agrícolas.

Accede-se ao piso superior através de escadas exteriores de pedra, paralelas e encostadas à fachada sul, e da sala accede-se ao outro espaço deste piso, a zona de quarto, onde se encontra o volume expressivo da chaminé.

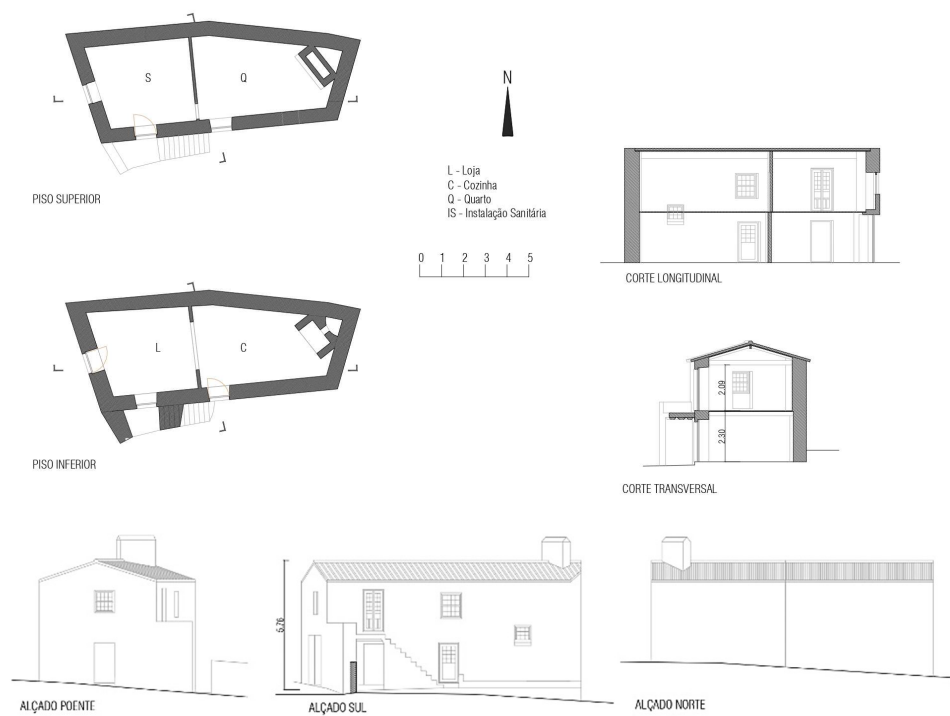


Figura 63 -Exemplo de casa – formato tipo retangular de dois pisos: Subtipo3-B

A casa exemplificativa do Subtipo3-C, representada na Figura 64, apresenta uma volumetria com dois pisos e um formato de planta retangular irregular, encontrando-se em contacto com o terreno, ao nível do seu piso inferior, nas suas fachadas norte, poente e nascente, apresentando, por isso, os vãos apenas na fachada sul e nascente. Não integra escadas exteriores, sendo que a ligação entre pisos se efetua apenas através de escadas interiores.

O piso inferior contempla dois espaços, um de cozinha e outro de loja, cada um com porta para o exterior. O espaço de cozinha integra um lar com um forno interior, na junção da fachada norte e poente, e umas escadas de madeira, encostadas e paralelas à fachada norte, possibilitando o acesso

<sup>42</sup> Segundo Arquitecto Victor Mestre corresponde ao aproveitamento de desvão da cobertura

ao piso superior para comunicação com um quarto e também para a zona de aproveitamento de arrumos que fica atrás da chaminé. O quarto mencionado distribui, para poente, a um espaço de quarto que fica acima do espaço de cozinha, que apresenta uma área mais pequena devido ao volume da chaminé que o atravessa, e para nascente, para uma zona de sala, que tem acesso direto para um patamar que se encontra ao nível da cota da rua.

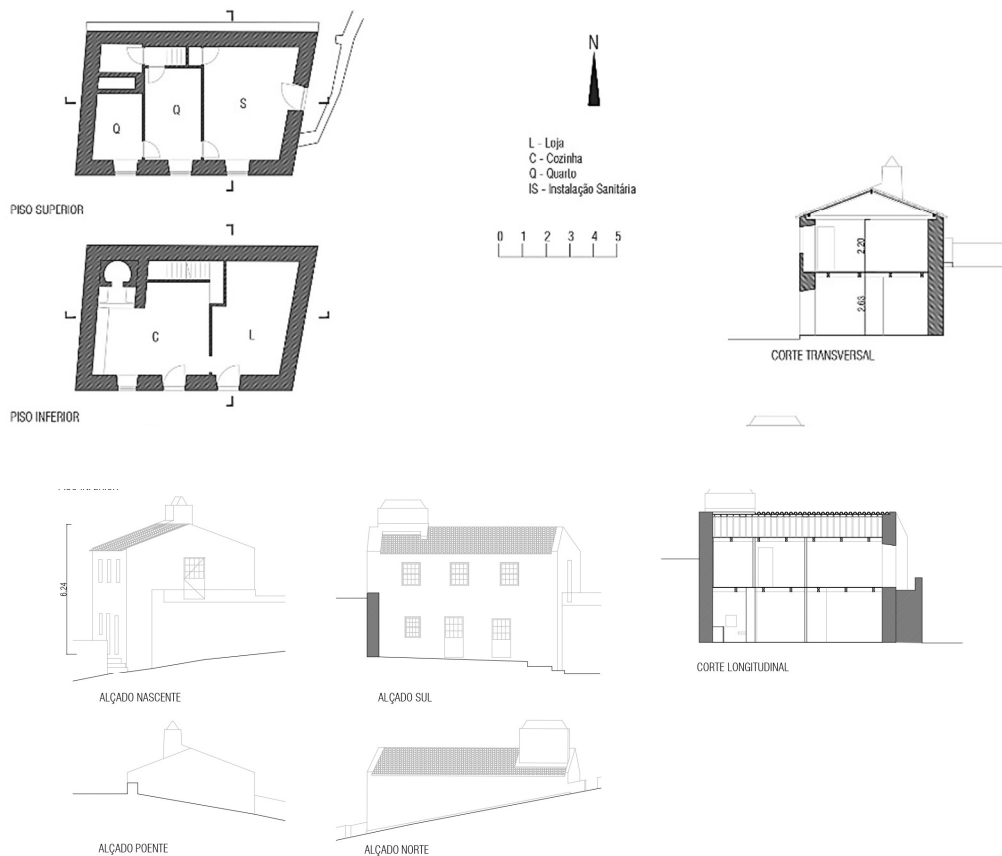


Figura 64 - Exemplo de casa – formato tipo retangular de dois pisos: Subtipo3-C

A casa exemplificativa do Subtipo3-D, representada na Figura 65, é de esquema e distribuição idêntico à descrita anteriormente, sendo que também se encontra em contacto com o terreno ao nível da sua fachada norte. Uma diferença notória encontra-se ao nível das escadas exteriores, pois enquanto na casa anteriormente descrita, o acesso ao piso superior era efetuado pelo aproveitamento das cotas do próprio terreno, neste caso, é efetuado através de escada de pedra, praticamente paralelas à fachada sul, mas afastada desta, possibilitando ter um espaço de patamar (balcão) maior, podendo ainda aproveitar o espaço inferior deste, assim como libertar a fachada, permitindo a abertura de vãos na mesma.

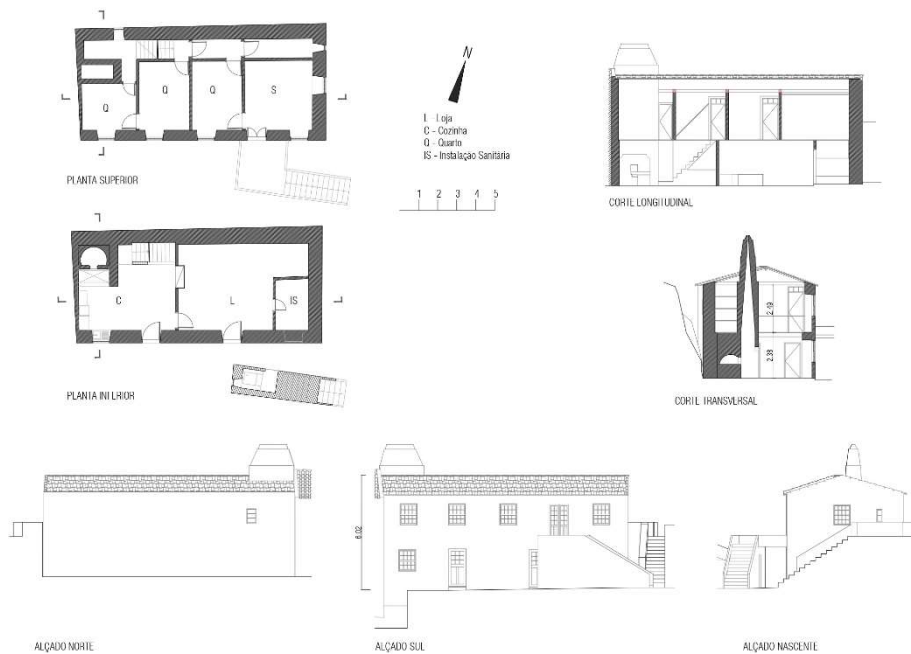


Figura 65 - Exemplo de casa – formato tipo retangular de dois pisos: Subtipo3-D

Outros exemplos de casas do Subtipo3-D que se podem encontrar no NAVC (Figura 66), apresentam as seguintes diferenças:

- I- Os quartos estão distribuídos em corredor. Possui forno interior e apresenta chaminé desencostada do perímetro da parede exterior funcionando esta como coluna de ar quente. As escadas exteriores encontram-se enviesadas em relação à fachada, sendo que integra um balcão a encimar as mesmas. Na casa, o espaço de sala encontra-se em localização oposta em relação à cozinha;
- II- Os quartos distribuem-se através de um espaço de sala, sem corredor. Possui forno interior e apresenta chaminé desencostada do perímetro da parede exterior, funcionando esta como coluna de ar quente. As escadas exteriores encontram-se enviesadas em relação à fachada, sendo que apresenta um balcão a encimar as mesmas. Na casa, o espaço de sala encontra-se em localização oposta em relação à cozinha;
- III- Os quartos são distribuídos através de um espaço de sala, sem corredor. Possui forno exterior, e chaminé desencostada do perímetro da parede exterior, funcionando esta como coluna de ar quente. As escadas exteriores encontram-se paralelas em relação à fachada, mas desencostadas desta, apresentando um balcão a encimar as mesmas. Na casa, o espaço de sala encontra-se em localização oposta em relação à cozinha;
- IV- Os quartos à fiada, através de corredor. Possui forno exterior e chaminé, funcionando esta como coluna de ar quente, mas no espaço de parede. As escadas exteriores encontram-se perpendiculares à fachada, apresentando um balcão a encimar as mesmas. Na casa, o espaço de sala encontra-se em localização oposta em relação à cozinha;

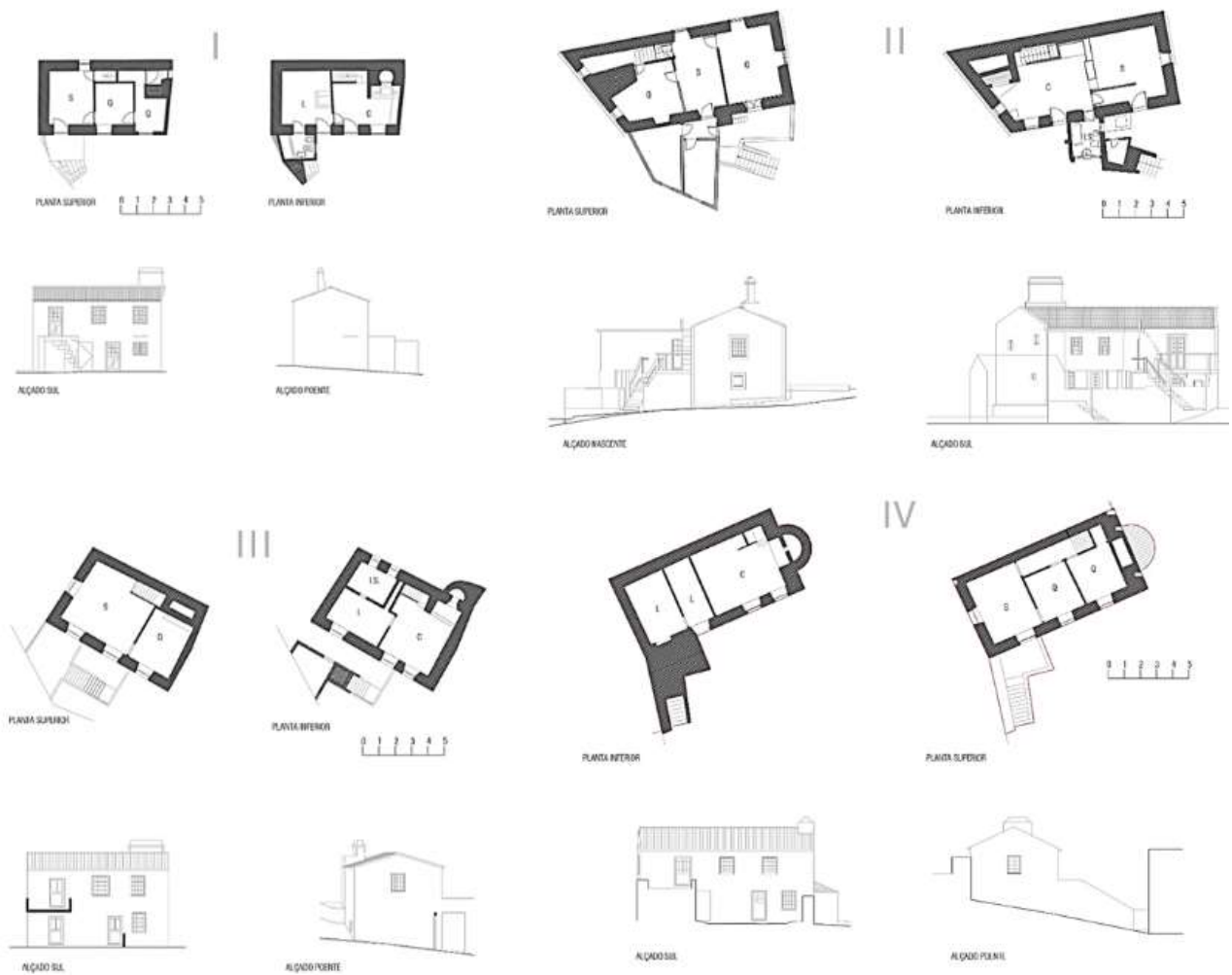


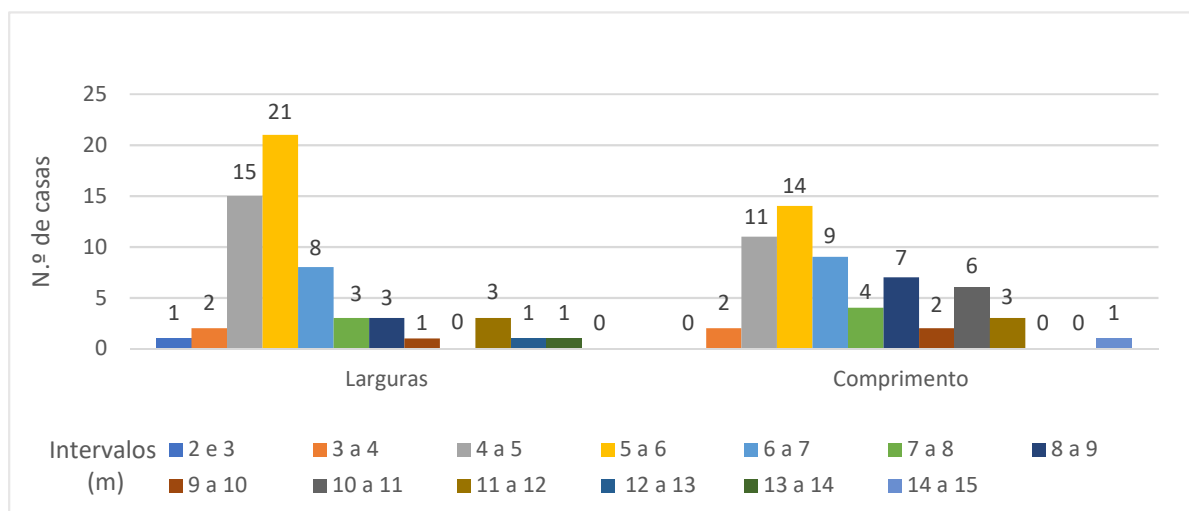
Figura 66 – Outros exemplo de casas, com espaços de diferentes disposições do Subtipo3-D

#### 4.5.2. Formato tipo L

##### Dimensão do formato tipo L

No seguimento da deteção das casas de formato tipo L, e na continuidade do procedimento efetuado para o formato tipo retangular, analisaram-se as dimensões das casas do formato tipo L, nomeadamente no que diz respeito às suas dimensões relativamente à sua largura e comprimento. De forma idêntica ao tratamento das dimensões do formato tipo retangular, as dimensões foram identificadas com o princípio da fachada que confronta com a rua, considerando esta a sua largura (Gráfico 15), e atribuindo-se intervalos definidos de metro em metro, num total de 13 intervalos, verificados entre os 2 m e 15 m.

Gráfico 15 - Dimensões das casas do formato tipo L



Verifica-se que nos volumes de implantação de formato em L, a maior parte dos valores das dimensões das empenas (larguras) se encontram no intervalo 5 a 6 m (36%), seguindo-se os intervalos 4 a 5 m (25%), 6 a 7 m (14%), 7 a 8 m e 11 a 12 m (5%), 3 a 4 m (3%), e ainda os intervalos entre 2 a 3, 9 a 10, 12 a 13 e 13 a 14 m com 2%. Não foram encontradas medidas de empenas (larguras) superiores a 14 m.

No que diz respeito ao comprimento, verifica-se que são valores mais dispersos do que as medidas referentes à largura das casas que apresentam esta configuração: o intervalo mais significativo é entre 5 e 6 m (24%), seguindo-se o intervalo de 4 a 5 m (19%), de 6 a 7 m (15%), de 8 a 9 m (12%). Assinala-se ainda os casos com 10 a 11 m (10%), 7 a 8 m (6%), 11 a 12 m (5%), 3 a 4 m e 9 a 10 m com 3% e ainda, entre os 14 a 15 m, com 2%, não tendo sido encontrados valores de comprimentos para os intervalos 12 a 13 e 13 a 14 m.

Constata-se que significativa parte das casas com este formato, apresentam a sua largura em proporção semelhante ao seu comprimento, encontrando as suas dimensões nos intervalos entre 5 a 6 m, 4 a 5 m e também 6 a 7 m.

#### Subtipos do formato tipo L

De forma idêntica ao anterior formato tipo analisado, no formato em L procedeu-se à divisão entre casas que apresentam um piso, e dois pisos.

No caso de apresentar apenas um piso, designou-se por Subtipo1. Apresentando dois pisos, designaram-se de Subtipo 2 as que no piso inferior apresentam loja e cozinha encostada a esta, e no piso superior apresentam a sala e quartos (podendo estes estar distribuídos em fiada, com corredor ou ocupando de forma diferente o espaço), localizados apenas sobre o espaço de loja.

As que apresentam também dois pisos, com retângulos justapostos, e no piso inferior se localiza a loja e cozinha, e no piso superior sala e quartos (sendo por princípio a sala distribuidora dos espaços de quartos), foram designadas como Subtipo 3.

Na semelhança da análise anterior, faz-se a diferenciação entre as casas que não apresentam escadas exteriores ou interiores (A), que apresentam apenas escadas exteriores (B) ou apenas escadas interiores (C) ou os que apresentam escadas interiores e exteriores (D) (Figura 67).


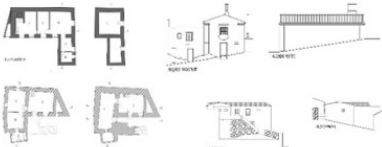

Tipologia: Formato Tipo L			Exemplos	N.º Edifícios	%	%
<b>Subtipo 1: 1 piso</b>	A	Com um único espaço		2	1,08	1,08
<b>Subtipo 2: 2 pisos.</b> Piso inferior: loja e cozinha encostada à loja. Piso Superior: sala e quartos apenas sobre a loja.	A	Sem escadas exteriores nem interiores		0	0	3,24
	B	Apenas escadas exteriores		0	0	
	C	Apenas escadas interiores		2	1,08	
	D	Com escadas exteriores e interiores		4	2,16	
<b>Subtipo 3: 2 pisos.</b> Dois retângulos justapostos. Piso inferior: loja e cozinha. Piso superior: sala e quartos. (Sala distribui para quartos)	A	Sem escadas exteriores nem interiores		0	0	10,8
	B	Apenas escadas exteriores		0	0	
	C	Apenas escadas interiores		3	1,62	
	D	Com escadas exteriores e interiores		17	9,2	
						15,68

Figura 67 - Subtipos do formato tipo L

Após análise dos critérios, verificou-se que não foram encontrados os Subtipo2-A, Subtipo2-B, Subtipo3-A nem Subtipo3-B.

Da totalidade das casas que apresentam o formato L (16%), parte significativa é do Subtipo 3 (11%), e destes, maioritariamente surgem do Subtipo3 - D, com escadas exteriores e interiores (10%), seguindo-se do Subtipo3 - C (2%). Em termos de localização, verifica-se uma certa dispersão do mesmo (Figura 68).

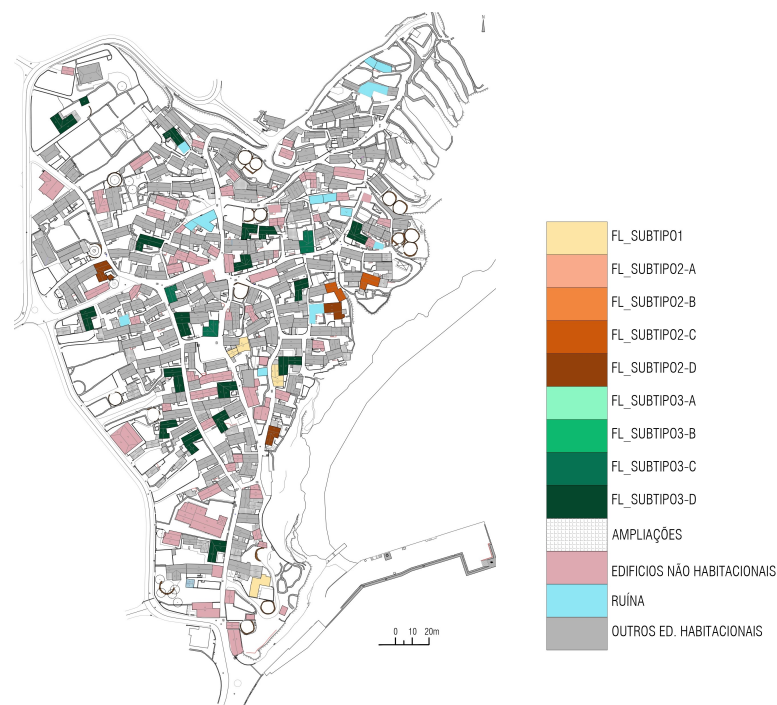


Figura 68 - Localização dos subtipos do formato tipo L

Seguidamente, na impossibilidade de fazer a ilustração de todas as casas dos subtipos identificados neste trabalho, exemplificam-se algumas que são representativas dos subtipos identificados mais generalistas, nomeadamente:

#### **Subtipo 1**

A casa do Subtipo 1 é constituída por apenas um piso. O exemplo da Figura 69 da página seguinte, corresponde a uma casa de planta regular em L. A sua constituição construtiva manifesta um carácter diferenciado das restantes construções do NAVC, pois apresenta uma construção de blocos de alvenaria de betão, e cobertura praticamente plana, também de betão.

A entrada na casa efetua-se para um espaço de sala, espaço de encontro dos dois corpos do L. Apresenta, no braço do L voltado a sul, uma cozinha e uma instalação sanitária, sendo que no outro braço se encontram os dois quartos, com distribuição por um corredor com formato em T, com ligação ao exterior. Os vãos apresentam-se em alumínio.

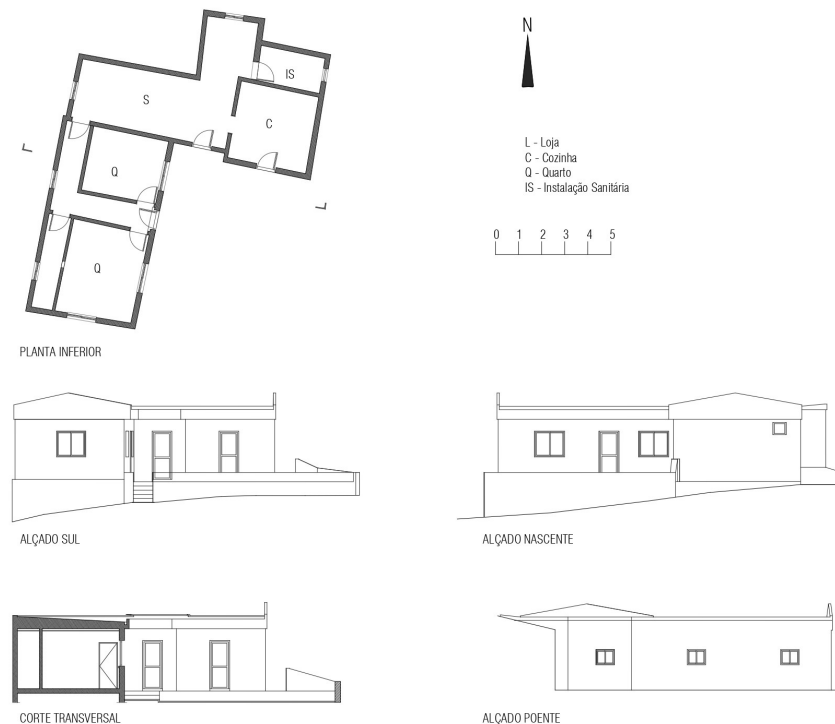


Figura 69 - Exemplo de casa - formato tipo L de dois pisos: Subtipo1

### Subtipo 2

A casa do Subtipo 2 apresenta dois pisos, sendo que o piso inferior integra loja e cozinha encostada a esta, e no piso superior acomodam a sala e quartos (podendo estes estar distribuídos em fiada, com corredor ou ocupando de forma diferente o espaço), localizados apenas sobre o espaço de loja. Como se mencionou anteriormente e se verifica na Figura 67, não foram encontradas casas que apresentam Subtipo2-A nem Subtipo2-B, pelo que não irão ser retratados.

A casa exemplificativa do Subtipo2-C, representada na Figura 70, ao nível do seu piso inferior, é constituída por dois espaços de loja, um quadrado e, outro, situado numa cota mais baixa e sem comunicação interior com este, retangular por forma a acompanhar o terreno, sendo que este piso não comunica com o piso superior.

No piso superior, apresenta uma planta em L, com um dos “braços” de dimensão maior do que o segundo, consequência do piso inferior. Neste piso, encontra-se a cozinha, na parte poente da casa, com uma janela e uma porta virada a sul, e no encontro das fachadas norte e poente, encontra-se um lar com forno interior. Esta comunica com uma pequena sala (também esta com acesso de porta para o pequeno logradouro a sul) que por sua vez acede a um quarto. Este quarto conecta com o outro “braço” do L, onde se encontra um outro espaço de quarto e ainda, no fundo deste, uma instalação sanitária, ambos numa cota mais baixa, consequência também do que acontece no piso inferior.



Apesar de esta casa apresentar funcionalmente uma planta em L, pela sua expressão estética, nomeadamente do volume a norte se encontrar rebocado com exceção dos cunhais, cornija e molduras de alguns vãos, este é diferenciado do restante edificado, que funciona a uma cota mais baixa, com expressão mais minimalista.

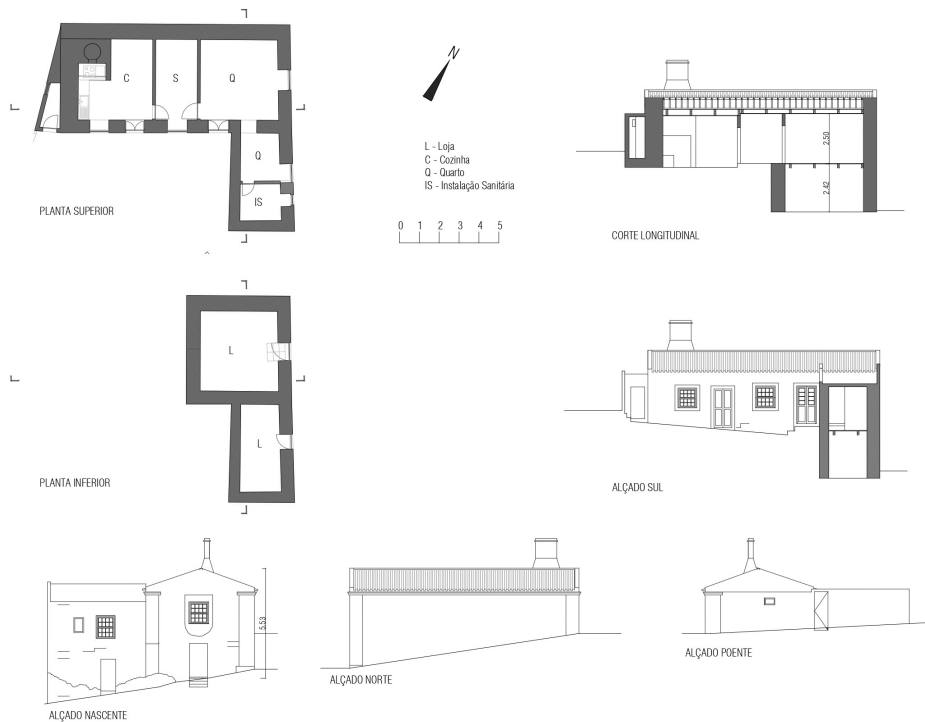


Figura 70 - Exemplo de casa - formato tipo L de dois pisos: Subtipo2-C

A casa exemplificativa do Subtipo2-D, representada na Figura 71, apresenta uma planta irregular em L nos dois pisos, característica essa acentuada na sua fachada nascente, sendo que se encontra enterrada quase na totalidade da sua fachada norte.

Ao nível do piso inferior apresenta dois espaços comunicantes entre si, um em cada “braço”: a nascente a cozinha e a poente a loja, ambos com acesso direto para o exterior. No espaço de cozinha observa-se, encostado à fachada nascente, um espaço de fumeiro, atualmente fechado até à cobertura tendo, na sua fachada sul, uma pequena abertura que o denuncia.

Acende-se da cozinha ao piso superior por meio de uma escada de madeira bastante íngreme e através de um alçapão, onde se encontra um espaço de sala, que distribui já para o outro “braço” do L, para um quarto, que por sua vez faz ligação a outro quarto, que comunica com uma instalação sanitária, contruída recentemente, dissonante do restante edificado.

Acende-se também ao piso superior através de uma escada exterior de pedra, afastada da fachada sul, encimada por um patamar desafogado. Como a escada se encontra afastada da fachada, o acesso à

loja é feito por baixo do patamar, na fachada nascente, aproveitando desta forma o afastamento da escada, permitindo maior aproveitamento e funcionalidade do espaço de loja.

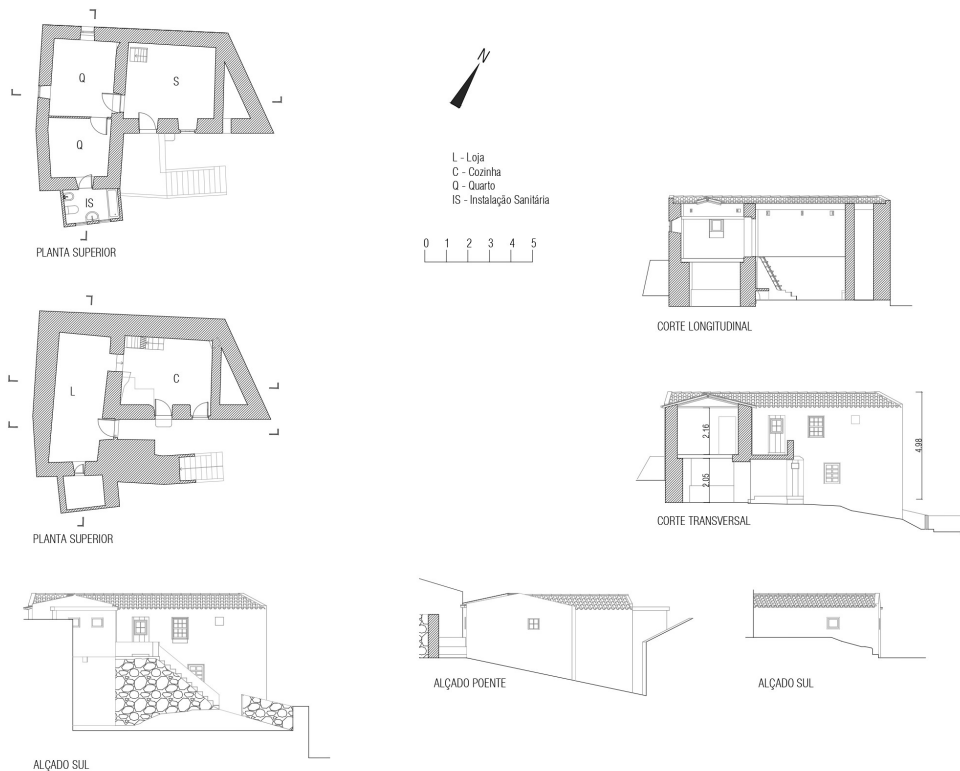


Figura 71 - Exemplo de casa - formato tipo L de dois pisos: Subtipo2-D

### Subtipo 3

A casa do Subtipo3 apresenta dois pisos, cujas plantas são retângulos justapostos, e que no piso inferior se localiza a loja e cozinha, e no piso superior sala e quartos (por princípio, a sala é distribuidora dos espaços de quartos). Como se refere na Figura 67, não foram encontradas casas que apresentam Subtipo3-A nem Subtipo3-B, como tal, não serão retratados.

A casa exemplificativa do Subtipo3-C, representada na Figura 72, muito provavelmente apresentava dois volumes funcionalmente independentes que, com o tempo, assimilou os dois volumes num só, enquadrando-se atualmente neste subtipo. Um dos volumes é paralelo à Rua da Matriz, e o outro perpendicular, encontrando-se sem comunicação direta pelo interior, no piso inferior.

No piso inferior do volume paralelo encontra-se uma loja, com um vão de acesso à rua, e a escada interior, dentro do perímetro do edifício, mas sem comunicação com o espaço de loja.

O segundo corpo do L, perpendicular à rua, apresenta uma loja, com dois vãos de acesso, um na fachada sul e outro na nascente, diretamente para a rua, e, separada da loja por uma parede portante

de pedra. Voltada a poente, encontra-se uma cozinha com um forno exterior, apresentando um vão de acesso ao exterior, na fachada sul.

No piso superior do volume paralelo, e através da escada interior, acede-se a uma instalação sanitária (volume dissonante voltado para poente e de construção recente) e também a uma sala, que por sua vez faz ligação ao volume perpendicular, onde se encontra uma instalação sanitária e dois quartos. A continuidade funcional do piso superior dos volumes é o motivo pelo qual a casa se encontra neste subtipo.

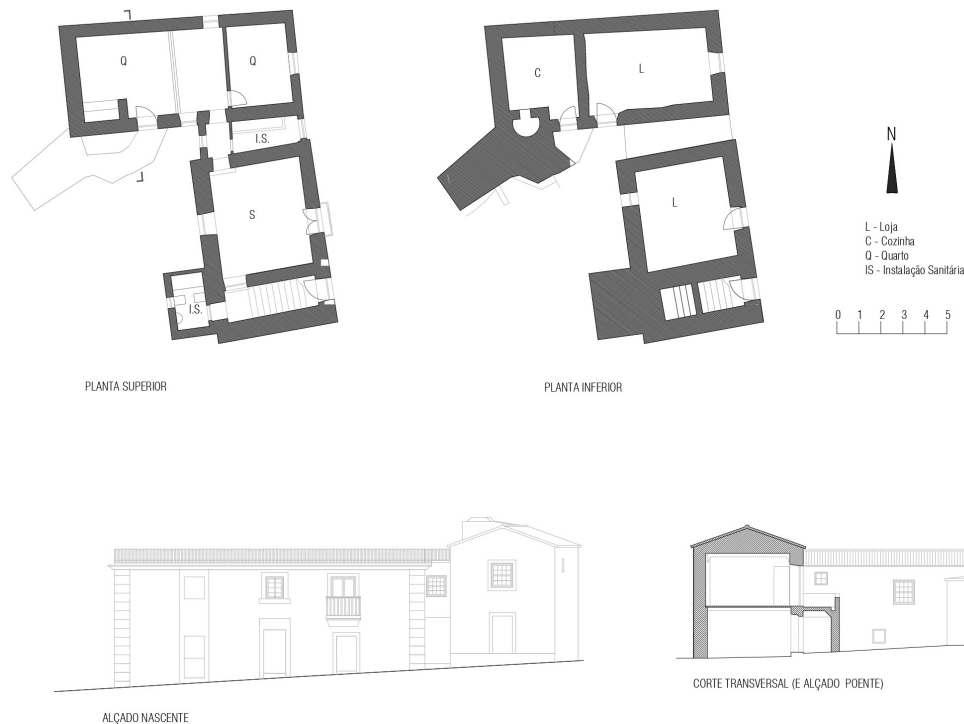


Figura 72 -Exemplo de casa - formato tipo L de dois pisos: Subtipo3-C

A casa exemplificativa do Subtipo3-D, representada na Figura 73, é constituída por dois pisos e é definida por um volume de planta em L, de formato quase regular. Apresenta um dos corpos do volume bastante maior do que o outro, e encontra-se enterrado nas suas fachadas nordeste e sudeste, consequência do desnível do terreno.

Acedendo ao piso inferior do corpo maior pela fachada sul, encontra-se o espaço de refeição, uma escada de madeira de acesso ao piso superior encostada à fachada norte que acede a uma sala. Para nascente, localiza-se a cozinha que apresenta um lar e um forno interior com chaminé, e para poente, uma instalação sanitária, um pequeno arrumo e uma loja. Apresenta, no outro corpo do L, mais pequeno, apenas um espaço de loja sem comunicação interior, acedendo-se apenas pelo exterior.

O acesso, pelo exterior, ao piso superior é através de uma escada de pedra, paralela e encostada à fachada sul onde, na união do outro corpo, forma um pequeno balcão protegido. Através deste,

accede-se a um espaço de sala, que distribui para dois quartos, um voltado para nascente e outro para poente. O primeiro apresenta o volume expressivo da chaminé que funciona como coluna de ar quente, e, deste, voltado a norte, um pequeno arrumo. O segundo faz ligação a outro quarto, que ocupa o corpo mais pequeno do L.

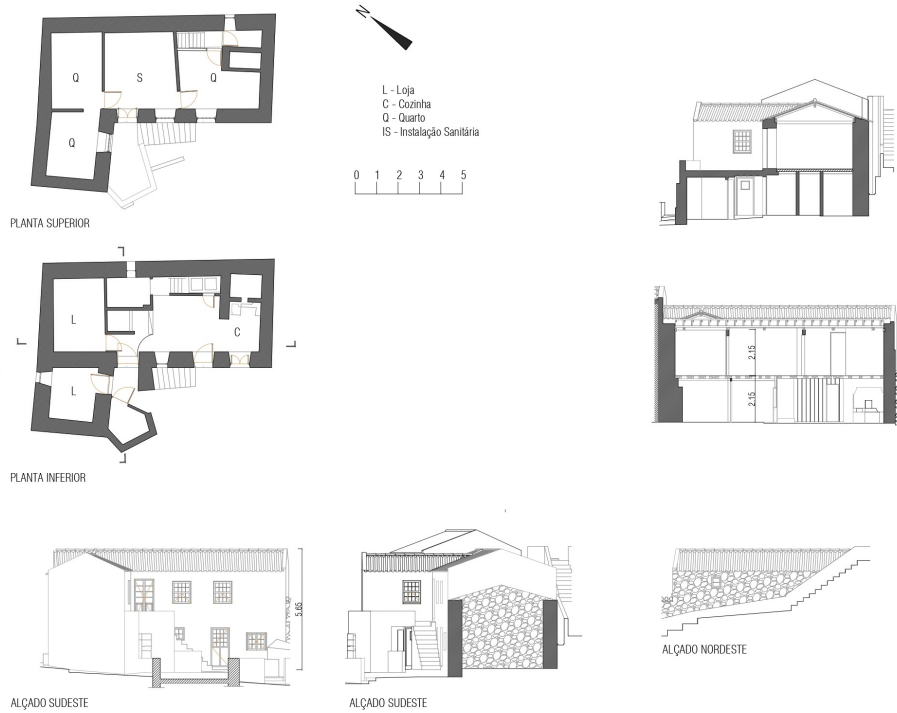


Figura 73 - Exemplo de casa - formato tipo L de dois pisos: Subtipo3-D

## 5. PROPOSTA DE INTERVENÇÃO - CASO DE ESTUDO

O Regime Específico de Proteção e Valorização do Património Cultural Imóvel do Núcleo Antigo de Vila do Corvo (DLR n.º 20/2015/A, de 27 de outubro) pretende estabelecer um quadro normativo específico de intervenção física no NAVC, assim como responder eficazmente à sua realidade física e sociocultural de que se apresenta de seguida um excerto.

*De facto, o NAVC, apresenta hoje evidentes sinais de degradação física e de abandono dos imóveis, muitos dos quais em avançado estado de ruína, ao que acresce um significativo leque de alterações à tipologia tradicional do edificado, que ao longo do tempo se têm vindo a produzir em resposta imediata ao natural desejo de melhores condições de habitabilidade e conforto, constituindo-se porém, como uma resposta improvisada, muitas vezes precária e contraproducente do ponto de vista da salvaguarda e promoção dos valores patrimoniais que justificam a proteção em causa.*

*Assim, se por um lado, os diferentes níveis de degradação do edificado do NAVC, que em alguns casos apresentam deficientes condições de estabilidade estrutural e de habitabilidade, para além de uma desqualificação ambiental, urbana, estética e de conforto, obrigam ao estabelecimento de diferentes estratégias de intervenção, a determinar especificamente em função do estado físico de cada imóvel a intervir, as quais devem igualmente garantir padrões de qualidade e desempenho construtivo consentâneos com as atuais exigências de habitabilidade, por outro, o rigor do clima local, nomeadamente com a exposição aos ventos fortes, à humidade e salinidade, fatores que no Corvo ganham a sua máxima e severa expressão, obrigada também à admissão de técnicas construtivas e materiais de construção que respondam satisfatoriamente àquelas condições climáticas adversas.*

*Neste sentido, com o estabelecimento do quadro normativo deste DRR, pretendeu-se responder eficazmente à agressividade climática e à escassez de recursos, quer ao nível dos materiais endógenos quer ao nível da mão de obra qualificada. Corrigindo-se em paralelo o atual estado de degradação física do edificado, tendo presente a vitalidade urbanística, social e funcional do conjunto classificado, sem descuidar a salvaguarda do aspeto característico do aglomerado urbano e dos valores patrimoniais que levaram à sua classificação<sup>43</sup>.*

As propostas para os projetos de arquitetura elaborados fundamentam-se nestes pressupostos. Regista-se que, apesar de neste capítulo ser apresentada uma proposta de intervenção (reabilitação e ampliação) de uma casa do NAVC, remetem-se outras duas propostas para os ANEXOS VII e VIII. Considera-se que as mesmas acrescentam informação significativa para a compreensão do género de intervenção a que poderão ser sujeitas as casas do NAVC.

---

<sup>43</sup> Decreto Regulamentar Regional n.º 20/2015/A, de 27 de outubro

### 5.1. Proposta de intervenção: Reabilitação e ampliação (Q17N7)

A proposta em causa consiste na reabilitação/recuperação e ampliação de uma casa isolada, atualmente em estado devoluto, situado na Rua da Fonte (Figura 74).

A casa caracteriza-se por apresentar uma implantação retangular irregular, dois pisos, cobertura de duas águas com uma alta e esbelta chaminé (Figura 74-C), e escadas de pedra com balcão, encostadas na sua fachada sul. A nível construtivo apresenta um sistema tradicional de paredes portantes em alvenaria de pedra, no exterior parcialmente à vista (Figuras 74-A, B, C e D) e no interior rebocado (Figura 74-F e H). O pavimento do piso inferior apresenta-se em betonilha (Figura 74-G), e o superior é constituído por uma estrutura de barrotes degradada (Figura 74-H), que suportam o soalho de tabuas de madeira. Relativamente à cobertura, apresenta uma estrutura de madeira (Figura 74-F) que, devido ao seu estado de degradação necessita de substituição, assim como em relação ao seu revestimento ao nível das telhas cerâmicas (Figura 74-A e D).

Os vãos da casa localizam-se na fachada sul: no piso inferior, uma porta de madeira centralmente colocada, sob o balcão das escadas, e uma janela de guilhotina (interior, dada a alteração dissonante resultante do fecho do paramento nascente e a sul com blocos); o piso superior apresenta uma porta e uma janela de abrir de duas folhas, ambas em madeira) (Figura 74-A). Apresenta no piso inferior, dois espaços separados por uma parede de alvenaria de blocos de 10 cm, um de menor área (possivelmente destinado a futura instalação sanitária) e o restante espaço do piso é composto por um espaço aberto e um lar encostado à fachada norte, com um forno exterior. O acesso ao piso superior efetua-se através de escadas em betão (Figura 74-E), onde se encontra um único espaço e ainda o corpo fechado e expressivo da chaminé (Figura 75).

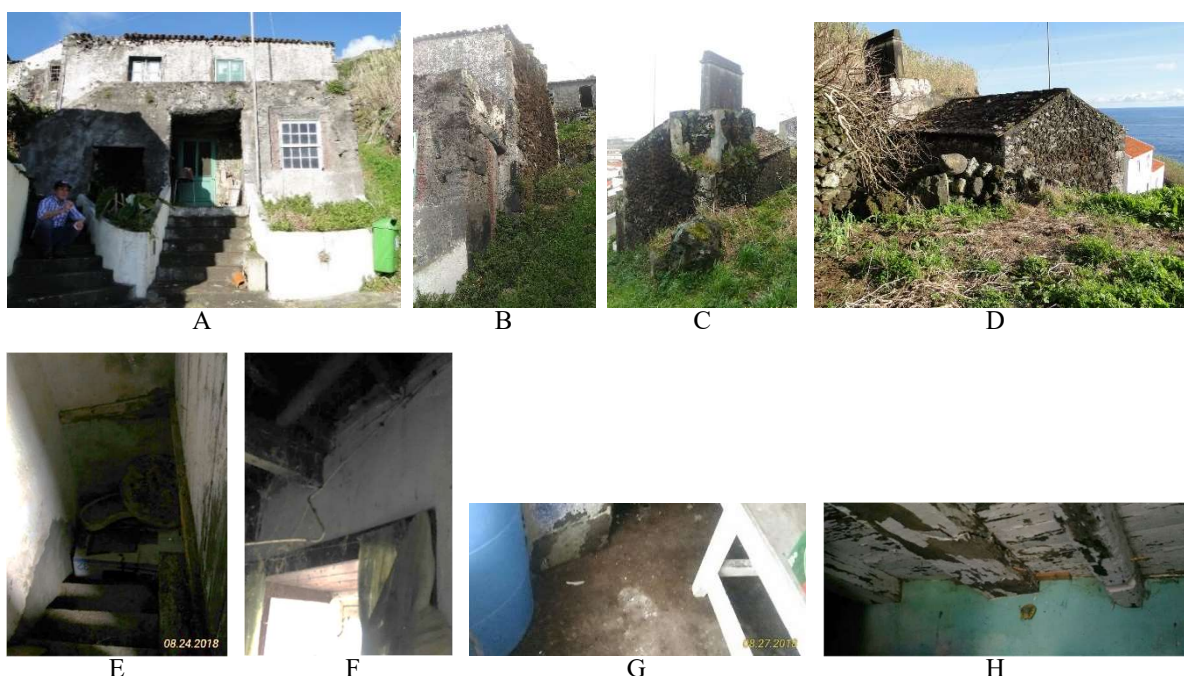


Figura 74 - Fotografias do estado atual da casa

A Figura 74 anterior expõe também as anomalias detetadas na casa, nomeadamente o envelhecimento e falta de material constituinte, incompatibilidade de materiais de revestimento, fissuras, degradação e sujidade do material de revestimento exterior, perda de capacidade estrutural e degradação do material construtivo da chaminé, colonização biológica e ainda a existência de materiais dissonantes.

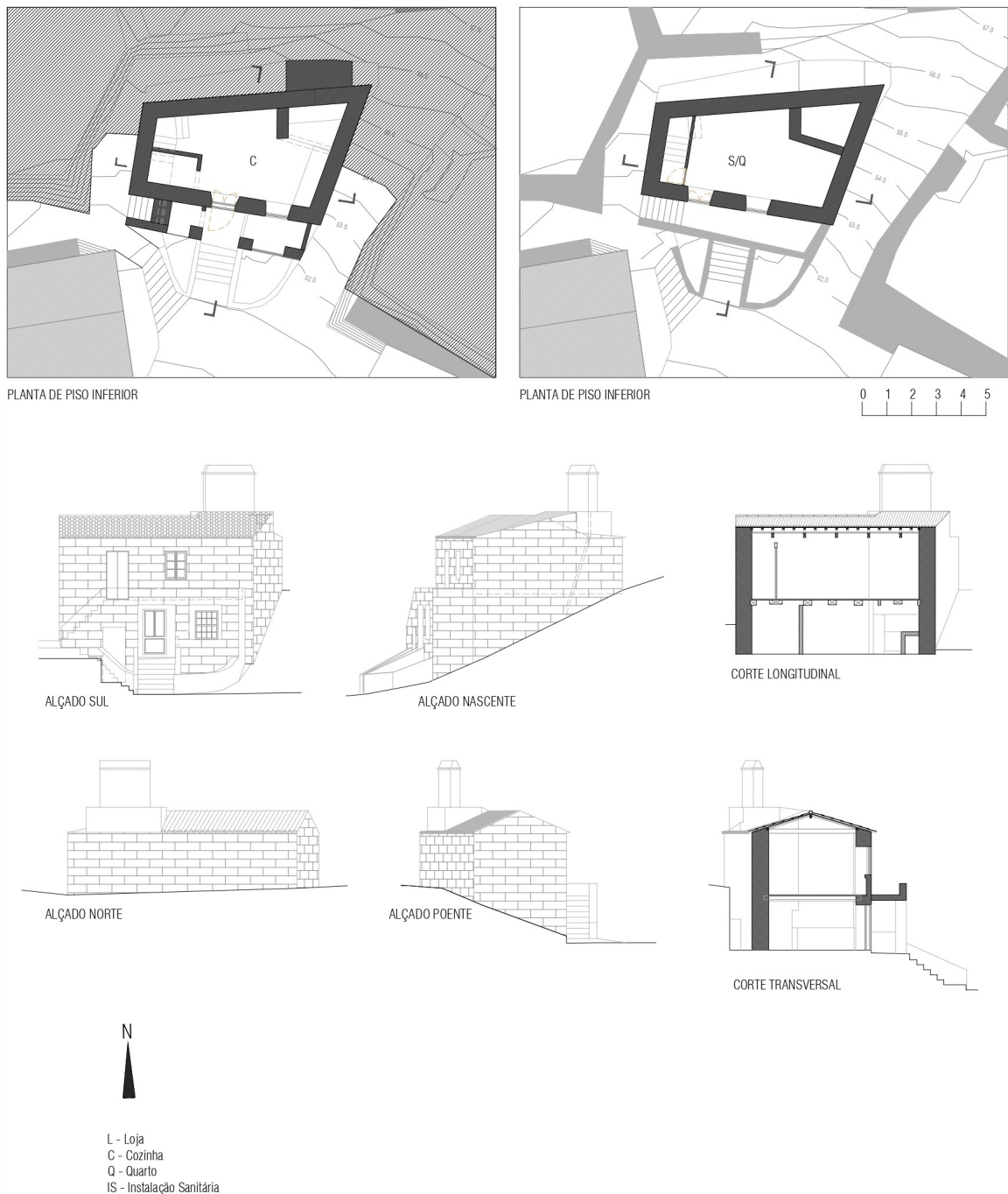


Figura 75 - Desenhos do levantamento do existente

De modo a dotá-la de condições de habitabilidade a proposta, apresentada na Figura 76, contempla a reabilitação do imóvel, respeitando as características da pré-existência. Respeita-se, por isso, a sua implantação, o alinhamento, a sua composição espacial e volumétrica, sendo que as alterações propostas pretendem contribuir para a valorização dos imóveis do conjunto onde este se insere, assim como dotar o edifício das devidas condições de utilização e habitabilidade, de acordo com o disposto na subalínea i. da alínea c) do artigo 5.º do Decreto Regulamentar Regional n.º 20/2015/A, de 27 de outubro. Prevê-se a desmontagem das escadas de pedra, e a sua posterior recolocação, assim como a construção de um pequeno volume, de leitura dissociada do edifício pré-existente por forma a conferir-lhe individualidade, cumprindo o disposto na subalínea ii) da alínea mencionada anteriormente.

Propõe-se assim, no piso inferior, a construção de um volume novo, que contempla a instalação sanitária. Este será executado com alvenaria de blocos com revestimento exterior a pedra de basalto arrumada à mão, sendo que se assume deste modo a nova construção – ampliação – com uma leitura diferenciada, complementando e não desvirtuando a existente, indo ao encontro do disposto na subalínea iii da alínea c) do artigo mencionado anteriormente.

No piso inferior, a proposta contempla um “*open space*”, composto por cozinha e sala, que distribui para a instalação sanitária (volume novo) e também, através de umas escadas de madeira, o acesso ao piso superior, onde se localiza apenas um quarto amplo, respeitando assim a tipologia do imóvel. O pavimento térreo será ligeiramente rebaixado em relação ao pré-existente, para aumentar o pé-direito atual, encontrando-se de acordo com o disposto na subalínea vii. da alínea c) do artigo 5.º do Decreto Regulamentar Regional n.º 20/2015/A, de 27 de outubro, criando dessa forma, melhores condições espaciais, e será revestido a material cerâmico. No piso intermédio, propõe-se uma estrutura de madeira de suporte ao pavimento, que se prevê em soalho.

Os vãos propostos serão em madeira, indo ao encontro do disposto na subalínea vi da alínea e) do artigo 5.º do Decreto Regulamentar Regional n.º 20/2015/A, de 27 de outubro.

Em relação às escadas exteriores, propõe-se a desmontagem e conseqüente recolocação. Dada a instabilidade estrutural e a falta de acessibilidade que apresentam atualmente, tal será incontornável. Desta forma, optou-se por, com base no desenho existente, continuar a mesma imagem e linguagem, sendo que, o balcão, implanta-se no volume novo. Por razões técnicas, aproveita-se o desvão das escadas para colocar uma bomba de calor, e para criar iluminação e ventilação natural.

No que diz respeito à cobertura projetada, a mesma respeita o tipo, configuração, pendente, número e orientação dos planos e revestimento do telhado, de acordo com o disposto na subalínea i. da alínea f) do artigo 5.º do Decreto Regulamentar Regional n.º 20/2015/A, de 27 de outubro, sendo que se propõe a estabilização da mesma, com uma viga de coroamento, aumentando ligeiramente o pé-direito interior e melhorando as condições de habitabilidade.

Considera-se, pelo exposto e conforme se poderá verificar nas peças desenhadas, que as alterações à casa que aqui se propõe, se justificam com base nas questões de segurança do edificado



envolvente, assim como de habitabilidade da casa em questão, proporcionando e contribuindo para a valorização do conjunto classificado, nomeadamente dando vida a um espaço que atualmente se encontra bastante degradado e devoluto.

Não obstante o mencionado anteriormente, a proposta atenta aos princípios da proteção e valorização do existente, da preservação ambiental e também o princípio da melhoria proporcional e progressiva do Decreto de Lei nº 95/2019, de 18 de julho, e assim também, o mais possível dentro das condicionantes existentes. Atende-se também às normas técnicas das acessibilidades, apesar de não se prever a sua exigência de aplicação, tendo em conta que se trata de um edifício com características arquitetónicas, que, dado o carácter do núcleo classificado onde se encontra inserido, se pretendem preservar.

Assim, admite-se que as alterações aqui propostas não agravam as desconformidades existentes e efetivamente contribuem para a melhoria das condições de acessibilidade, segurança e de salubridade da edificação, cumprem com a regulamentação aplicável e em vigor, e também respondem ao programa solicitado pelos proprietários.

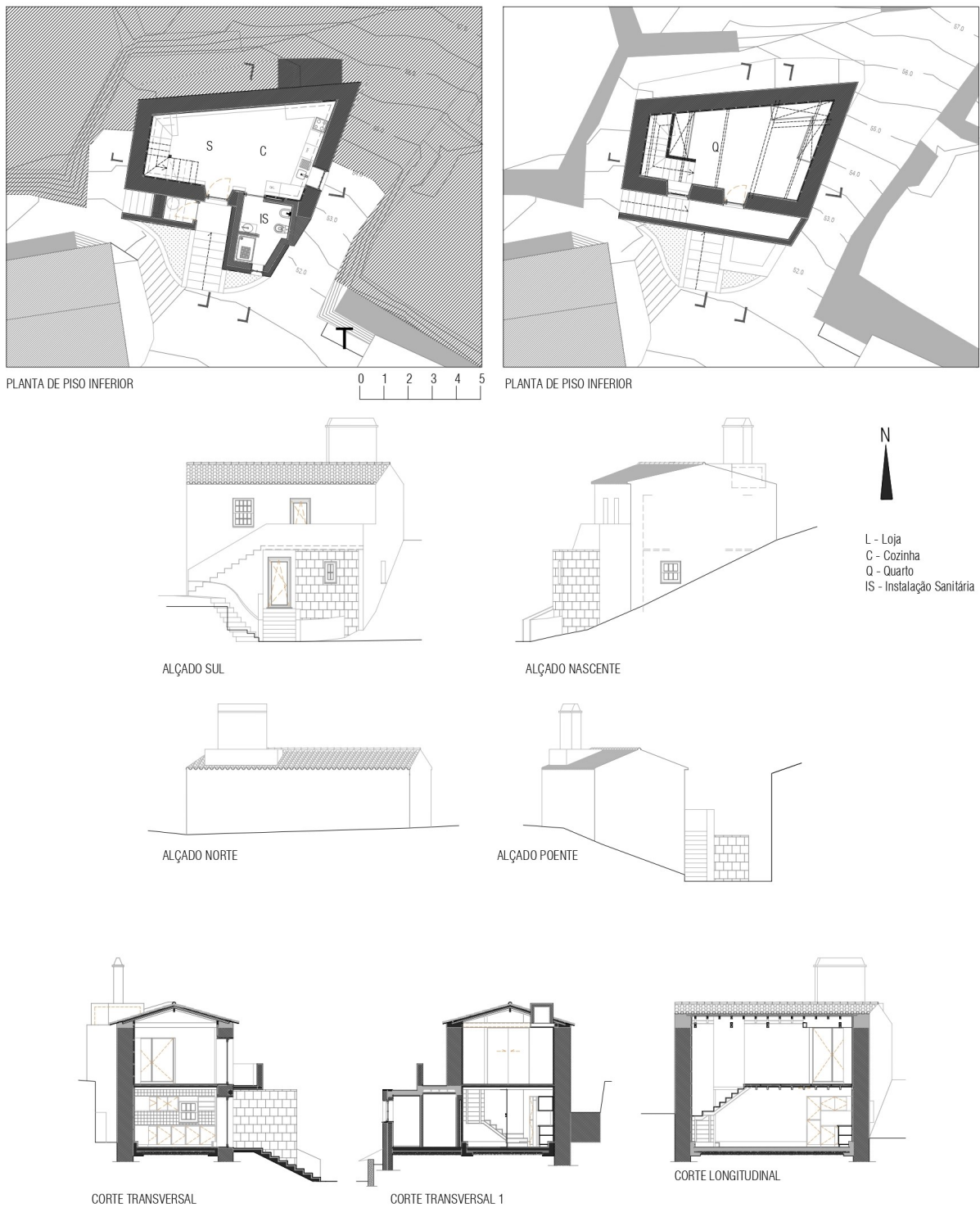


Figura 76 - Desenhos da proposta de reabilitação e ampliação

## 6. CONCLUSÕES E TRABALHO FUTURO

### 6.1. Conclusão

O povoamento da ilha do Corvo é caracterizado pela sua originalidade: é uma ilha apenas com um lugar habitado, um aglomerado populacional levado ao extremo, o Núcleo Urbano Antigo de Vila do Corvo, cuja época de construção inicial remonta aos séculos XVII e XVIII. Como tal, tem as suas especificidades próprias. Neste sentido, qualquer intervenção num edifício inserido no NAVC, especialmente as casas, deverá ser antecedida de um aprofundado conhecimento, não só do próprio imóvel em particular, mas de todo o conjunto classificado, devido à sua escala e envolvimento, e à importância que, neste contexto específico, um edifício tem sobre o todo, e o todo sobre o edifício em particular.

A elaboração do presente trabalho, pretende contribuir para um melhor, mais sistemático e aprofundado conhecimento e caracterização, quer sobre o NAVC, quer do edificado, mais particularmente das casas.

As constatações mais evidentes, fornecidas pela vivência, experiências no terreno e pelos levantamentos arquitetónicos efetuados, são a falta de regularidade na implantação, forma, e plantas em todas as casas. Os desníveis para a localização da cozinha que, independentemente do formato se encontram sempre em contacto com o terreno quer seja no piso inferior, intermédio ou mesmo superior influenciam a leitura exterior da casa, nomeadamente ao nível volumétrico formal e intrinsecamente relacionadas com a topografia do local. Concluiu-se, por isso, que a forma será consequência direta da importância da orografia, sendo que o local de implantação é condicionante e determinante para a construção de cada uma das casas que compõem o NAVC.

Não obstante em algumas ruas, nomeadamente na Rua da Matriz e na parte norte da Rua do Rego, as casas mostrarem a totalidade do seu volume, com as fachadas livres, em variadas situações de declives mais acentuados a casa, no seu piso térreo, encosta-se à rocha, chegando por vezes a aproveitá-la, elevando-se sobre ela, dando assim continuidade à parede, como se verifica na Casa do Tempo.

Analisando as propostas de tipologias de Carlos Medeiros e da Arquitetura Popular dos Açores, constata-se que as mesmas se confirmam, predominando os formatos retangular (ou linear) e o L, sendo que a dimensão da largura das casas, quer num quer noutro formato tipo são idênticas.

As casas do formato tipo em L, encontrando-se na proporção de 3 casas de formato retangular, para 1 nesta tipologia, são bastante mais alongadas num tramo, comparativamente ao outro. Apesar de sugerir derivarem da forma retangular, as casas da tipologia em L aparentam ser da mesma época da construção, devido à existência da sua empena na torção do L, sendo que, muito provavelmente, a existência desta tipologia poderá estar relacionado com uma maior disponibilidade financeira, sugerida pelo tamanho das parcelas onde se implantam, e também pelo maior dimensão e formatos

de alguns balcões, relativamente às casas de forma retangular, podendo, desta forma, vivenciar um espaço mais diferenciado.

A grande maioria das casas, em ambas as tipologias, são do subtipo3, sendo constituídas por dois pisos, apresentando, ao nível do piso inferior loja e cozinha, e no piso superior, sala e quartos sobre a totalidade do pavimento de piso, podendo os quartos dispor-se linearmente num corredor, ou ocupando de forma diferente o espaço disponível, quando a casa é mais larga. Na generalidade, as casas apresentam escadas no exterior e no interior.

Relativamente aos elementos abordados na caracterização da casa, existem duas situações que não são comuns e não se verificam na arquitetura vernácula deste tipo, pelo menos no panorama açoriano: a existência de escadas interiores com alçapão, que permite por um lado aproveitar integralmente o espaço útil, precioso no caso destas pequenas casas, e também, para aproveitamento do calor da cozinha para o quarto localizado sobre esta, no piso superior, funcionando como uma conduta que dissipa verticalmente o ar quente ao longo da parede do quarto, amenizando as noites rigorosas que por vezes se fazem sentir no grupo ocidental.

Através dos levantamentos arquitetónicos elaborados, constatou-se o atual estado de degradação física, as deficientes condições de estabilidade estrutural, de habitabilidade e de abandono das casas que constituem o NAVC. Registaram-se e caracterizaram-se também as dissonâncias arquitetónicas detetadas nos mesmos levantamentos, evidenciando-se a necessidade de se promover com urgência ações e estratégias de intervenção que contrariem esta realidade

Pela vivência pessoal na ilha do Corvo, pela experiência profissional no GAT (incluindo os levantamentos arquitetónicos, projetos executados e coordenação de todos os projetos elaborados) e também pela elaboração desta tese de mestrado, permitindo acrescentar informação para a caracterização dos edifícios do NAVC e mais particularmente da casa corvina, concluo que não há uma solução tipo que possa ser implementada, dada a especificidade individual de cada casa.

Cada casa obriga a uma abordagem específica de intervenção, que será consequência das características da sua localização, volumetria, logradouro, tipologia, estado físico, compatibilização entre a intenção dos proprietários e os padrões atuais de qualidade e conforto e também desempenho construtivo. É importante, por isso, reconhecer o fenómeno da reabilitação como uma intervenção necessária, destinada a proporcionar um desempenho compatível com as exigências e condicionalismos atuais que promovem a qualidade de vida dos habitantes, assim como da sua importância para a preservação e valorização das casas deste núcleo classificado.

### **6.1. Trabalhos futuros**

Com base no trabalho desenvolvido, propõe-se os seguintes trabalhos futuros:

- Definir critérios de habitabilidade para intervenção na casa corvina;
- Definir a métrica das fachadas da casa corvina.

## 7. BIBLIOGRAFIA

Amorim, M. Norberta, 2018, “Uma aldeia no oceano. As gentes do Corvo entre o século XVII e o XX”, CITCEM, Porto.

Brandão, Raul, 1926, “As Ilhas Desconhecidas – Notas e paisagens”, Edição fevereiro 2016, Quetzal Editores.

Bruno, Jorge A. Paulus, 2001, “Vila Nova do Corvo - O Inventariado do Património Imóvel dos Açores”, livro, edição Direção Regional da Cultura, Instituto Açoriano de Cultura e Câmara Municipal de Vila Nova do Corvo, Portugal.

Buller, Joseph e Henry, 1986, “Um Inverno nos Açores e um Verão no Vale das Furnas”, Edição do Instituto cultural de ponta Delgada, Ilha de são Miguel, Açores.

Cordeiro, P. António, 1866, “História Insulana das Ilhas a Portugal sujeitas no oceano Occidental”, Typ. Do Panorama, Lisboa.

Dias, José Luís Feiteira, 2001, “Geologia e Tectónica da ilha do Corvo (Açores – Portugal), Contributos para o ordenamento do espaço físico, Departamento de Ciências da Terra, Universidade de Coimbra, Coimbra.

Frutuoso, Gaspar, 1963, “Saudades da Terra”, Livro VI, Ponta Delgada.

Jorge, Padre Lourenço, 2001, “Notas do Corvo”, Org. João Saramago, Câmara Municipal de Vila do Corvo, Vila do Corvo.

Langhans, F. P. de Almeida, 1985, “Ofícios antigos subsistentes nas Ilhas dos Açores – Flores e Corvo”, Direção Regional dos Assuntos Culturais, Secretaria Regional de Educação e Cultura, Angra do Heroísmo.

Leite, J.G.R., Matos, A. T., 2016, “Retratos Sociais da ilha do Corvo. Do povoamento ao século XIX”, Publito, Braga.

Martins, Francisco Ernesto de Oliveira, 2000, “Arquitetura nos Açores – subsidio para o seu estudo”, livro, Presidência do Governo Regional dos Açores/Gabinete de Emigração e Apoio às Comunidades Açorianas, Portugal.

Medeiros, Carlos, 1983, “Os Açores e o Atlântico (Séculos XIV – XVII), Primórdios do comunitarismo numa ilha atlântica – o Corvo”, Actas do colóquio Internacional realizado em Angra do Heroísmo de 8 a 13 de agosto de 1983, Volume XLI, Instituto Histórico da Ilha Terceira.

Medeiros, Carlos, 1997, “A ilha do Corvo”, 2ª edição, Livros Horizonte, Lisboa.

Pereira, António Nunes, 2003, “Para uma Terminologia da Disciplina de Proteção do Património Construído”, Jornal Arquitetos, 213, nov./dez., Portugal.

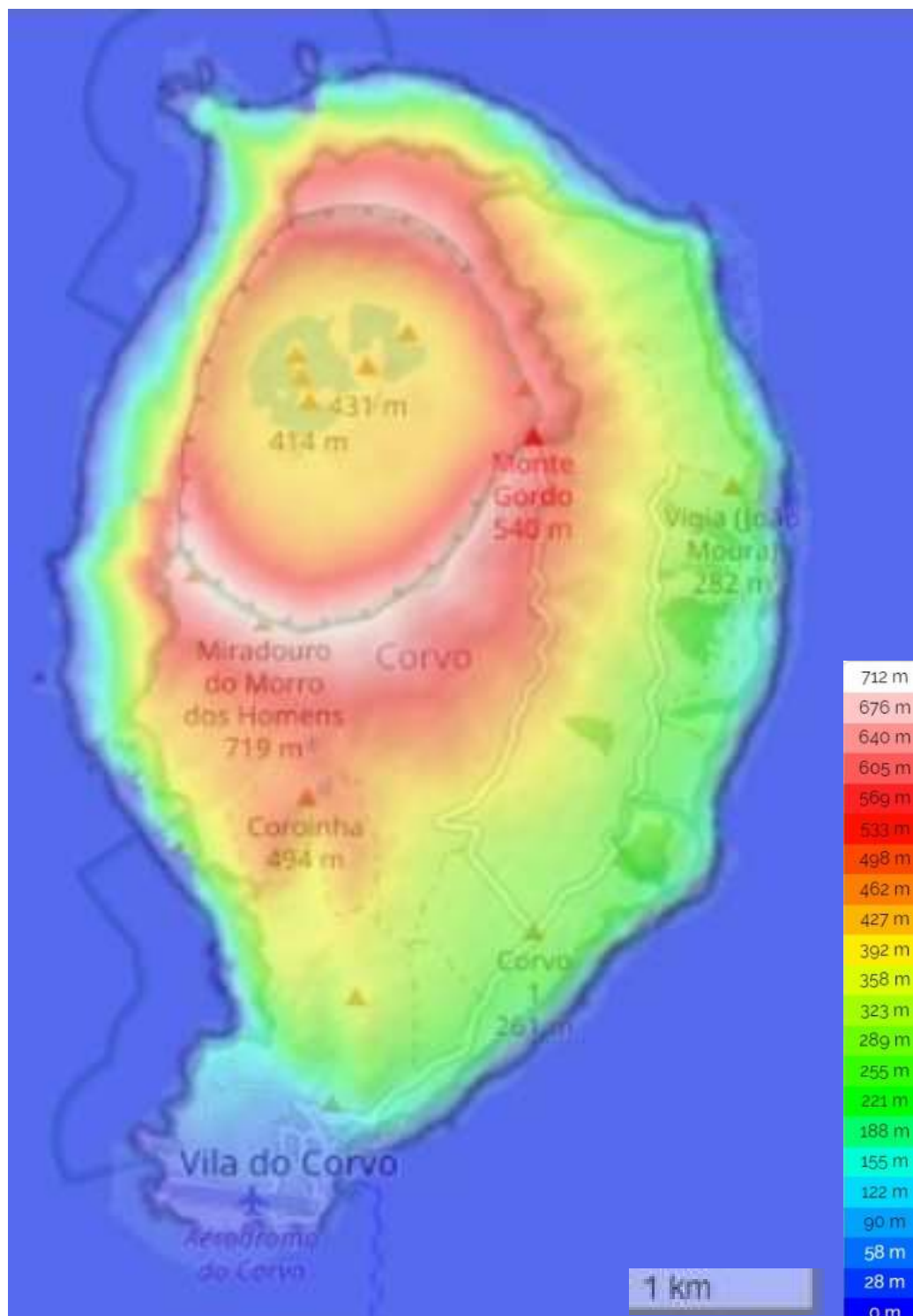
Soares, Hélio, 2013, “O baldio da ilha do Corvo e o seu Regulamento de 1896”, Boletim do Núcleo Cultural da Horta, Horta.

Tostões, Ana, Silva, Filipe Jorge, Caldas, João Vieira, Fernandes, José Manuel, Janeiro, Maria de Lurdes, Barcelos, Nuno e Mestre, Vítor, 2007, “Arquitetura Popular dos Açores, Ordem dos Arquitetos, 2ª edição, Lisboa.

Vários Autores, 1890, “Breve notícia acerca da Ilha do Corvo”, Archivo dos Açores. Volume XI, Instituto Universitário dos Açores, Typ. do Archivo dos Açores, Ponta Delgada

## **ANEXOS**

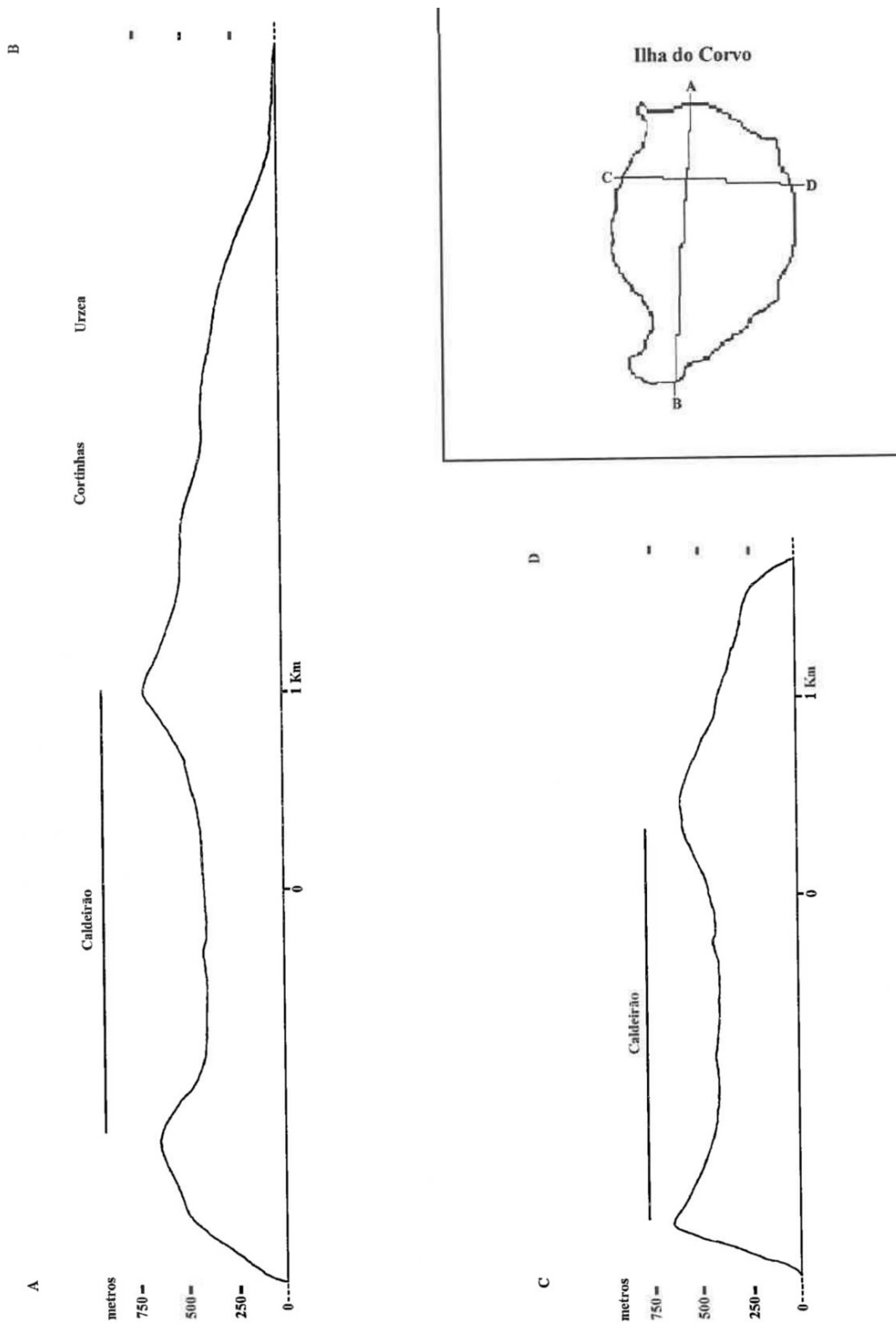
### ANEXO I – Mapa topográfico da ilha do Corvo<sup>44</sup>



<sup>44</sup> Retirado de <https://pt-pt.topographic-map.com/maps/p3nh/Corvo/>

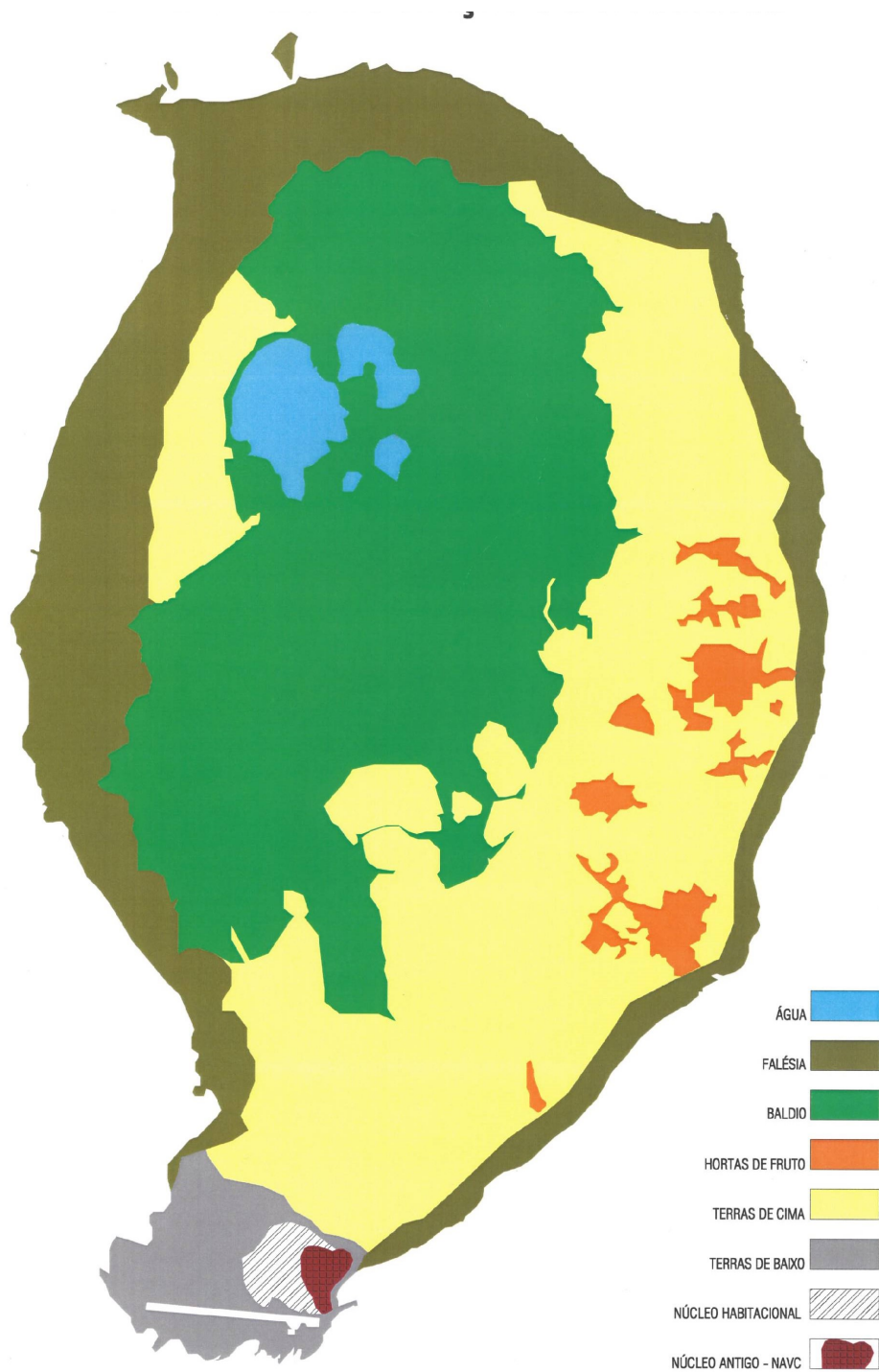


### ANEXO II – Perfis da Ilha do Corvo<sup>45</sup>



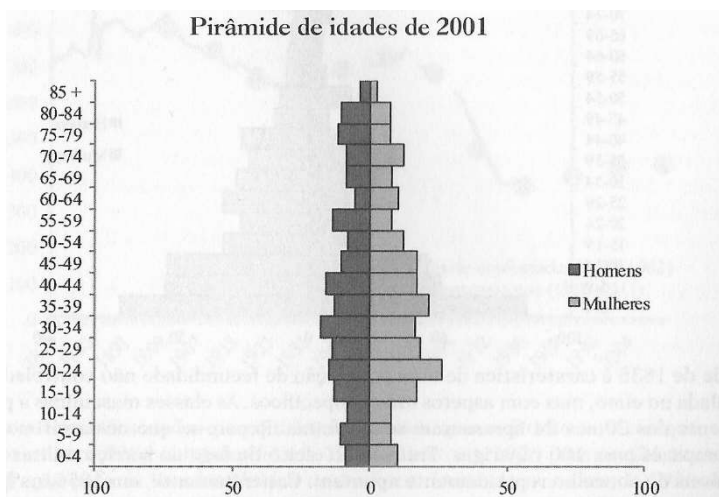
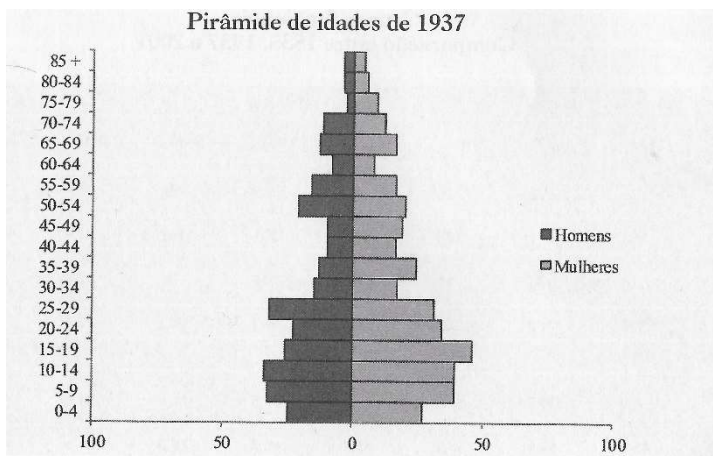
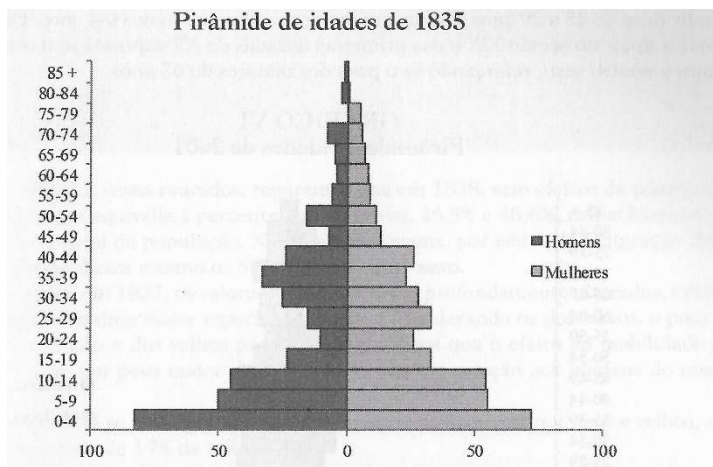
<sup>45</sup> Adaptado de Dias,2001.

### ANEXO III – Ilha do Corvo: Ocupação do território<sup>46</sup>



<sup>46</sup> Elaborado no GAT

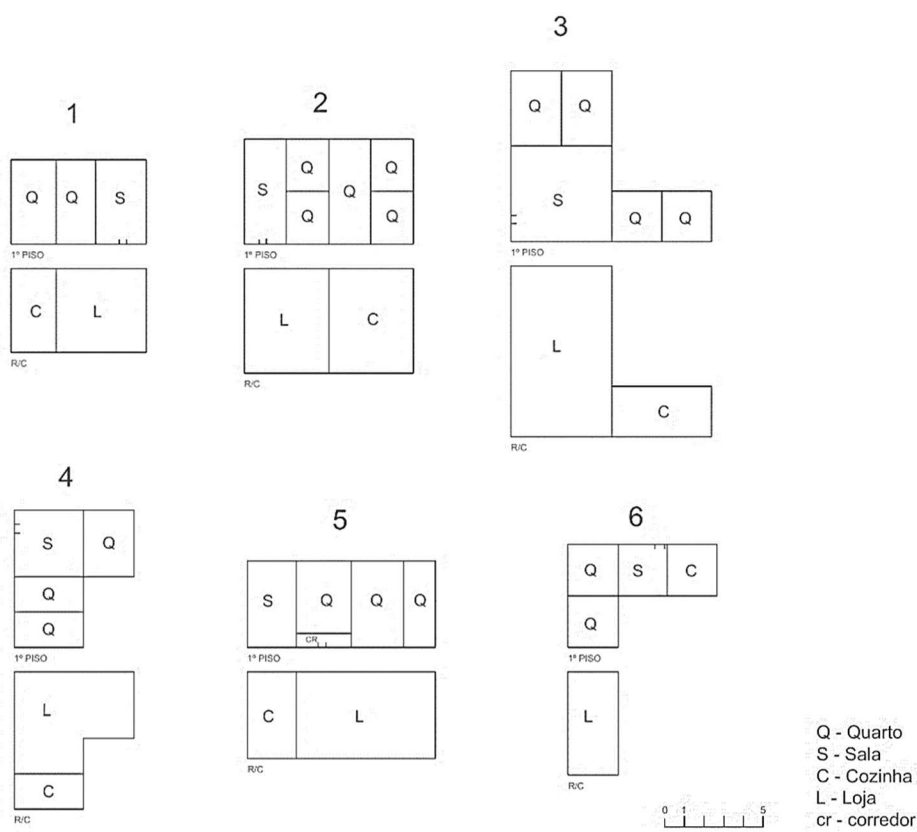
### ANEXO IV - Pirâmides de idades (Amorim,2018)



## ANEXO V – Tipologia da casa rural do Corvo:

### a) segundo Medeiros (1997)

Segundo este autor, a disposição dos elementos/compartimentos que constituem a casa varia em cada conjunto:

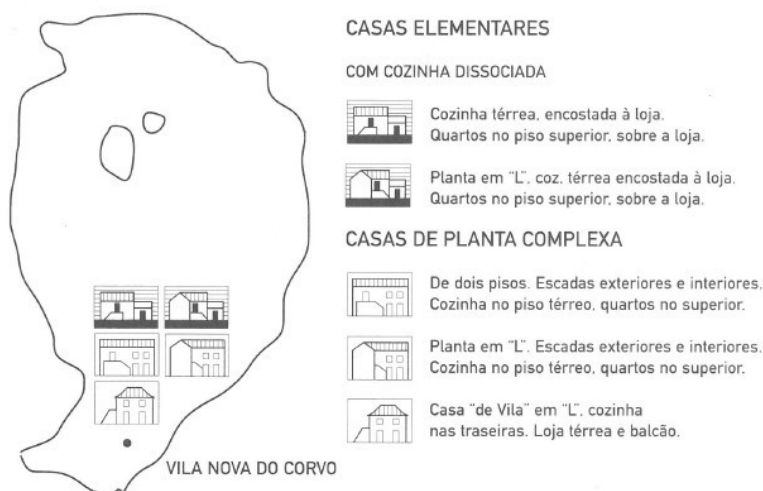


Desta forma, surgem casas de:

- planta retangular. Piso inferior: cozinha e loja. Piso superior: sala e quartos, estes numa só fiada (1);
- planta retangular. Piso inferior: cozinha e loja. Piso superior: sala e quartos, estes distribuídos conforme espaço, com arranjo diferente (2);
- planta retangular. Piso inferior: cozinha e loja. Piso superior: corredor de distribuição para sala e quartos, estes numa só fiada (5);
- planta em L (dois retângulos justapostos). Piso inferior: cozinha e loja. Piso superior: sala que distribui para quartos, podendo estes comunicar entre si (3 e 4);
- variante de planta retangular no piso inferior, com loja. Piso superior: sala, onde se acede, num sentido para o quarto, e no outro, para a cozinha.

## b) segundo Arquitetura Popular dos Açores (Tostões,2007)

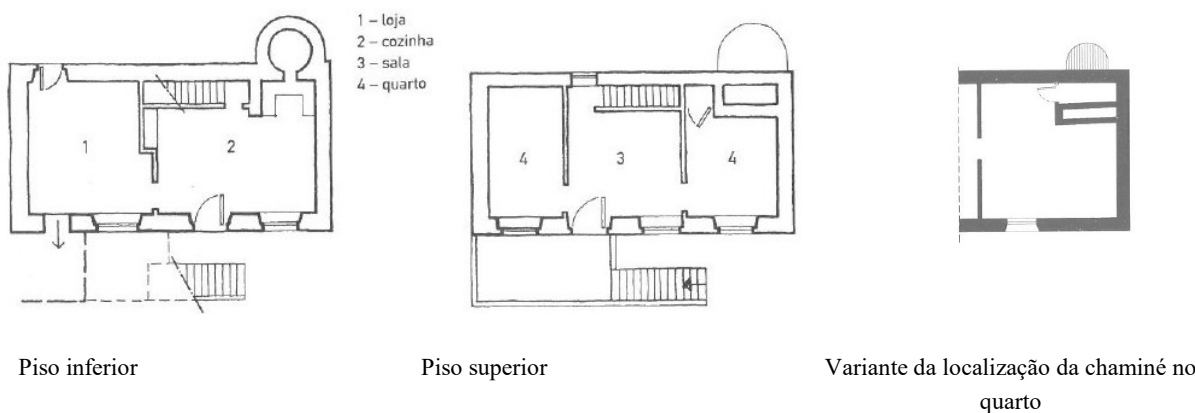
Segundo o levantamento efetuado, de forma esquemática foram identificadas as tipologias das casas do Corvo:



Na “casa retangular”, são referenciados dois exemplos:

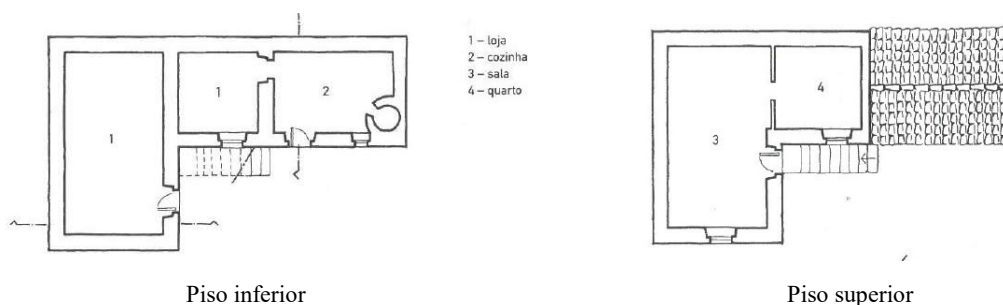
- à semelhança do “modo antigo”, apresenta um volume de dois pisos, onde a cozinha se localiza no piso inferior, encostada à loja, comunicando com esta pelo interior, apresentando um forno sem chaminé, escoando o fumo por abertura no forro da sua cobertura. No piso superior encontram-se a sala e os quartos dispostos conforme o espaço interior (Figura 61);

- de dois pisos, onde se verifica o piso superior construído sobre todo o piso inferior, também sobre a cozinha, onde o espaço de chaminé aparece no quarto do piso superior, podendo este estar encostado junto ou no perímetro das paredes exteriores, ou fazendo um pequeno espaço de arrumos, destacando-se destas. O forno, com a boca para o lar, pode encontrar-se no interior ou adossado à casa, pelo exterior. No piso superior encontram-se os quartos, dispostos à fiada:

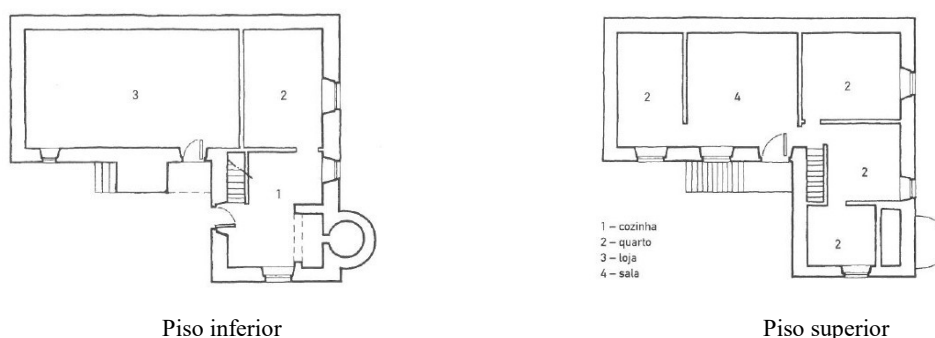


Na casa em L, são referenciados também dois exemplos:

- de “modo antigo”, onde se observa um corpo de dois pisos, sem comunicação interior entre estes. Volumetricamente encontra-se dobrado em angulo reto, apresenta no piso inferior as lojas e a cozinha, e no piso superior a sala e o quarto. A cozinha, de apenas um piso, encontra-se encostada à loja e apresenta um forno interior sem chaminé, verificando-se o seu pé-direito mais alto do que as restantes habitações, devido ao escoamento de fumos. Não apresenta comunicação interior entre os pisos.



- de dois pisos, onde se verifica (à semelhança do segundo exemplo da tipologia apresentada anteriormente) que o piso superior é construído sobre todo o piso inferior, também sobre a cozinha. Nesta, o espaço de chaminé aparece no quarto do piso superior, podendo estar encostado junto ou no perímetro das paredes exteriores, ou fazendo um pequeno espaço de arrumos, destacando-se destas. O forno, com a boca para o lar, pode encontrar-se no interior ou adossado à ca a, pelo exterior. No piso superior encontra-se a sala e os quartos, dispostos mais ou menos à fiada, a aproveitar o espaço interior. Verifica-se comunicação vertical interior entre os pisos. Apresenta uma das empenas virada para a rua.



## ANEXO VI – Cronologia<sup>47</sup>

- 1351: O portulano *Mediceo Laurenziano* regista um grupo de sete ilhas: *Insulae de Cabrera* (Santa Maria e São Miguel), *Insulae Brazil* (Terceira), *Insulae Ventura Sive Columbus* (Faial e Pico) e *Insulae Corvus Marinis* (Corvo e Flores).
- 1452: No regresso de uma viagem para Ocidente, Diogo de Teive e Pedro Velasco encontram as ilhas de Corvo e Flores, então designadas por Ilhas Floreiras.
- 1453: D. Afonso V faz doação do Corvo a seu tio D. Afonso, duque de Bragança e Conde de Barcelos.
- 1475: Carta régia sanciona a compra do Corvo e das Flores por Fernão Teles de Menezes.
- 1503: D. Maria Vilhena, viúva de Fernão Teles, vende as duas ilhas a João da Fonseca, cujo filho Pedro da Fonseca, comandará uma leva de colonos com o intuito de povoar ambas as ilhas. No Corvo essa tentativa é levada a cabo, ainda que fracassada, pelo terceirense Antão Vaz que, durante alguns anos, conseguiu fixar uma pequena comunidade.
- 1537: Corsários franceses atacam navios ancorados no Corvo.
- 1548: As ilhas do Corvo e das Flores são entregues a Gonçalo de Sousa e Fonseca, responsável pela efetivação do povoamento da ilha do Corvo.
- 1587: A ilha é saqueada por corsários ingleses liderados por Sir Francis Drake, que incendiaram o Porto das Casas.
- 1589: Gaspar Frutuoso refere que a ilha era habitada por “vinte vizinhos, reideiros e negros do senhorio” correspondendo a 80 a 100 pessoas.
- 1592: Morre Gonçalo de Sousa e Fonseca, deixando vaga a donataria do Corvo e das Flores. A sua viúva retira da ilha os escravos que eram sua propriedade.
- 1593: D. Francisco de Mascarenhas, Conde de Santa Cruz, passa a ser senhor das ilhas do Corvo e das Flores. Inicia-se uma terceira fase de povoamento com colonos vindos das Flores.
- 1632: 10 naus de piratas berberes tentam invadir a ilha a partir da baía do Porto das Casas, sendo repelidos pelos corvinos que usam pedras como armas e a vantagem da sua posição no

---

<sup>47</sup> Elaborada no GAT, pela Dra. Andreia Silva, co-coordenadora do projeto do Ecomuseu do Corvo

alto da encosta. A vitória foi atribuída à ação de Nossa Senhora do Rosário, cuja imagem foi levada para o local do confronto.

1654: O Padre António Vieira, acompanhado por 4 carmelitas e 40 pessoas naufraga à vista do Corvo.

1695: A atual igreja matriz fica concluída de forma a poder ser utilizada, ainda que a necessitar de continuas melhorias. Surge a primeira referência nas Visitas Pastorais a Nossa Senhora dos Milagres enquanto padroeira do Corvo e não Nossa Senhora do Rosário.

1770: Começa a utilizar-se o anil para tingir as lãs, resultado de um naufrágio de uma nau espanhola carregada daquele corante. As suas propriedades são demonstradas pelos sobreviventes do naufrágio.

1795: Igreja Matriz fica concluída.

1808: Visita do governador civil no Corvo e nas Flores.

1818: Os corvinos dirigem uma petição ao novo senhor da ilha, Pedro José Caupers, solicitando a redução dos impostos a que estavam sujeitos e que haviam sido instituídos pela família Mascarenhas (Condes de Santa Cruz).

1832: Por interceção de Mouzinho da Silveira é reduzido para metade o imposto pago em trigo pelos corvinos e abolido o imposto pago em dinheiro. A 20 de junho, o Rei D. Pedro IV eleva a povoação do Corvo à categoria de vila e sede de concelho. É eleito o capitão Joaquim Pedro Coelho como 1º presidente da Câmara.

1833: É criada a Ouvidoria Eclesiástica do Corvo.

1834: Morre Joaquim Pedro Coelho. É a primeira pessoa a ser sepultada no cemitério.

1836: Construção do primeiro chafariz da Vila, garantindo assim um acesso mais cómodo a água potável para uso doméstico. Este espaço tinha ainda tanques para lavar a roupa e um bebedouro para os animais.

1841: É criada a comarca judicial de Corvo e Flores.

1845: É criada a escola masculina.

1849: Morre Mouzinho da Silveira, deixando no seu testamento o desejo de ser sepultado no Corvo, onde estaria rodeado de gente que soube ser agradecida.



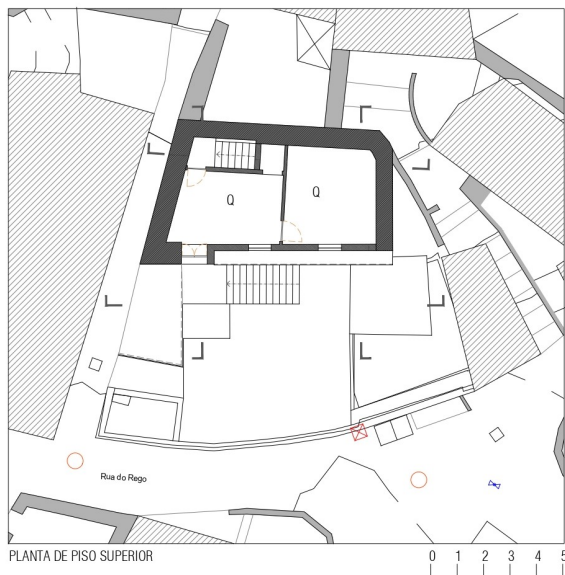
- 1853: É nomeada uma comissão para dirigir as obras públicas de viação na ilha do Corvo, três anos antes havia sido criada a Repartição das Obras Públicas na ilha das Flores.
- 1864: O arrolamento de 1864 diz ter o Corvo 1.095 habitantes.
- 1867: Extinção do conselho do Corvo, que não se efetivou devido à queda do Ministério. Incêndio na Câmara Municipal resulta na perda dos livros das atas.
- 1871: Criado um sistema para sinalizar e identificar as ovelhas cujo número havia aumentado para cerca de 1060.
- 1873: Um grande temporal destruiu os portos do Corvo.
- 1874: É criada a escola feminina do Corvo.
- 1880: A Câmara deliberou a obrigatoriedade da participação no dia da lã de um homem de cada casa.
- 1882: Pe. Manuel Leal Goulart, cura da Matriz de N. Sra. dos Milagres fundou a escola noturna de instrução elementar de lecionação gratuita.
- 1885: nasce no Corvo Carlos nascimento, que vem a tornar-se o coautor das letras chilenas, tendo editado Pablo Neruda e Gabriela Mistral, entre outros.
- 1886: O Governador Civil da Horta em visita à ilha pergunta quais eram as necessidades da população, que lhe responderam “apenas uma bandeira nacional para saudar os navios que passavam”.
- 1888: Visita do Príncipe Alberto I do Mónaco ao Corvo, em missão científica, a bordo do L’Hirondelle, onde realiza uma importante coleção de fotografias que se encontram no museu Oceanográfico do Mónaco, e de que a Câmara municipal do Corvo adquiriu cópia.
- 1890: Constitui-se a Comissão de Melhoramentos por iniciativa de um grupo de corvinos que, liderados pelo padre José Gregório de Mendonça, financiam e levam a cabo inúmeras obras na Vila que permitiram melhorar as condições de vida da comunidade.
- 1892: Dissolve-se a Comissão de melhoramentos mas o padre Gregorio de Mendonça continua o seu trabalho, tendo conseguido garantir verbas para as construções dos outros chafarizes e lavadouros da vila.
- 1893: Celebrado contrato com a Empresa Insulana de Navegação que prevê a ida do vapor Açôr à ilha do Corvo, de três em três meses.

- 1896: Elaborado o primeiro Projeto de Regulamento do Baldio.
- 1912: Jesuíno Augusto Carlos Flores, condutor de Obras Públicas, veio levantar a planta do cais do Porto da casa e em 1923 a planta do Porto Novo.
- 1924: Visita do Raul Brandão ao Corvo
- 1926: Raul Brandão publica As Ilhas Desconhecidas.
- 1932: Incêndio na Igreja Matriz destrói uma parte significativa do arquivo paroquial.
- 1938: Criada a Sociedade Filarmónica Lira Corvense.
- 1939: Criado um Clube Recreativo e Instrutivo, com sede no edifício da antiga escola no lugar do Maroiço onde também funcionou um aparelho de rádio.
- 1942: Naufraga a lancha “Francesa”, na costa Sul da ilha, que trazia florentinos para a festa de Nossa Senhora dos Milagres; morrem 16 pessoas. Nesse mesmo ano chega ao Corvo o 1º recetor de rádio, oferta de um grupo de portuenses amigos dos Açores, cujo objetivo era o de diminuir o isolamento em que viviam os corvinos.
- 1950: Após abaixo-assinado dirigido a Salazar pelos corvinos, o navio Carvalho Araújo passa a escalar o Corvo todos os meses.
- Anos 50: O padre Leonete Vieira do Rego faz chegar à ilha a primeira camioneta, assim como um gerador para produção de eletricidade. É da sua responsabilidade ainda a montagem de uma debulhadora mecânica.
- Década de 60: Os serviços florestais assumem a gestão do baldio.
- 1962: Inauguração da primeira central elétrica da ilha, no edifício onde hoje funciona a Padaria.
- 1964: Ano da Matriz Predial do edifício dos Paços do Concelho, David Santos era presidente. Até aqui a Câmara Municipal estava sediada no Largo do Outeiro.
- 1965: Construção do primeiro molhe do Porto da Casa
- 1966: Instalação do reservatório de água e fornecimento de água canalizada às habitações.
- 1969: Último Dia da Lã na ilha do Corvo.
- Década de 70: Desaparece o trigo na ilha.
- 1972: Inauguração do edifício dos CTT – Correios e Telecomunicação de Portugal, ao Largo do Ribeirão.

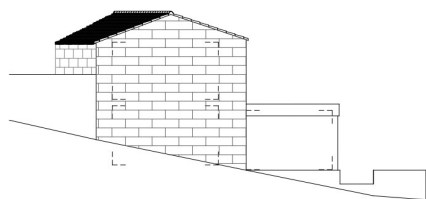
- 1975: A gestão do baldio regressa às mãos dos corvinos, depois de 5 anos entregue aos Serviços Florestais (Estado).
- 1976: Primeiras eleições, livres e democrática, para a Câmara Municipal e Assembleia Municipal.
- 1977: Têm início as obras para construção da pista de aviação. São aprovados, pelo Governo Regional dos Açores, os estatutos do Baldio.
- 1977 (21 de junho): A LDG 202 ALABARDA da Marinha encosta no Porto da Casa para desembarque de maquinaria e militares do Exército para construção do Aeródromo.
- 1979 (19 de junho): 2 helicópteros SA330 PUMA da FAP aterram pela primeira vez no Corvo. Trazem militares (altas patentes) para verem o decorrer das obras em curso na pista de aviação.
- 1983 (25 de setembro): Primeiro avião a aterrar na pista de aviação do Corvo, um Aviocar CASA 212 da FAP para realização de testes de aterragem e descolagem.
- 1983 (28 de setembro): Inauguração do aeroporto do Corvo pelo Presidente da República, o General Ramalho Eanes. Que inaugura também a rede telefónica automática da estação dos CTT.
- 1995: Asfaltagem da estrada para o Caldeirão
- 1997: O núcleo urbano antigo de Vila do Corvo é classificado como conjunto de interesse público
- 1998: Inaugurado o novo edifício da atual Escola Básica e Secundária Mouzinho da Silveira.
- 2007: A ilha do Corvo é classificada pela UNESCO como Reserva da Biosfera.
- 2014: Criação do Ecomuseu do Corvo.

# ANEXO VII – Proposta de intervenção: Reabilitação/ Correção Dissonâncias (Q14N19)

## Desenhos do Existente



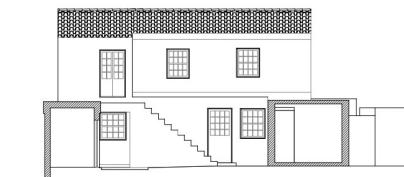
L - Loja  
C - Cozinha  
Q - Quarto  
IS - Instalação Sanitária



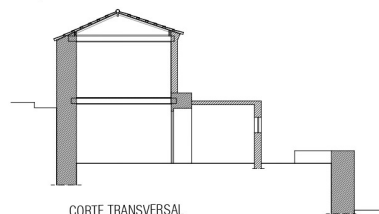
ALÇADO POENTE



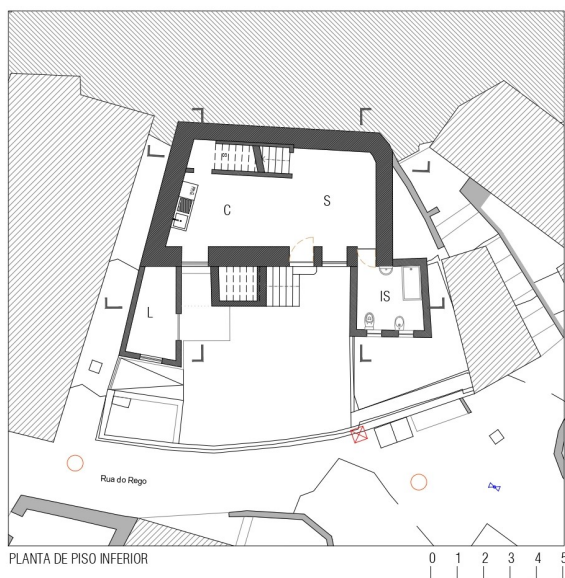
ALÇADO SUL



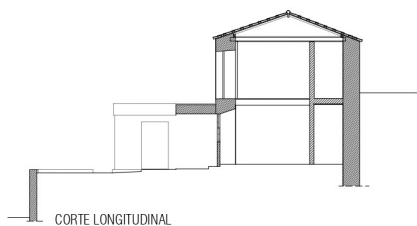
CORTE ALÇADO SUL



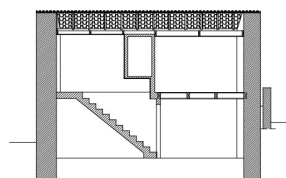
CORTE TRANSVERSAL



PLANTA DE PISO INFERIOR

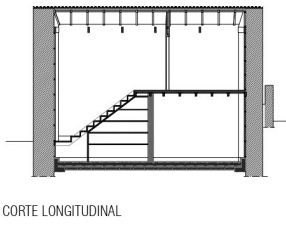
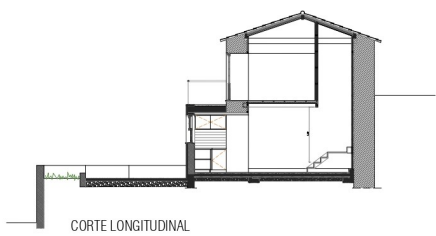
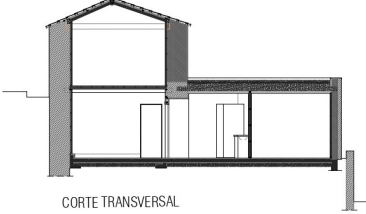
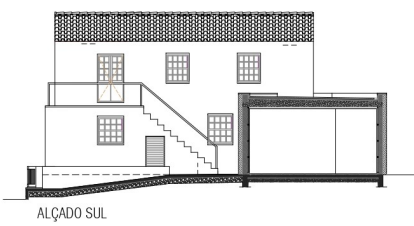
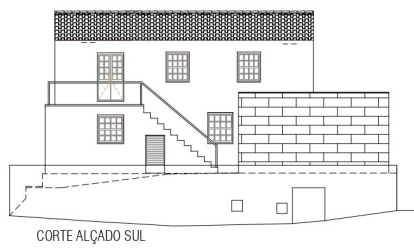
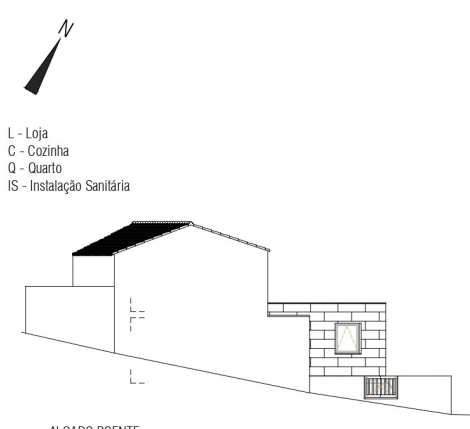
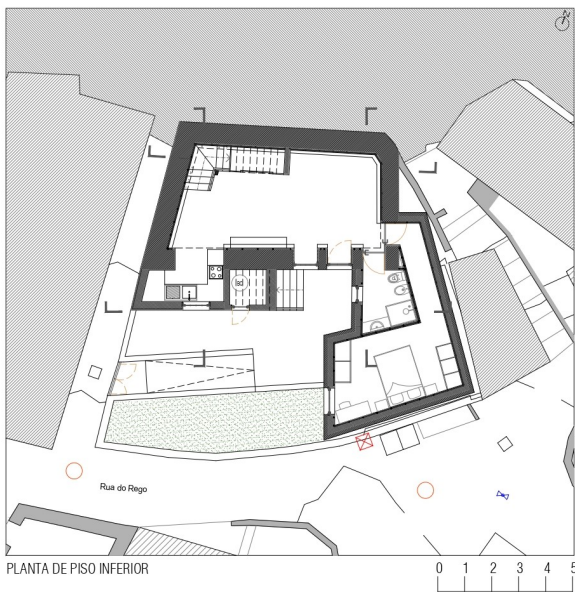
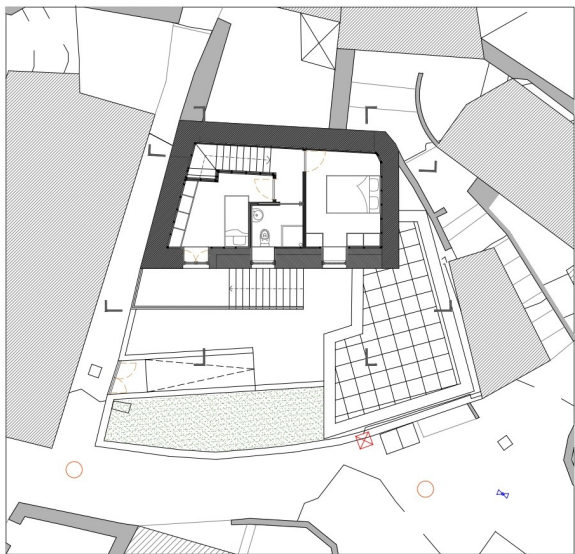


CORTE LONGITUDINAL



CORTE LONGITUDINAL

### Desenhos da Proposta



**Estado geral do edifício existente:**

Atualmente a casa encontra-se habitada, mas pouco funcional e ligeiramente degradado. Apresenta uma implantação poligonal irregular, dois pisos, cobertura de duas águas e vãos de madeira, apenas na sua fachada sul. A sul do edifício integra um pequeno logradouro quase totalmente pavimentado, a uma cota superior da cota da estrada.

Possui, acoplados ao volume da habitação principal e na fachada sul, dois anexos de carácter dissonante, ambos de um piso, paredes de alvenaria de betão e cobertura plana em betão. Num deles, o do lado nascente, localiza-se a instalação sanitária, e no outro, do lado poente, uma zona independente de apoio à cozinha e sala de máquinas.

Estruturalmente as paredes portantes são em alvenaria de pedra à vista, com exceção da fachada sul da casa, que se encontra totalmente rebocada e com acabamento (já algo deteriorado) a tinta branca. O pano superior desta fachada é constituído por alvenarias de blocos de betão, uma dissonância efetuada na anterior reconstrução da casa. Esta encontra-se, na fachada norte, enterrada até à cota do piso superior. A estrutura da cobertura é em madeira revestida com subtelha de fibrocimento e telha cerâmica nova (substituída recentemente).

Em termos de organização interior, o piso inferior apresenta um espaço amplo de sala de estar e de jantar, onde apenas se integra uma parede de madeira que suporta as escadas de acesso ao piso superior, e promove, inferiormente, uma zona de arrumação e apoio à bancada de cozinha. É através da zona de sala que se acede, quer à zona de instalação sanitária, construída posteriormente ao edifício principal e pré-existente, num anexo de carácter dissonante, também no piso superior, através das escadas de betão e madeira, encostadas à fachada norte.

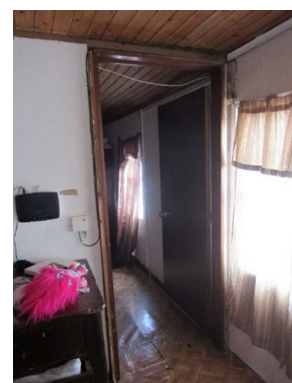
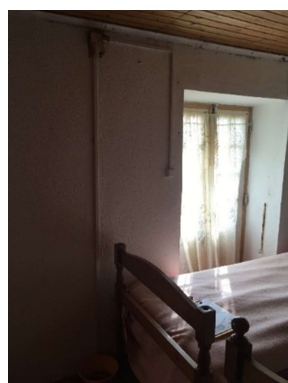
O piso superior, apresenta apenas dois quartos, servindo o primeiro de acesso para o segundo, separados por uma parede divisória em madeira. Esta composição da compartimentação não corresponde minimamente às necessidades de privacidade e funcionalidade familiar, dado que os dois filhos de diferentes idades e géneros partilham o primeiro quarto, e os proprietários têm de passar por este para acederem ao seu quarto. Apenas a fachada sul do edifício apresenta vãos de madeira, em mau estado de conservação. De salientar apenas que esta casa, foi outrora uma fábrica de moagem e os pés-direitos, tanto do piso inferior como do superior, são bastante baixos.

Pretende-se melhorar a organização funcional da compartimentação interior, demolir os volumes que se apresentam dissonantes e que afetam negativamente a leitura do edifício principal, ampliar a sua área de construção por forma a adicionar outro quarto, para dotar a casa de melhores condições de habitabilidade.

**Fotografias do exterior:**



**Fotografias do interior:**



**Opções da proposta:**

A proposta contempla, na sua essência, a reabilitação do edifício, dotando o mesmo de melhores condições de habitabilidade. No que diz respeito à implantação atual da casa, propõe-se a demolição dos dois volumes descaracterizadores, seguida de ampliação para suprir as necessidades, por forma, por um lado, a dotar a casa das condições de conforto e habitabilidade que os proprietários carecem, nomeadamente mais um quarto, e por outro, remover as dissonâncias arquitetónicas existentes no lote, assumindo a necessária ampliação através de uma linguagem harmonizadora, valorizando o imóvel principal, e, conseqüentemente, o conjunto onde ele se insere.

Exteriormente, a proposta contempla a redefinição da zona de acesso ao espaço exterior privado e a criação de uma zona ajardinada na frente.

A demolição do volume de apoio, do lado poente, irá permitir que a zona de cozinha, agora projetada aproveitando a parte inferior do balcão exterior, possa ter iluminação natural direta, enquanto que a do volume do lado nascente, e conseqüente construção de um único volume, de leitura distinta e contemporânea, irá permitir não só melhorar a leitura da casa de habitação pré-existente, como também permitirá assumir a anterior instalação sanitária e a criação de mais um quarto, essencial para o digno funcionamento familiar.

Propõe-se que a entrada para o piso inferior se efetue na porta ao lado onde atualmente a mesma se faz, para permitir melhorar funcionalmente a entrada da casa, e corrigir os desalinhamentos existentes nos degraus das escadas exteriores. Acede-se então a uma zona de estar, rebaixada em relação à existente, para aumentar o conforto interior da habitação.

Da zona de estar, poderá aceder-se à instalação sanitária, localização que não sofre alteração em relação ao anterior posicionamento, ou ao corredor do novo quarto, e ainda à zona de jantar e cozinha. Da sala de jantar, implantam-se as escadas de madeira, no canto das paredes poente e norte, que dão acesso ao piso superior. Estas foram reposicionadas por forma a melhorar a organização funcional do piso superior.

Superiormente, encontra-se uma pequena zona de distribuição para os dois quartos e uma instalação sanitária entre eles, para maior conforto dos utilizadores do piso superior.

O volume novo, que contempla então a instalação sanitária e o quarto, será executado com alvenaria de blocos com revestimento exterior a pedra de basalto arrumada à mão, sendo que se assume assim a nova construção – ampliação – com uma leitura diferenciada, complementando e não desvirtuando a existente.

Construtivamente, e relativamente ao exterior das paredes exteriores existentes, prevê-se a sua regularização (e enchimento do pano superior da fachada sul) e colocação de reboco armado, com o objetivo do seu reforço, e interiormente, a colocação de gesso cartonado com isolamento térmico para garantir maior conforto.

Na parede norte do edifício, como a mesma se encontra em contacto com o terreno no seu piso inferior, prevê-se o afastamento da estrutura do gesso cartonado, recorrendo a caixa de ar à parede existente, colocação de lã de rocha com barreira para-vapor colocada para o interior da habitação e a execução de uma caleira no pavimento para recolha de humidades que possam surgir nessa zona, encaminhada para o sifão de pavimento.



O pavimento térreo será rebaixado para aumentar o pé direito atual, criando dessa forma melhores condições espaciais, e será revestido a soalho de madeira e também a material cerâmico apenas na instalação sanitária.

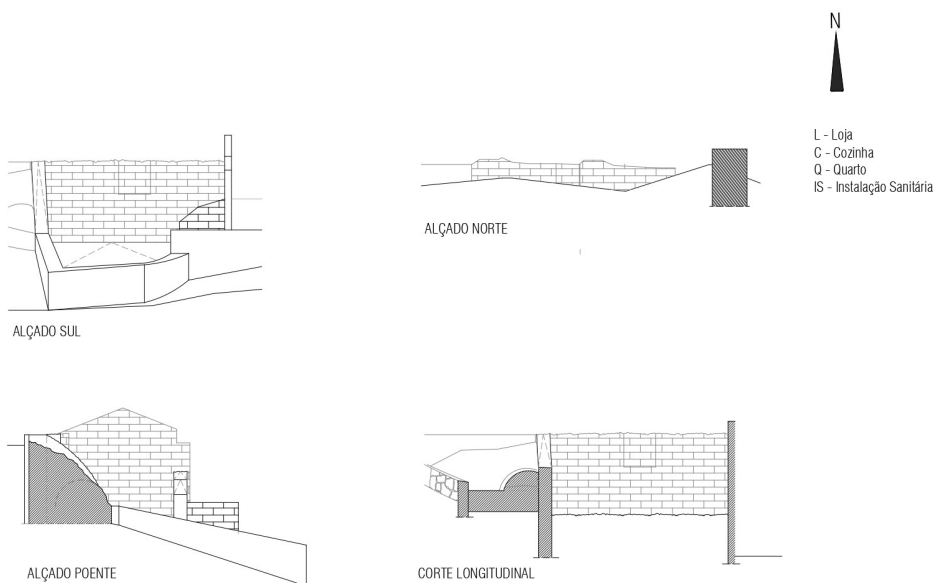
Propõe-se, no piso intermédio, uma estrutura de madeira de suporte ao pavimento do piso superior, e, relativamente à cobertura, pretende-se apenas o seu isolamento térmico e revestimento inferior direto, aproveitando assim a totalidade espacial do volume.

Não obstante o mencionado anteriormente, a proposta atenta aos princípios da proteção e valorização do existente, da preservação ambiental e também o princípio da melhoria proporcional e progressiva do Decreto de Lei nº 95/2019, de 18 de julho, assim também, o mais possível dentro das condicionantes existente, às normas técnicas das acessibilidades, apesar de não se prever a sua exigência de aplicação, tendo em conta que se trata de uma casa com características arquitetónicas, que, dado o carácter do núcleo classificado onde se encontra inserido, se pretendem preservar.

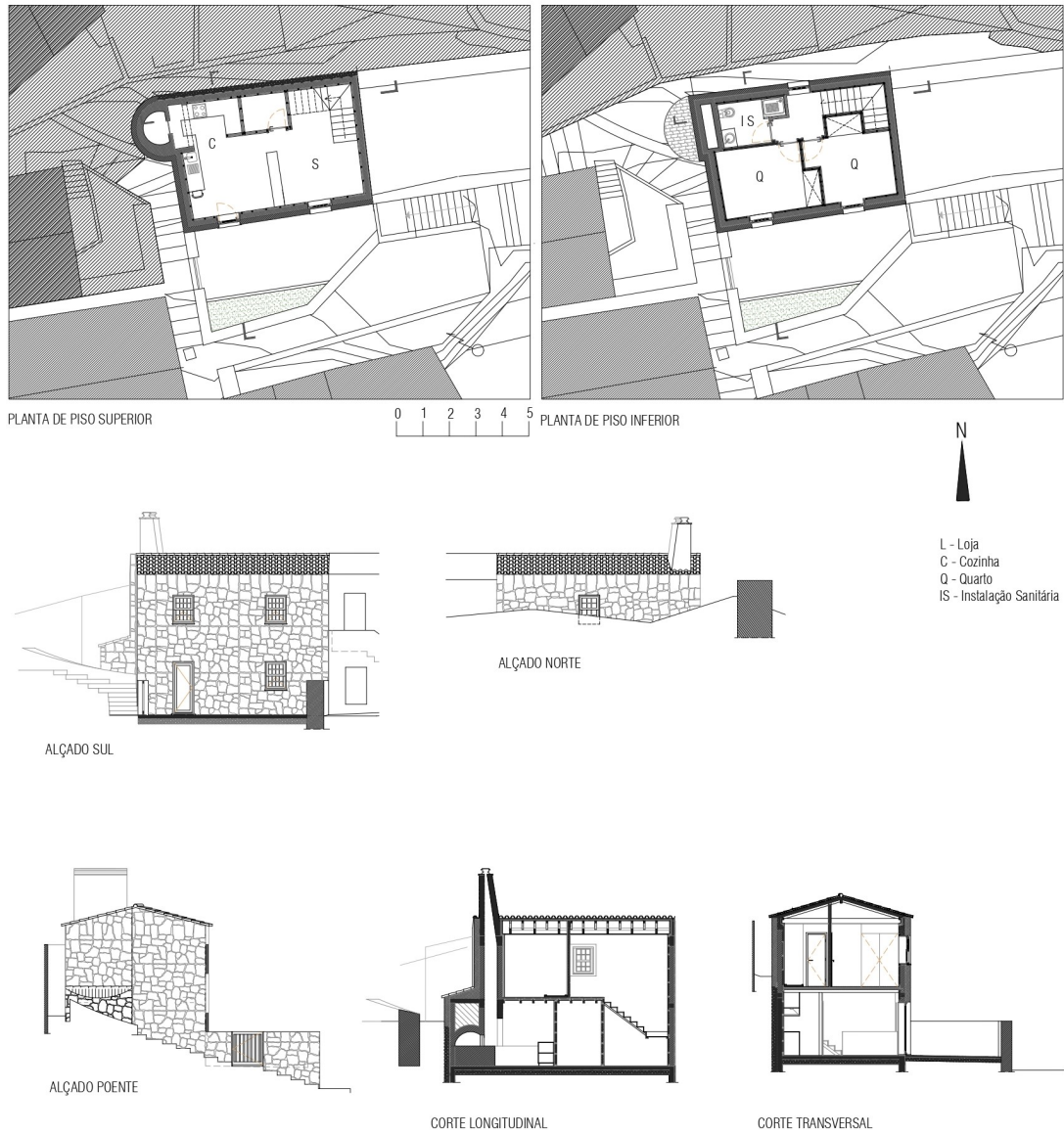
Assim, admite-se que as alterações propostas não agravam desconformidades existentes e efetivamente contribuem para a melhoria das condições de acessibilidade, segurança e de salubridade da edificação, podendo verificar-se através do aumento do pé direito nos dois pisos, com o rebaixamento (de cerca de 20cm) do pavimento térreo - que se considera possível e executável construtivamente - e do aproveitamento da totalidade do pé-direito existente no piso superior até à cobertura, da criação de escadas com mais de 0,90 m de largura, degraus com 0,25 m de cobertor e 0,18 m de espelho, ou através da largura de portas interiores de pelo menos 0,80 m.

## ANEXO VIII – Proposta de intervenção: Reconstrução (Q14N16)

### Desenhos do Existente (Ruína)



## Desenhos da Proposta



**Estado geral da casa existente:**

Atualmente a casa encontra-se em ruína, apenas com alguns apontamentos de paredes pré-existentes, sendo que a proposta irá contemplar a sua reconstrução integral, com base em memórias de corvinos e fotografias antigas, reinterpretando assim a memória da casa. Verifica-se, pelo existente, que a construção caracterizar-se-ia por possuir uma implantação retangular regular, teria dois pisos e ainda cobertura de duas águas.

A nível construtivo, apresentaria um sistema tradicional de paredes portantes em alvenaria de pedra à vista (interior e exteriormente), com pedras irregulares e juntas de terra.

Salienta-se que esta casa confinava com uma outra a nascente desta, e estaria, na sua fachada norte, enterrada no seu piso inferior.

O lote apresenta um pequeno logradouro a sul.

**Fotografia:****Opções da proposta:**

A proposta contempla a reconstrução da casa, respeitando as características da pré-existência, mas dotando a mesma de condições de habitabilidade, revitalizando-a.

Respeita-se, por isso, as particularidades que a caracterizariam, nomeadamente a sua implantação e o que seria a sua composição espacial e volumétrica, sendo que as alterações aqui propostas (no que diz respeito ao ligeiro aumento da cércea) pretendem contribuir para a valorização dos imóveis do conjunto onde anteriormente este se inseria, e dotar a casa das devidas condições de utilização e habitabilidade, de acordo com o disposto na subalínea i. da alínea a) do artigo 5.º do Decreto Regulamentar Regional n.º 20/2015/A, de 27 de outubro.

No que diz respeito ao programa de utilização, ficará demonstrada a necessidade da alteração da pré-existência, dado o estado de ruína do mesmo, para a continuidade do próprio edifício, indo ao

encontro do disposto nas subalíneas ii. e iii. da alínea a) do artigo 5.º do Decreto Regulamentar Regional n.º 20/2015/A, de 27 de outubro.

Em termos de organização funcional, e dada a limitação da sua implantação, propõe-se, a entrada na casa pela sua fachada sul, no piso inferior. Encontra-se aqui um espaço de cozinha, com um forno que a proprietária entendeu recuperar e reconstruir também, uma pequena zona de arrumos, e uma sala, sendo que desta se acede ao piso superior através de uma circulação vertical, em madeira, que, por sua vez, distribui para uma instalação sanitária e ainda dois pequenos quartos.

Construtivamente, propõe-se que a casa seja reconstruída em alvenaria de blocos com revestimento exterior a pedra de basalto arrumada à mão, assumindo assim uma linguagem semelhante à anteriormente existente, respeitando a sua integração no conjunto.

O pavimento térreo será ligeiramente rebaixado em relação ao pré-existente, para aumentar o pé direito atualmente, criando dessa forma melhores condições espaciais, e será revestido a material cerâmico. Propõe-se, no piso intermédio, uma estrutura de madeira de suporte ao pavimento do piso superior, que se prevê em soalho.

Os vãos propostos serão em madeira, respeitando o desenho tradicional, utilizando forma, tipo de abertura, material e desenho que não seja causa de dissonância no edifício ou no conjunto onde se insere, indo ao encontro do disposto na subalínea vi da alínea e) do artigo 5.º do Decreto Regulamentar Regional n.º 20/2015/A, de 27 de outubro.

No que diz respeito à cobertura projetada, a mesma respeita o tipo, configuração e pendente (duas águas), número e orientação dos planos e revestimento dos telhados tradicionais, de acordo com o disposto na subalínea iii. da alínea f) do artigo 5.º do Decreto Regulamentar Regional n.º 20/2015/A, de 27 de outubro.

Considera-se, pelo aqui exposto e conforme peças desenhadas, que a proposta aqui apresentada, à casa que se pretende reconstruir, se justificam tendo em conta as questões de segurança do edificado envolvente, assim como de habitabilidade da casa em questão, proporcionado uma contribuição para a valorização do conjunto classificado em questão, nomeadamente através de dotar uma ruína de vida, assim como, à recomposição do equilíbrio urbanístico do local.